

CADERNOS CANDIDO MENDES

África do Sul – Distensão Branca e Libertação Nacional

Cultura Afro-Brasileira na África Ocidental

As Raízes do Apartheid

Literatura Africana de Expressão Portuguesa

A Antropologia e a Colonização da África

A Educação na Guiné-Bissau

estudos

AFRO-ASIÁTICOS

1





APRESENTAÇÃO

O estudo das Ciências Humanas no Brasil padece de um europocentrismo, de uma visão do mundo imposta pelo centro do sistema político dominante (Europa-EUA), que deriva da permanência entre nós de um colonialismo cultural. Daí o fato de os nossos currículos universitários serem quase silenciosos no tratamento da história do mundo afro-asiático do pós-guerra. As esparsas referências encontradas nesses currículos são frequentemente anacrônicas, superficiais, e o europocentrismo nelas transparente rivaliza com as distorções difundidas pelos meios de comunicação de massa. Dessa forma, estabelece-se uma aberrante comunhão de desinformação entre o meio universitário e o grande público. Ambos sofrem, pela ação desse colonialismo, de um mesmo grau de estigmatismo cultural na sua visão do mundo atual e de como o Brasil deve situar-se nele. Essa doença acarreta uma outra semelhante: a miopia que encurta a linha do horizonte, impedindo assim uma prática ecumênica enriquecedora do diálogo do Brasil com o mundo afro-asiático.

CADERNOS CANDIDO MENDES – *Estudos Afro-Asiáticos* representa uma parte do resultado de um trabalho coletivo voltado para a descolonização do estudo das Ciências Humanas no Brasil. Esse trabalho, desenvolvido pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA – do Conjunto Universitário Candido Mendes, vem-se realizando através de pesquisas, cursos com textos de apoio, conferências e de uma prática de cooperação técnico-cultural com países africanos, em especial os de língua portuguesa.

Estudos Afro-Asiáticos publica artigos de pesquisa, textos de apoio com marcante preocupação didática, documentos oficiais de governos africanos e de instituições internacionais e, numa última seção, um resumo das principais atividades do CEAA, comentários bibliográficos e outros.

Com esta iniciativa, o CEAA, que completa cinco anos de atividade, procura ampliar a divulgação do seu trabalho através de uma revista aberta a todos os estudiosos das realidades africana e asiática e das relações afro-brasileiras. Desta forma, pretende-se acompanhar a crescente importância dos países da África e da Ásia no cenário internacional, colaborar no sentido de uma maior intensidade do intercâmbio cultural do Brasil com esses continentes e suscitar o debate entre todos aqueles que se preocupam com os problemas comuns aos povos do Terceiro Mundo.

José Maria Nunes Pereira
Vice-Diretor do CEAA

Literatura
francesa
e portuguesa

CADERNOS CANDIDO MENDES

Conselho Editorial

Almir de Castro, Candido Mendes, Candido José
Mendes de Almeida, Hélio Jaguaribe, Hélio Silva,
José Maria Nunes Pereira, Luiz Alberto Bahia,
Sérgio Pereira da Silva, Vicente Barretto

Editor

Candido José Mendes de Almeida

estudos AFRO-ASIÁTICOS

Ano 1 — n.º 1 — jan-abr de 1978

Edição de *Cadernos Candido Mendes*

Publicação quadrimestral do Centro de Estudos
Afro-Asiáticos — CEAA — do Conjunto Univer-
sitário Candido Mendes

Secretaria de Redação

Hamilton Magalhães Neto

Supervisão Gráfica

Carlos Augusto de Oliveira Lima

Capa

Antônio Seara

Composição e Impressão

Artes Gráficas Schulze Ltda.

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de abso-
luta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Preço no país: Cr\$ 70,00

Assinatura: Cr\$ 210,00

Price (exterior): US\$ 5,00

Subscription: US\$ 15,00 (three issues)

CONJUNTO UNIVERSITÁRIO

CANDIDO MENDES

Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA

Rua Visconde de Pirajá, 351, 7.º andar

— Rio de Janeiro — Brasil

fone: 267-0904

Diretor

Candido Mendes

Vice-Diretor

José Maria Nunes Pereira

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	1
África do Sul — “Distensão Branca” e Libertação Nacional	5
<i>A. Mangunte Lukele</i>	
O artigo analisa a íntima relação entre a política sul-africana de balcanização, a nível interno, e sua política externa, quando a África do Sul através do diálogo com os países africanos esforça-se por legitimar a dominação branca.	
Cultura Afro-Brasileira na Costa Ocidental da África — Um Perfil	19
<i>J. Michael Turner</i>	
Resumo pelo próprio autor de sua tese de doutoramento, <i>The Impact of Former Brazilian Slaves Upon Dahomey</i> , que mostra o impacto inicial provocado pela cultura miscigenada de ex-escravos retornados à África e de como eles tentaram, através da preservação de numerosos traços culturais afro-brasileiros, manter na África já independente o antigo <i>status</i> de elite.	
As Raízes do Apartheid	26
<i>José Maria Nunes Pereira</i>	
Como <i>background</i> ao artigo de A. M. Lukele, o autor procura na formação histórica da África do Sul, após a implantação europeia, as origens da institucionalização do racismo nesse país.	
Literatura Africana de Expressão Portuguesa: “Mensagem” e Reafricanização	35
<i>João Carneiro</i>	
Breve quadro do pensamento dos intelectuais das ex-colônias portuguesas na África, nas décadas de 50 e 60, que se agruparam em torno da revista <i>Mensagem</i> , e que ensejou uma virada nacionalista e reafricanizante nas literaturas desses países.	
A Antropologia e a Colonização da África	44
<i>Kabengele Munanga</i>	
O autor salienta como a Antropologia, desde sua origem, está intimamente ligada ao colonialismo, mas que mesmo assim constitui rico acervo de pesquisas para o estudioso que pretende dar novos caminhos para uma Antropologia africana descolonizada.	
Documento: A Educação na Guiné-Bissau	49
CEAA/Cinco Anos de Atividades	62
Programas de Cursos do CEAA em 1977	69

ÁFRICA DO SUL — “DISTENSÃO BRANCA” E LIBERTAÇÃO NACIONAL

*A. Mangunte Lukele**

Introdução

Este ensaio foi motivado pelo discurso do primeiro-ministro sul-africano, em fins de 1974, segundo o qual a África do Sul estaria decidida a maiores mudanças em sua política, a surtirem efeitos no prazo de seis meses. A tal declaração seguiu-se ostensiva propaganda de que a África do Sul buscava a amizade em seus previstos diálogos com os Estados africanos, isto é, relações cordiais e uma espécie de *New Deal* para os negros na África do Sul.

Mal Vorster completara o seu apelo e já as grandes potências apressaram-se a dar-lhe validade: os EUA, o Reino Unido e a França vetaram a moção de expulsão da África do Sul no Conselho de Segurança das Nações Unidas.¹ De fato, o veto serviu para dar credibilidade ao espetacular apelo da África do Sul. Por seu lado, a imprensa e a intelectualidade sul-africanas, temendo serem postas à parte, rapidamente encamparam essas promessas de mudança. Publicaram artigos fazendo crer que os sistemas que detêm o monopólio do poder fossem capazes de realizar mudanças fundamentais; conseqüentemente, o mundo, que se acostumou a associar Vorster à mais repugnante atuação racista, vê-se de repente perante uma imagem do primeiro-ministro envolvida por uma auréola de “homem predestinado”.

Todos estes acontecimentos desvendaram os inúmeros pilares nacionais e internacionais que escoram o sistema de dominação racial na África do Sul. A dominação branca recebe do mundo ocidental não só apoio material e militar, mas também sustentação ideológica e moral de grande parte de sua intelectualidade, marcada por uma tradição velha e decadente, especialmente no que se refere ao modo como vê os africanos.

Diplomacia e Dominação Branca

Qualquer debate sério sobre a política externa da África do Sul deve iniciar-se naquilo em que ela se liga à política interna, isto é, a questão fundamental a levantar é saber quais os fins, em política interna, que obrigam a adotar uma nova política externa. Isto parecerá incoerente, se estivermos acostumados a pensar em assuntos externos e internos como pertencendo a esferas diferentes. Geralmente entendem-se relações exteriores como arena da diplomacia, quase invariavelmente associadas a todo o tipo de intriga, enquanto os assuntos internos seriam supostamente conduzidos por homens que observam padrões de honestidade e

* Advogado sul-africano, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard (EUA).

integridade do mais alto grau. Nunca nos ocorre, nem vagamente, que o Estado que usa artifícios em suas relações com outros Estados, provavelmente o faz porque sua política interna também se baseia em fraudes. Realmente, os atos de um Estado em seu relacionamento internacional continuam os objetivos que adota em sua política interna. A questão é, sempre, de determinar qual o ponto interno que se pretende alcançar com a intriga diplomática.

O muito divulgado pronunciamento de Vorster, em novembro de 1974, aludindo às grandes mudanças que estariam para ocorrer e pedindo uma moratória de seis meses, foi seguido por um discurso do embaixador da África do Sul nas Nações Unidas, Pik Botha (atualmente, ministro das Relações Exteriores), ratificando-o e acrescentando que o *apartheid* tinha chegado à fase final. Sem dúvida, a África do Sul tentava dar ao mundo a impressão de que estavam para ser instituídas modificações significativas em sua política de discriminação racial. Mas, ao mesmo tempo em que tentava levar o mundo a acreditar que seu regime estava começando a abandonar o *apartheid*, Vorster lutava para que na África do Sul ninguém ficasse com essa impressão. Ele parecia estar particularmente atento aos negros, receando que criassem expectativas potencialmente embaraçosas para seus senhores brancos. O *Times of Zambia*, de 18 de novembro de 1974, incluía uma reportagem intitulada "Vorster avisa aos negros: brancos dominarão para sempre a África do Sul", afirmando que, no encontro de Zeerust, Vorster referia-se à *chance de seis meses* como não sendo a mesma coisa que "virar a África do Sul de pernas para o ar". A reportagem continuava: "criticando as interpretações maliciosas e completamente distorcidas surgidas de seu pronunciamento anterior, Vorster disse, num encontro político, que os brancos continuarão governando a África do Sul. Acrescentou que haverá governos majoritários na RSA, mas em concordância com a política do *apartheid*: por exemplo, a maioria dos Tswanas governando na Tswanalândia, dos Vendas na Vandalândia, e dos outros grupos africanos em seus respectivos territórios".

Como conciliar a continuação da dominação branca na África do Sul com a política de amizade com os Estados africanos? De fato, não há qualquer oposição entre estas atitudes aparentemente contraditórias: ao embarcar numa diplomacia amigável com os Estados africanos, a África do Sul tenta "evoluir" sem ter que abandonar a dominação branca.

O Primeiro-Ministro Vorster sabe que os Estados africanos que aceitaram ou estejam dispostos a aceitar tal apelo, o fazem por necessidade de trocas comerciais com a África do Sul e porque esperam poder influenciar o governo de dominação branca no sentido de cessar sua política interna de discriminação racial. Vorster crê que tais anseios não são razoáveis e que não têm qualquer possibilidade de realização. Basta ler a comunicação feita por ele aos membros de uma organização de acadêmicos *afrikaans*: "Formulei claramente a minha posição em Oudtshoorn. Procuramos amizades, mas terão que nos aceitar como somos. Naturalmente, haverá quem tente influenciá-los. Nenhuma lei pode proibir isso, todos os países tentam influenciá-los. Para isso é que existe a diplomacia. Mas nós não tentaremos modificar outros países, não é esse o nosso propósito nem a nossa função. Durante os anos de minha prática jurídica, freqüentemente experimentei a verdade que sabe que o homem com quem quer casar é ruim, mas que acredita poder mudá-lo depois do casamento. Porém, isso muito raramente acontece. Ela pode tentar influenciá-lo, mas na maioria dos casos não consegue modificá-lo. Nosso ponto de honra é que devemos ser aceitos como somos."²

A verdade é que quando Estados dialogam, o objetivo de cada um é influenciar o outro, e não simplesmente conversar. O que Vorster quis realmente dizer é que, enquanto a África do Sul pretende influenciar os Estados africanos, ela não tolerará qualquer tentativa deles no sentido de levar a afastar-se de sua política de dominação branca. Esta é a característica da África do Sul, onde, como Vorster deixou bem claro, qualquer esperança de mudanças substanciais através de conversações está condenada ao fracasso.

Não é por acaso que os recentes passos da África do Sul para um diálogo com os Estados africanos vêm justamente na seqüência do colapso do colonialismo português em Moçambique e em Angola. Quando a África do Sul retirou-se militarmente da Rodésia, mesmo antes de dar continuidade ao seu diálogo com os Estados africanos, isso não foi um resultado das conversações. Com efeito, a África do Sul procurou com sua retirada atrair os Estados africanos para a mesa de conferência. Seria errado pensar abstratamente em diálogo como um gesto de amizade. A resposta não anda longe. A derrota de seus aliados portugueses na África (em Moçambique, especialmente) significou, para a África do Sul, a perda de um Estado-tampão. Ela defronta agora o encargo de

controlar sua força de trabalho numa área muito maior do que anteriormente. Temendo dispersar forças por um vasto território, a África do Sul optou pela tática de concentrar dentro do país seus efetivos militares. No entanto, não devem ser completamente abandonadas áreas como a Rodésia, fortemente policiadas por seus aliados; elas se tornam arenas diplomáticas, e o diálogo, desta forma, se converte em mais um instrumento de barganha de um complexo essencialmente agressivo.

Assim, quando a África do Sul espalha seus mensageiros pela África para conversações, ela não espera que eles, ao regressarem, sejam portadores de um novo pensamento, que leve os legisladores sul-africanos a uma visão nova de vida e à introdução de um novo código de existência. Na realidade, o verdadeiro posicionamento é exatamente o oposto de tudo isso e tende a resguardar ainda mais o privilégio branco no que ele tem de essencial.

Industrialização sob Dominação Branca

Servindo para ofuscar a ligação entre o advento do racismo dos brancos sul-africanos ao longo do continente e seus atos internos, surge o mito de que a crescente industrialização do país promoverá a progressiva evolução ideológica e pragmática dos governantes sul-africanos, afastando-os de suas atuais preocupações e inquietações com dominação e raça.

Segundo este ponto de vista, o maior conflito interno na África do Sul é entre os chamados fatores econômicos e fatores políticos. Os fatores econômicos seriam motivados pela racionalidade, visando o progresso; os fatores políticos teriam sua sustentação em crenças tradicionais, arcaicas e sustentadas em tradições da realidade atual. Resumindo, os fatores políticos representariam o tradicionalismo. Avaliando os fatos segundo tal ótica, os fatores econômicos prevaleceriam sobre os fatores políticos e a África do Sul estaria assim, iniciando sua caminhada para o progresso. Os defensores deste mito parecem plenamente convictos de que detêm a verdade, a qual expõem com enorme eloquência, proclamando que a "racionalidade econômica leva a forma política a ultrapassar sua própria ideologia".³

Quanto a nós, porém, a industrialização na África do Sul, ou em qualquer outro país, não pode ser separada da sociedade global, não pode ser vista como se fosse autogeradora e com força autônoma. De fato, ela é parte integrante da sociedade sul-africana em seu conjunto. Ao invés de minar a estrutura, seus fundamentos básicos coordena-

nam-se com a sociedade e reforçam todo o organismo social. Neste país, a industrialização tem estado intimamente ligada às atuais aventuras sul-africanas no domínio das relações internacionais, motivando ainda mais fortemente sua atual penetração na África.

Poderemos considerar axiomático que a *détente* sul-africana com a África é a mais ampla dos nossos dias, envolvendo necessariamente suas relações econômicas como um dos elementos em maior desenvolvimento. As relações comerciais entre a África do Sul e os países africanos continuam a crescer e deverão expandir-se ainda mais num futuro próximo. De tudo isto, surge diretamente uma questão: qual o caráter que este comércio, alargado, imprimirá às relações sul-africanas com esses países? E, ainda mais importante, quais as necessidades da economia sul-africana que serão preenchidas pelo seu comércio com a África? Satisfazendo tais necessidades, será a África do Sul forçada a afastar-se da exploração interna e da discriminação racial ou a intensificá-las?

Qualquer resposta clara a estas perguntas se torna urgente, pela confusão criada em torno da significação política da industrialização sul-africana. É correto definir como mito o argumento segundo o qual o desenvolvimento da indústria de manufaturas sul-africanas significa progresso. Este mito nada tem que ver com a história da África do Sul atual.

A verdadeira história da África do Sul, após a invasão e a expulsão dos africanos de suas próprias terras, constitui-se na formação de uma economia predominantemente mineira e agrícola e, mais tarde, com o desenvolvimento, da indústria de manufaturas. Em todo seu curso, as bases desta economia foram a mão-de-obra africana barata e rigidamente controlada para, no interesse da própria indústria, poder ser melhor explorada. No sentido estritamente econômico, enquanto a economia sul-africana se fixou principalmente na mineração e na agricultura, esta política de mão-de-obra barata jamais apresentou contradições sérias para o regime. Também não lhe causou maiores entraves o fato de que uma política de mão-de-obra barata limitasse severamente o mercado interno. Os produtos da mineração e da agricultura foram naquela época adequada e lucrativamente colocados no mercado externo. Da mesma forma que no passado a economia do mundo capitalista possibilitou à economia escravista na agricultura do sul dos EUA prosperar sem mercado interno, também a quase escravista economia sul-africana pôde prosperar com base nas facilidades de merca-

do fornecidas pelas economias do mundo capitalista.⁴ Desde os anos 30, a África do Sul vem experimentando um rápido desenvolvimento no setor de manufaturas. Este setor já ultrapassa agora, quer a mineração quer a agricultura, em volume de contribuição para o PNB. No entanto, ao contrário da mineração e da agricultura, a indústria não se situa favoravelmente no mercado internacional; os industriais sul-africanos têm sido forçados a enfrentar a desfavorável concorrência de produtos industriais dos países ocidentais desenvolvidos, como o Reino Unido, os EUA, a Alemanha Federal e o Japão. Em conseqüência, ela tem sofrido constantes perdas em sua balança comercial.⁵ Desta forma, a África do Sul defronta-se com o problema de ver restringido seu mercado interno: a sua política de mão-de-obra barata diminuiu a capacidade de consumo efetivo da maioria da população. Este, o seu dilema.

Como sair deste impasse? A resposta sul-africana não aponta no sentido do abandono de sua política de mão-de-obra barata, nem ela poderá aumentar significativamente os salários dos negros. A África do Sul vê-se numa contradição entre a inevitável tendência expansionista da sua economia e a retração a tal expansão, resultante do atrofiamiento do mercado interno, por sua vez resultado da forçada política de mão-de-obra barata. Isto se dá devido à própria estrutura do sistema econômico da África do Sul e das outras economias ocidentais, bem como da específica regulamentação trabalhista e de controle social, inevitável conseqüência da superexploração da mão-de-obra africana e da manutenção do privilégio branco. Não é possível à África do Sul livrar-se destas duas tendências conflitantes nem acalmar as tensões por elas geradas. O país não pode abandonar sua expansão, pois qualquer economia capitalista visa desenvolver-se. Por outro lado, não pode expandir significativamente seu mercado interno sem desmantelar seu mecanismo legislativo bloqueador dos negros, impedindo-os de regatear o poder e reduzindo-os a objeto de superexploração. Resumindo, não é possível que alguns setores da população negra da África do Sul aumentem seu padrão de vida sem que seja derrubada toda estrutura de dominação branca. O problema do padrão de vida dos negros não se resolverá com simples reformas, mas sim com uma total reviravolta social, porque ela está intimamente dependente da questão do poder e da sua distribuição.

A única válvula de escape possível para a África do Sul parece ser a tentativa de conquistar mercados estrangeiros para suas manufaturas, pre-

ferencialmente na África, longe das concorrências desfavoráveis.⁶ A África do Sul já encetou relações comerciais com vários países africanos que representam uma pequena proporção relativamente ao total da produção para exportação. Porém, estas relações têm para ela especial significação, como afirma o Professor Grundy: "O comércio da África do Sul com o resto da África é importante por ser a África um continente onde a República Sul-Africana apresenta um saldo favorável na balança comercial." Ele afirma também que "é esta a imagem que os governantes e industriais sul-africanos visam melhorar e estão realmente melhorando. Os produtos econômicos produzem em política exterior tantos lucros quanto as crescentes relações políticas e, eventualmente, a dependência econômica. É esta dependência econômica que eles pretendem para negociar ao nível da aceitação política e para estrangular as alternativas de política externa dos seus clientes."⁷

Se este ponto de vista é correto, e julgamos que o é, então a *détente* trará para a África do Sul de dominação branca novas e significativas oportunidades de lucro econômico e político. É evidente o desejo destas novas oportunidades nas afirmações, freqüentes, de seus governantes e industriais. É ilustrativa uma resolução do Parlamento branco sul-africano, do início de 1967, cristalizadora da nova política: "(...) Esta Casa aprova a política adotada pelo governo de coexistência pacífica, cordial e de crescente cooperação com os países africanos, enfatizando especialmente a contribuição habilidosa da República Sul-Africana para o desenvolvimento econômico e tecnológico e o aumento de padrões de vida na África."⁸ Este pronunciamento, relativo ao padrão de vida dos africanos em outros países do continente, levaria os negros sul-africanos à reflexão, já que não estão acostumados a ouvir o Parlamento branco expressar o interesse deles acerca de seu padrão de vida.

Esta idéia da África do Sul como coração de um império-celeiro de provisões na África Austral foi inequivocamente expressa pelo Ministro do Desenvolvimento Banto, C. Botha, da seguinte maneira: "Desejaríamos ver a constelação de Estados africanos independentes tendo a África do Sul como núcleo mais poderoso". Os industriais sul-africanos não se atrasaram em relação aos políticos, no fervor da nova viragem para o império. Harry Oppenheimer, líder da *Anglo-American Corporation*, congratulou-se exuberantemente com as iniciativas de Vorster rumo à *détente*: "A *détente* está aí. E quaisquer que sejam nossos pontos de vista, neste país grandemente dividido politicamente,

creio que todos devemos estar gratos pela iniciativa do primeiro-ministro (...). A África do Sul nunca andou tanto em toda minha vida."⁹

Se o calculismo econômico dos industriais sul-africanos e os projetos político-militares de seus dirigentes podem assim caminhar juntos na política externa, como podem estar realmente separados dentro do país? A verdade é que eles estão tão unidos interna como externamente: a penetração sul-africana na África abre possibilidades de mercados de que a indústria necessita urgentemente, devido ao crônico déficit comercial com os países ocidentais. A superexploração dos trabalhadores negros na África do Sul impede o desenvolvimento do mercado interno.

O dilema sul-africano poderia ser solucionado se sua expansão abrisse novos mercados na África. Poderia então ela incentivar a expansão industrial, enquanto mantinha as relações colonialistas internas que asseguram a dominação branca.

As aventuras sul-africanas na África não se desenvolvem acidentalmente. Derivam direta e significativamente da própria dinâmica interna sul-africana. Qualquer inovação em sua política externa não será casual, mas orientada pela lógica da vida interna sul-africana enquanto organismo social.

Contrariamente à crença de certos círculos acadêmicos acerca de um conflito fundamental entre a economia ou entre os vários segmentos dessa economia, e a política da África do Sul, nós acreditamos que esses segmentos operam em total unidade orgânica, coerentemente demonstrada tanto interna quanto externamente. Ao chamar a atenção para o caráter orgânico desta estrutura de dominação, não estamos concluindo pela inexistência de discordâncias ou tensões. Na realidade, a estrutura sócio-econômica sul-africana gera contradições e conflitos a vários níveis. O que é crucial é distinguir entre magnitude e níveis de tais conflitos. A distinção é entre os conflitos centrais e permanentes e aqueles outros relativamente menores, periféricos e temporários, não essenciais ao conjunto da estrutura.

Há sem dúvida um conflito entre a indústria do setor de manufaturas e a mineração e agricultura. Mas é um conflito de grandeza secundária. Tardiamente próspera, a indústria de manufaturas está em desvantagem, em termos de colocação de mão-de-obra barata, relativamente à mineração e à agricultura. As leis do "passe" e as medidas de controle das migrações internas, que são os meios pelos quais a mão-de-obra negra é distribuída pelos vários setores da economia, têm sido favoravelmente absorvidas pela agricultura e mineração mais do

que pela indústria. Os setores de mineração e agropecuária são mais abundantemente supridos de mão-de-obra africana barata, através do sistema de migração de mão-de-obra, do que a indústria de manufaturas, o que leva esta a desejar sê-lo mais. O seu desejo de uma maior fatia do bolo é ignorado pela mineração e pela agricultura, que pretendem manter integral a sua parte. Conseqüentemente, a indústria de manufaturas é levada a forçar uma modificação da posição do departamento de mão-de-obra, o que envolveria o transplante de maior número de africanos de seus dormitórios rurais, suas reservas, para alojamentos segregados na periferia dos centros urbanos, onde a indústria se localiza. Isto constitui, afinal, um pedido de relaxamento das leis do "passe" e do controle de migração, com um fim específico. A controvérsia atinge a distribuição da mão-de-obra africana como recurso ou fator de produção. Por outras palavras, a disputa entre os vários setores da economia branca diz respeito às percentagens relativas ao espólio.

A Détente e a Legitimação da Dominação Branca

Passemos agora a uma análise visando mais diretamente os aspectos políticos da dominação branca, em sua conexão com o atual rumo das relações da África do Sul com os Estados africanos. Obviamente, não existe qualquer separação entre processo político e processo econômico; a distinção é artificial e usada justificadamente apenas enquanto facilita a exposição. De fato, os chamados fatores econômicos estão intimamente ligados aos chamados fatores políticos; numa análise final, ambos representam aspectos duma mesma realidade: a distribuição e o exercício do poder, reguladores e definidores das relações entre grupos e classes dentro da sociedade. Os interesses que levam a África do Sul ao expansionismo no continente africano são econômicos, políticos e militares, permitidos por uma posição de poder resultante de um sistema particular de ordenamento político e social. A análise que se segue é, de certo modo, análoga à anterior, e, por isso, tornam-se inevitáveis algumas repetições.

Em resumo, tal como a África do Sul, com a superexploração do negro, restringe sua capacidade de expansão interna, também o estilo de dominação política passa pelo problema de controlar a população negra, assegurando sua submissão mais ou menos voluntária a tal dominação: este é o problema da legitimação da usurpação branca do poder.

pulação num consenso de normas comuns. Excluída esta hipótese, o substituto sul-africano desta legitimação apóia-se precariamente num pequeno alicerce social, base altamente instável, por sua própria natureza. As elites instruídas, como toda a classe média, reagem sensivelmente às mudanças sociais. Isto é, como este grupo é cada vez mais temeroso da força que vem de baixo, a base social da dominação branca é, conseqüentemente, reduzida e torna-se ainda mais precária.

A necessidade interna do uso direto da força e o próprio sistema de superexploração constituem, por si só, barreiras futuras ao desenvolvimento de um efetivo mecanismo de legitimação. A evidência desta superexploração é quase palpável e toma a configuração de salários de fome para os negros, subnutrição, mortalidade infantil, aumento do vigor na lei do "passe", arregimentação forçada para o trabalho, e todas as formas de brutal degradação humana a que está condenado cada homem na África do Sul. Esta é a expressão concreta em termos humanos do que cada negro compreende e sente no seu dia a dia. Esta escravidão e esta exploração humanas são totais, acompanhadas de intenso programa ideológico que visa conciliar os negros com sua opressão. Mais ainda: quase toda a questão econômica ou de ordem local, levantada de tempos a tempos pelos negros, invariavelmente leva a uma confrontação direta com as forças governamentais. Quantas vezes já aconteceu de, após os trabalhadores negros entrarem em greve ou se manifestarem por aumentos salariais e melhoria das condições de trabalho, imediatamente os defrontar o poder estatal? Quantas vezes aconteceu de um boicote de ônibus, por aumento do preço da passagem, ter sido suficiente para levar a polícia a atirar nos manifestantes? Praticamente, qualquer atitude dos negros serve para tornar mais evidente o antagonismo fundamental entre eles e aqueles que detêm o poder. Isto reflete a rigidez da estrutura de dominação, sua incapacidade de absorção de conflitos e de resolvê-los através do diálogo. A menor agitação parece abalar a base da estrutura. Nesta situação, é difícil enfrentar problemas apenas supostamente isolados. Inexoravelmente, cada problema é uma face da questão central do poder. Diariamente, as polêmicas setoriais ajudam à compreensão generalizada do conjunto.

O crescimento de uma consciência política entre os negros tem impedido o desenvolvimento de uma legitimação da dominação branca. Já nos referimos à discussão entre os conciliadores e aqueles que se opõem a uma posição de acomodação, expressão ideológica da nova política. Já

salientamos, também, as revoltas rurais e as greves urbanas. Tudo evidencia que uma nova consciência está despertando e atingindo todo o país. A revolta nas áreas rurais tem especial significação, pois está diretamente voltada contra os chefes dos *bantustans*, novo sustentáculo do sistema sul-africano.

Da série de experiências instituídas pelo Estado branco com o propósito de "segurar os negros pela rédea", a mais audaciosa e imaginativa é o Plano *Bantustan*. Representa o culminar dos esforços de 'pacificação' e traz consigo uma nova combinação e síntese dos elementos essenciais contidos nas versões anteriores do processo de 'pacificação' por logro. No sistema *bantustan*, os chefes africanos e as elites negras instruídas (formalmente os agentes principais da falsa representação no NRC) colocam-se lado a lado no novo esquema. Na maioria das vezes, este estratagem de logro revela uma quase sinistra imaginação por parte de seus arquitetos, pois visa alterar os anseios da população negra e a leva a uma solidariedade 'nacional' restrita à sua etnia (fragmentação), o que dificulta a formação de uma consciência verdadeiramente nacional, indispensável a libertação.

A Resposta do Poder Branco — O Esquema Bantustan

A experiência *bantustan* representa a continuação da política tradicional sul-africana e a prática da dominação branca através de leis disfarçadas. Sua primeira preocupação foi impedir a tomada de consciência nacional entre os negros. À crescente solidariedade nacional dos africanos, o Estado impôs a fragmentação pela 'retribalização'. Perseguiu o mesmo fim, o *bantustan* monta uma máquina administrativa bem coordenada que obriga os africanos a se autopoliciarem e a gravitarem em torno do comando central do poder branco. Esta é a verdadeira natureza do Plano *Bantustan*, bem diferente daquela que o governo tenta difundir.

Ao inaugurar este esquema, o governo proclamou que estava concedendo autogovernança aos africanos. Posteriormente, quando os dominadores sul-africanos se convenceram de que aquela independência política neocolonial não era necessariamente inimiga da dominação racial, o governo anunciou que seus *bantustans* evoluiriam, eventualmente, para Estados independentes. Desde então, a propaganda deste programa tem sido cada vez mais intensa. O governo espera apaziguar os negros, com base nesta promessa, e também

frear a crescente oposição mundial ao *apartheid*. Acima de tudo, através desta simulação, ele pretende conseguir a boa vontade dos Estados africanos. Os *bantustans* têm, portanto, um importante papel na política sul-africana, tanto interna quanto externa. A chave para uma perfeita compreensão dos *bantustans* reside na questão da terra. Efetivamente, a despossessão das terras dos negros na África do Sul foi vital para a continuidade da exploração econômica e da subjogação política dos africanos. Os *bantustans* situam-se nas chamadas "terras para africanos", que não são mais do que reservas de nativos sob outro nome. Segundo esse plano, os *bantustans* terão nessas reservas, mesmo após a independência, sua única extensão territorial. Os *bantustans* são pequenos pedaços de terra dispersos por todo o território sul-africano, somando cerca de 13% da superfície total do país. São aquela porção territorial que permaneceu na posse dos africanos após a conquista militar e a despossessão territorial pelos europeus. Pelo *Native Land Act*, de 1913, o Estado branco decretou que o direito de os africanos terem suas próprias terras estava limitado àquelas situadas dentro das reservas permanentes. Com efeito, o Estado branco tornava permanente e legal uma situação já estabelecida de fato por meios militares violentos (questão chocante para quem, como nós, está habituado a ver na lei e na ordem a antítese da violência) e que jamais se alterou. Apenas foram modificados os nomes usados pelos governantes brancos para descrevê-la e dar-lhe valor legal e constitucional. Assim, em 1936, o governo decretou o *Native Representation Act*, terminando assim com os últimos vestígios do direito de voto dos africanos. Ele pretendia fazer com que a falsa representação criada pelo *Act* compensasse os africanos da perda de suas terras e do direito de voto.¹⁵

Em 1951, o Estado branco decretou o *Bantu Authorities Act*, proclamando que os referidos pedaços de terra (reservas) passariam a ser a terra natal (*homelands*) dos africanos, os *bantustans*. Aí teriam seu lugar de autonomia e eventual independência. Mas, seja qual for a mudança de nomes, as reservas continuarão sendo "reservas de nativos", e a continuidade deste fato é que é o dado fundamental e incomparavelmente mais importante do que a troca de nomes. A terra onde os *bantustans* estão localizados é a que restou após a derrota militar dos negros. Já era bastante inadequada para a subsistência há cerca de cem anos. Esta desagregação da tradicional economia africana de subsistência foi causada pela expulsão

dos africanos de suas terras. Conseqüentemente, estes foram forçados a migrar em grande número, atraídos pelos salários pagos nas fazendas de brancos e nas minas de ouro e diamante.¹⁶ Desde então, a migração dos africanos, de e para suas reservas, em busca de suplemento salarial, tem sido constante e volumosa, transformando-se em instituição fundamental do sistema econômico-social sul-africano. Nessas reservas, as condições têm-se deteriorado enormemente no correr dos anos, e a crescente população continua encerrada nessas pequeníssimas áreas, que se tornaram dormitórios rurais da grande força de trabalho africana.

O Professor Gwendolyn Carter, que não pode ser acusado de propor a libertação armada da África Austral, afirma sem exagero: "(...) A falta de recursos exploráveis nas reservas africanas, incluindo o Transkei, sua superpopulação e sua dependência dos ganhos da migração de mão-de-obra, mesmo para a subsistência, tornam-nas ainda mais dependentes, quanto a capital e organização comercial e industrial, até mesmo mais do que o eram as colônias menos desenvolvidas na África, no período pré-independência. Sem um amplo e sistemático afluxo de capital e sem desenvolvimento industrial, haverá possibilidade de estas áreas africanas, incluindo o Transkei, serem mais do que favelas rurais?"¹⁷

A tendência para especular sobre a possibilidade de uma economia viável nos *bantustans*, apóia-se na dificuldade em compreender a natureza das relações destes *bantustans*, ou reservas, com a economia sul-africana. Esta economia alimenta-se de mão-de-obra barata arregimentada e conservada sob vigilância policial, quase como uma mão-de-obra escrava. A verdade é que estas reservas não são apenas favelas rurais empobrecidas, mas a resultante lógica das funções para que foram destinadas, isto é, como campos de concentração de trabalhadores. Faz tanto sentido falar delas como terras dos africanos, ou de seu "desenvolvimento político e econômico", como faria sentido falar dos campos de concentração de Stalin, na Sibéria, como habitat natural de seus moradores. Por isso mesmo, por sua própria função, estes reservatórios não são nem podem ser economicamente viáveis, e tampouco podem ser considerados pontos de partida para uma verdadeira independência. Se não puderam anteriormente sustentar uma economia de subsistência, como poderiam agora sustentar uma população que aumenta assustadoramente? De qualquer forma, como encontrariam forças para o seu desenvolvimento, se toda a população masculina ativa das reservas é migran-

te, presa ao desenvolvimento industrial, não das reservas, mas da maioria do território do país, que é exclusiva dos brancos? Entretanto, a falta de mão-de-obra sul-africana chegou a um ponto grave; o suprimento de mão-de-obra estrangeira está se reduzindo, dado o recente desenvolvimento político-econômico dos países africanos vizinhos. Logicamente, o que há a esperar em tais circunstâncias é que a África do Sul intensifique seus esforços de captação de recursos internos de mão-de-obra barata. Pelas mesmas razões, é totalmente irrealista e ingênuo esperar que, em tais condições, a África do Sul permita que seus *bantustans* desenvolvam pequenos paraísos de auto-suficiência, agravando assim a carência de mão-de-obra da economia branca.

A integração dos *bantustans* e sua subordinação ao setor dominante da estrutura sul-africana expressam-se economicamente pelo fato de servirem de depósito de trabalhadores destinados a suprir a indústria branca com mão-de-obra africana barata. Esta mesma relação dominante-dominado é reproduzida administrativamente no sistema *bantustan*. As bases de operação desta astuciosa invenção administrativa foram lançadas em 1951, pelo *Bantu Authorities Act*.

O *Bantu Authorities Act* estabeleceu uma estrutura hierárquica administrativa que vai das jurisdições distritais às tribais, regionais e territoriais. Uma das principais facetas deste esquema é uma espécie de africanização das funções policiais. Cabe ao pessoal africano da administração local controlar socialmente os africanos. Esta regionalização pode ser facilmente confundida com uma descentralização da autoridade. Realmente, os dominadores brancos procuram realçar tal aparência, quando a apresentam como autogovernança ou incipiente independência dos africanos. Porém, tudo não passa de uma enganadora aparência: a regionalização serve para coordenar as várias agências administrativas numa mais efetiva transmissão do comando da autoridade central, o poder branco.

O fator mais importante do sistema *bantustan* é utilizar simultaneamente os chefes tradicionais e as elites instruídas, de tal forma que uns apóiam os outros e ambos sustentam o esquema global de dominação branca.

Esta tentativa de unir elementos tradicionais e modernos constitui uma aparente contradição, mas o dominador branco reconcilia-os operacionalmente e vai atingindo seus objetivos. A dominação branca necessita do chefe tribal como foco e pivô da completa 'retribalização' que o plano requer e

necessita também das elites negras instruídas, porque elas, contrariamente aos chefes, gozam agora de aceitação popular. Não obstante, reconhecem, no caso das elites, o risco de elas irem além do que o desejado. Esta é uma ambivalência já anteriormente percebida. Ela visa o serviço das elites, como intermediárias, pois que elas controlam as massas. O dominador branco espera e deseja que essa influência seja exercida em favor dele e contra o povo. Contudo, a elite negra, em se prestando a isso, corre o risco de perder sua influência sobre o povo e sem essa influência não pode servir ao poder, branco. A contradição é resolvida de uma maneira simples: nos *bantustans*, os chefes ocupam a posição dominante e estão, portanto, acima das elites negras instruídas. Por exemplo, o chefe Matanzima é o primeiro-ministro do *Bantustan Transkei* e o chefe Gatsha Buthelezi é o primeiro-ministro do *Bantustan Zulu* etc. Este sistema permite que os chefes emprestem seu colorido ao plano de 'retribalização', ao mesmo tempo que controlam as elites propensas a desvios. Estas, por sua vez, prestam assistência administrativa aos chefes e lhes transferem o prestígio popular que possuem. Efetivamente, para poderem falar, as elites têm que validar e legitimar o sistema de chefias tradicionais.

Uma Avaliação do Esquema Bantustan

Qual é a base de legitimação destas elites? Sua legitimidade deriva do fato de o povo associá-las à idéia de progresso. Essa associação é o principal elo a mantê-los presos na estrutura que entrava um progresso de fato e que, na verdade, conduz ao retrocesso, à 'retribalização'. O sistema *bantustan* representa um deliberado e maciço esforço do governo sul-africano no sentido de doutrinar e arregimentar os africanos. Se excetuarmos a Alemanha nazista, não conhecemos nenhum outro país que tenha ido tão longe. Esta operação se mantém já há 25 anos. É evidente que o plano falhou em sua tentativa de neutralizar a resistência e 'pacificar' os africanos. Hoje, o cenário na África do Sul é tão turbulento quanto nos anos 50. Mencionaremos apenas alguns acontecimentos com tão grande participação popular que nem a repressão conseguiu evitar que o mundo deles tomasse conhecimento: as greves de Durban e Johannesburg, em 1972 e 1973; a greve dos mineiros de Reef. As numerosas prisões, os desterros, a perseguição diária contra a *Black People's Convention* e contra a Organização dos Estudantes Sul-Africanos — SASO —, testemunham bem que a resistência negra à dominação branca prossegue.

O fracasso da 'pacificação' através da "bantustização" comprovou que o projeto da *Bantu Authorities* apenas sobrevive graças aos suportes adicionais, recursos legais e administrativos. Por exemplo: o *Bantu Education Act*, que visa introduzir a tribalização através do sistema educacional; a transferência, das cidades para as zonas tribalizadas, de áreas residenciais de africanos etc. Ao mesmo tempo, nunca como hoje o governo se esforçou tanto por popularizar, dentro e fora do país, os *bantustans*.

A vigilância policial e o uso de outros meios violentos têm aumentado quase tanto quanto o volume de propaganda sobre a 'pacificação'. A intensificação do uso direto da força prova o insucesso da 'pacificação'. Esta serve para levar a vítima a submeter-se "pacificamente" à dominação branca, e mesmo "voluntariamente"; porém, não tem havido voluntários entre os negros sul-africanos. Continua sem solução o problema da crise da dominação branca. A questão, dessa maneira, é saber o que se seguirá a essa crise.

Détente. Esta é uma outra expressão que concretiza as tentativas sul-africanas de resolução do conflito interno, a crise de sua dominação sobre os africanos. Trata-se de uma forma de procurar aliados para a guerra do governo branco contra os negros. *Détente* é o prolongamento desta guerra, por outros meios. É uma paz formal, distorcida. A dominação branca sul-africana tem a seu lado, nos *bantustans*, setores significativos das elites negras, mas estas não têm conseguido acalmar as massas acenando-lhes com a falsa esperança dos *bantustans*. Assim, persiste a necessidade de encontrar mais aliados. Alargando o seu apelo de amizade e diálogo com governos africanos, a África do Sul pede-lhes auxílio para um efetivo apoio aos *bantustans*, ao mesmo tempo em que tenta voltar esses governos e respectivos povos contra os negros africanos. Só estando em paz com os demais Estados africanos é que a África do Sul poderá conter as pressões das grandes potências, mantendo-as fora do seu caminho e deixando-lhe a possibilidade de manter relações neocoloniais com países e povos subdesenvolvidos. As grandes potências concordam em que os Estados africanos, tal como o restante do Terceiro Mundo, não devem ser hostilizados, solicitude que não advém de um abstrato amor à liberdade e à vontade divina, mas que cresce com o receio de que se tornem freqüentes os antagonismos fora da órbita capitalista ocidental. Além disso, como esgotou seus recursos para a 'pacificação' interna dos negros, a África do Sul apela agora para os outros negros da África.

Parece suficientemente claro que a *détente* tem apenas os *bantustans* como objeto de troca pela consideração e amizade dos Estados africanos, além da parceria destes com as elites negras sul-africanas. Mesmo assim, não se acredita que seja dessa forma que o assunto é entendido por um grande número de dirigentes tanto da África do Sul quanto dos Estados africanos independentes. Nesses círculos, é evidente o desejo de que os governantes brancos da África do Sul dialoguem responsabilmente, seja o que for que isso signifique. Tal esperança se baseia na falsa premissa de que é possível um diálogo livre e igualitário entre países de força desigual. Ela é também alimentada pela crença, sem fundamentos, de que os sul-africanos querem a paz pela paz, bem como pela incapacidade de compreender que a atual proposta de paz é intrinsecamente hostil.

Quando, pela primeira vez, o governo sul-africano deu a conhecer sua intenção de dialogar com os Estados africanos, a reação imediata de vários líderes africanos, tanto da África do Sul como de seus vizinhos independentes, foi de afirmar que o diálogo teria que começar em casa, isto é, na própria África do Sul. Como aquele provérbio que diz que "a caridade começa em casa". Parece não ter ocorrido a esses líderes que a África do Sul, ao clamar pela *détente*, visava simplesmente novas formas de manutenção de sua velha estrutura de dominação branca. As motivações claramente desonestas deste convite ao diálogo não se faziam claras para esses líderes, que julgaram-no positivo e que acreditaram que ele revelava indubitavelmente a intenção, por parte do regime racista, de abor- dar os fatos de forma aberta e benevolente (como se a benevolência tivesse alguma vez sido sentida pelos sul-africanos negros, durante os 300 anos de história com os brancos).

A Resposta dos Estados Unidos à Oferta de Amizade pela África do Sul

A atitude de numerosos Estados africanos dá a impressão de que eles estão imbuídos de uma fé ingênua de o diálogo, por si só, bastar para modificar o modo de pensar dos dirigentes brancos. Isso se manifesta em várias expressões de alguns homens de Estado africanos. Por exemplo, o Presidente Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim, dizia a um repórter de Abidjan, em novembro de 70: "A única invasão da África do Sul que eu gostaria de ver, seria a de diplomatas africanos." Num anterior conferência para a imprensa, em fevereiro de 68, o Chanceler da Costa do Marfim afir-

mava que os Estados africanos deveriam dialogar com a África do Sul, pois isso a levaria a compreender "seus erros" e a ver como é "abominável" e errada a doutrina do *apartheid*.¹⁸ Em novembro de 74, o Presidente Kaunda, da Zâmbia, elogiou muito Vorster, chegando a chamá-lo de "a voz da razão".

O desejo sul-africano de *détente* pretende, claramente, utilizar os Estados africanos como escudo contra a condenação mundial da política do *apartheid*. Esses Estados são utilizados para dar um cheiro de autenticidade aos *bantustans* perante a promessa de que esses reservatórios sul-africanos de mão-de-obra se transformarão em Estados independentes. Tem sido barulhenta e persistente, na busca de amizade com os Estados africanos, a propaganda dos *bantustans* pela África do Sul. Não é possível separar o diálogo do "Plano dos *Bantustans*". No entanto, alguns Estados africanos continuam reagindo como se estivessem respondendo a um verdadeiro convite para dialogar, endossando virtualmente a política racista e o Plano do *Bantustan*.

O duplo papel da África do Sul na dominação de toda a África Austral não pode ser esquecido. Mantendo uma colônia interna, a África do Sul desenvolve relações patrão-cliente com quase todos os países que lhe são vizinhos. Primeiro, a África do Sul hostilizou a independência dos *High Comission Territories* (Lesoto, Suazilândia e Botsuana) e, genericamente, de toda a África. Contudo, concluiu logo depois que a independência política desse países não fazia perigar seus interesses de hegemonia econômica, cuja predominância agora tenta manter, através do controle do poder econômico sobre esses países, com os quais mantém relações amigáveis. Exceto em Lesoto, onde teve de intervir para evitar a tomada do poder por um setor político que lhe era hostil, a África do Sul não tem tido, para assegurar a amizade e cooperação desses governos, necessidade de manter uma presença política ou militar. Essa amizade é, quase, automática e voluntária.

São consideráveis os interesses econômicos da África do Sul na Rodésia, cuja economia controla em cerca de 50%. Até agora a Rodésia tem auxiliado a África do Sul a proteger-se militarmente de um eventual ataque pelo norte. Com a recente libertação de Moçambique e Angola, aumentou o valor da Rodésia para a África do Sul, como Estado-tampão. É claramente errado supor que a África do Sul irá desperdiçar tais vantagens, permitindo que a Rodésia determine o seu destino livremente e sem interferências.

Há uma conexão indubitável entre as operações do colonialismo interno da África do Sul e suas atuações em Angola, na Rodésia e por toda a África Austral. Elas são aspectos de um mesmo e único processo: a intensificação e internacionalização do subdesenvolvimento capitalista da África Austral, sob a direção da RSA. A África do Sul recebe a força que usa para arregimentar os Estados negros da África Austral, das vantagens econômicas surgidas do seu colonialismo interno. Do seu poder de conter os negros internamente, ela fortalece sua recém-adquirida dominação neo-colonial da África Austral.

Uma Análise Crítica da Estratégia da OUA na África Austral

Aceitar o convite para o diálogo implica a aceitação do sistema sul-africano. Entretanto, nem todos os Estados africanos tornaram-se cegos a ponto de apoiar as propostas de Vorster. A maioria dos membros da Organização da Unidade Africana, OUA, parece estar bem alertado para o perigo que correm ao aceitar como correta a proposta de Vorster. Eles pensam que o diálogo deve ser conduzido combatendo o esquema de Vorster e apoiando a causa da libertação africana nos países da África Austral. Este ponto de vista se reflete na declaração de abril de 75, da conferência dos chanceleres da OUA, acerca da estratégia continental referente à África Austral, visando o progresso da luta de libertação no Zimbábue e na Namíbia e demonstrando que os recentes acontecimentos, principalmente em Angola e Moçambique, têm forçado a África do Sul a ficar encurralada política e militarmente. A declaração prossegue fazendo uma distinção entre a África do Sul como Estado colonizador e a África do Sul como Estado independente. Segundo os autores da moção, esta distinção trará consequências importantes quanto à estratégia e à formulação de respostas apropriadas às propostas sul-africanas de diálogo. Evita-se a impressão de que, aceitando o diálogo, se aceitariam e apoiariam os hábitos racista sul-africanos. Por isso, afirmaram que: "Deve enfatizar-se que a boa vontade em falar com Vorster e seu governo acerca da transferência do poder na Rodésia e na Namíbia é bem diferente de cooperar com eles em suas tentativas de fazer amigos na África para impedir a luta pelos direitos humanos na África do Sul. Toda a conversação se deve limitar a assuntos referentes à transferência de poder naqueles países e em completa cooperação com os movimen-

tos nacionalistas autênticos. Falaremos com os sul-africanos como colonialistas que são, e não como governantes da África do Sul.¹⁹

Esta declaração da OUA, de 1975, surgiu logo após o Dr. Kaunda ter falado, no tão proferido discurso, acerca da "voz da razão", e tal-

vez ela deva ser entendida como uma correção às palavras do presidente da Zâmbia. Mas, se a declaração da OUA estabelece um princípio de fato justo em que deve basear-se uma estratégia de efetiva libertação na África do Sul, este é um outro assunto para se discutir.

NOTAS

1. Na ocasião do debate para a votação da expulsão da África do Sul, exigida pelo Grupo Africano no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em outubro de 1974.
2. B.J. Vorster. "South Africa in the World" in *South Africa's Outward Policy*. (Discursos pronunciados no Congresso Anual da Suid-Afrikaanse Akademie Vir Wetenskap en Kuns, em Pretória, julho de 1969.) Londres: National Bookhandel Publishers Ltd., 1970.
3. Ralph Horwitz. *The Political Economy of South Africa*. Nova York, 1967, p. 427.
4. Eugene D. Genovese. *The Political Economy of Slavery - Studies in the Economy and Society of the Slave South*. Nova York, 1961, pp. 157-73.
5. Sean Gervasi. *Industrialization, Foreign Capital and Forced Labor in South Africa*. Nova York: Unit on Apartheid, ST/PSCA/SER. A/10, 1970.
6. *Ibid.*
7. Kenneth Grundy. *Confrontation and Accommodation in Southern Africa - The Limits of Independence*. Los Angeles: University of California Press, 1973.
8. Peter Mulenga. "JV's Olive Branch", in *Zambia Daily Mail*, 20 de novembro de 1974.
9. The Johannesburg Star (semanário), 12 de abril de 1975.
10. *The South Africa Act* de 1909 foi o estatuto britânico que criou a União Sul-Africana, integrando as colônias: Cabo, Orange, Transvaal e Natal.
11. A *Representation of Natives Act No. 12*, de 1936, introduziu um esquema de representação separada dos negros. Esse ato foi abolido em 1959. O *Bantu Authorities Act*, de 1951, eliminou a representação dos negros pelos brancos no Parlamento e, por sua vez, introduziu uma ficção de autogoverno pelos negros nos seus chamados *homelands*.
12. I. B. Tabata. *The All African Convention: The Awakening of a People*. Johannesburg: People's Press, 1950.
13. Govan Mbeki. *South Africa: The Peasants' Revolt*. Baltimore: Penguin, 1964, pp. 111-34.
14. Sam Mhlongo. "Black Workers' Strikes" in *Southern Africa*, *New Left Review*, Jan-Fev. de 1974.
15. C. M. Tatz. *Shadow and Substance in South Africa. A Study in Land and Franchise Policies Affecting Africans, 1910-1960*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1962.
16. De Kiewiet diz que, entre 1871 e 1895, uns cem mil africanos com uns 400 mil dependentes trabalhavam nas minas de diamantes em Kimberley. V. C. W. De Kiewiet. *A History of South Africa - Social and Economic*. Londres: Oxford University Press, 1968, p. 91.
17. Gwedolen M. Carter, et alii. *South Africa's Transkei - The Politics of Domestic Colonialism*. Evanston: Northwestern University Press, 1967, p. 5.
18. Citado em Grundy. *Confrontation and Accommodation in Southern Africa*, pp. 142-43.
19. Veja a declaração feita pela Conferência dos Chanceleres da Organização da Unidade Africana, abril de 1975, sobre "Estratégia Africana na África Austral". Dar-es-Salam: Imprensa do Governo da República da Tanzânia, p. 18.

SUMMARY

The author analyzes the motives behind recent attempts on the part of South Africa to improve its relations with its African neighbors and erase from international memory the policy of racial segregation (apartheid). The key to this effort is the Bantustan plan.

Through creating nominally "independent Black nations" within South Africa, the government attempts to convince the outside world that it has established a form of "separate but equal" government, within an essentially racist state.

The motive for this new plan is South Africa's need to export its manufactured goods to other African nations. Because the policy of racial domination has created a severely restricted internal market, the manufacturing sector of the economy is forced to seek external outlets for its products. Other African nations are the logical choice; however it is politically difficult for them to

trade with and thus implicitly condone the white minority Vorster Government. South Africa's rulers hope, through the Bantustan plan, to convince African states that they have developed an equitable solution for the majority of blacks in the country.

The Bantustan program, however, is unviable both economically and politically, the author argues. The land allotted to Africans is minimum and unproductive, and the appointed leaders are tribal chiefs already locked into the current system of white domination.

South Africa, the author concludes, is attempting to evolve an overall scheme whereby it is the all-powerful nucleus in the constellation of southern African states. Other African states, and external powers as well, should be aware that acceptance of the Bantustan plan is both a disservice to black South Africans and an implicit green light for white South Africa's economic expansion in Africa.

RÉSUMÉ

L'auteur analyse les motifs expliquant les récentes tentatives de la part de l'Afrique du Sud d'améliorer ses relations avec ses voisins et d'effacer de la mémoire internationale, la politique de ségrégation raciale (*apartheid*). La clef de cet effort peut se traduire à travers le plan *Bantustan*.

A travers la création nominale des "nations nègres indépendantes" au sein de l'Afrique du Sud, le gouvernement s'efforce de convaincre le monde extérieur, qu'il est parvenu d'établir une forme de "*Separate but Equal*" (séparé mais égal) gouvernement dans un Etat essentiellement raciste.

Le motif de ce nouveau plan de l'Afrique du Sud caractérise son besoin d'exporter ses produits manufacturés aux autres nations africaines. Parce que la politique de domination raciale créant une sévère restriction du marché interne, le secteur des manufacturés de l'économie est obligé de trouver de nouveaux débouchés externes pour ses produits. Les autres nations africaines marquent un choix logique; cependant, il est politiquement difficile

pour elles de traiter commercialement, car de cette manière, elles acceptent implicitement le gouvernement minoritaire blanc de Vorster. Les dirigeants sud-africains souhaitent convaincre les États africains, à travers le plan *Bantustan*, qu'ils ont développé une solution équitable pour la majorité des noirs dans le pays.

Cependant, le programme du *Bantustan* est politiquement et économiquement inviable, déclare l'auteur. L'espace terrien est insuffisant et improductif, et les leaders désignés chefs tribaux, sont déjà encadrés dans le système courant de la domination blanche.

L'auteur conclut que l'Afrique du Sud s'efforce de développer un projet complet par lequel elle sera le tout puissant noyau dans cette constellation des nations de l'Afrique Australe. D'autres États africains, aussi bien que d'autres forces extérieures doivent savoir qu'une acceptation du plan *Bantustan* serait d'une part négative pour les noirs sud-africains et d'autre part, serait un feu vert pour l'expansion économique de l'Afrique du Sud blanche en Afrique.

CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA COSTA OCIDENTAL DA ÁFRICA – UM PERFIL

*J. Michael Turner**

1. Os Brésilien

Em fins de 1830 um novo grupo emigrante surgiu e cresceu na costa ocidental africana. Chegado aos portos de Lagos, Badagry, Porto Novo, Ouidah, Grand Popo e Petit Popo, este grupo de emigrantes havia originalmente embarcado no porto de Salvador, Brasil, também conhecido como Bahia de Todos os Santos. Antes do fim do século XIX o número de emigrantes afro-brasileiros para a África Ocidental havia ultrapassado o número de três mil.¹ Sua influência cultural começaria a se tornar visível nas cidades litorâneas das atuais Nigéria e Gana. Abrangendo as mais variadas denominações, tais como Amaros, Brasileiros ou Tabon,² este trabalho procura definir as tradições culturais desses emigrantes afro-brasileiros e determinar a natureza e extensão do seu impacto cultural na costa africana.

Através da história da escravatura brasileira, a composição étnica da comunidade escrava esteve sujeita a mudanças. Os escravos foram importados de Angola e Moçambique durante determinada época, enquanto depois, ou para outra região geográfica do Brasil, vêm grupos étnicos da África Ocidental.

No início do século XIX, no nordeste brasileiro, a maioria dos escravos havia sido trazida de países africanos ocidentais, tais como Nigéria, Daomé (atual Benin), Togo e Gana. No caso dos escravos procedentes da Nigéria, muitos foram capturados como resultado da expansão das guerras islâmicas ou *jihads*, as quais foram iniciadas pelo Fulani *mallam* Uthman dan Fodio contra o Estado Haussa de Gobir. Como as *jihads* descem até as cidades iorubas de Ilorin e Ibadan, o deslocamento social e o caos que acompanhavam a guerra produziram cativos, que eram vendidos aos mercadores brasileiros de escravos residentes na costa ocidental africana.

A tradição islâmica dos escravos brasileiros do século XIX foi de grande importância para determinar o grau de sua integração no sistema escravagista existente no interior da Bahia.

Sua sincera adesão à religião islâmica, a capacidade de alguns escravos para ler e escrever em árabe, levaram os seus senhores brasileiros a considerar os escravos muçulmanos como rebeldes em potencial. A complexidade da instituição escravista baiana permitia a alguns escravos trabalharem em áreas urbanas, muitas vezes como assalariados, remetendo aos seus senhores uma percentagem do seu salário semanal, conhecidos como *negro de ganho*.³ Estes escravos tradicionais e pessoas livres de

* Doutor em História pela Universidade de Boston (EUA). Professor de História da África da Universidade de Brasília.

cor constituíam, na Bahia do século XIX, um substrato diferenciado, formando um meio cultural independente da sociedade branca. Desta sociedade afro-baiana surgiu, no século XIX, um verdadeiro desafio para o sistema escravista.

Em janeiro de 1835 um grupo de escravos e pessoas livres, liderados por muçulmanos, tentou derrubar o governo provincial da Bahia e eliminar o sistema de escravatura existente. A organização foi a chave para a rebelião de 1835, e o plano apelava para o ataque simultâneo a várias partes da cidade. É provável que para muitos dos líderes muçulmanos da revolta o objetivo último fosse a criação de um Estado Teocrático Islâmico na parte norte da província.⁴ O conceito de *jihād*, ou "guerra santa", foi transferido da África para o nordeste brasileiro. As conseqüências do insucesso da rebelião de 1835 influenciaram o processo histórico em ambas as margens do Atlântico.

Vários líderes da rebelião foram executados pelo governo baiano, outros foram deportados para longínquas províncias brasileiras e muitos outros para a África Ocidental. A fim de acelerar a expulsão da província de todos os indesejáveis, o vice-presidente autorizava os navios com destino aos portos da África a receberem um número específico de suspeitos de acordo com a tonelagem de cada navio.⁵ Tanto legalmente como na prática, os libertos da Bahia tornaram-se alvo da raiva dos brancos, provocando medo e ansiedade em conseqüência da revolta Malê. Durante esse período, grande número de libertos começou compreensivelmente a pensar na possibilidade de retornar à África Ocidental. O regresso à África tornou-se uma alternativa lógica de ruptura com uma estrutura social crescentemente repressiva.

O movimento brasileiro de regresso à África foi, após o negativo impulso inicial das ordens de deportação das autoridades provinciais, quase sempre financiado pelos próprios afro-brasileiros. Através de suas irmandades, ou sociedades fraternais de caridade, os escravos podiam usar suas poucas economias para reservar lugar nos navios que rumavam para os portos da África Ocidental.⁶ Escravos e libertos juntavam-se em organizações de auxílio mútuo, as quais geralmente eram filiadas à Igreja Católica Romana ou, mais acentuadamente no século XIX, filiadas ao sincretismo da religião africana com o catolicismo, que na Bahia tornou-se conhecido como candomblé.⁷ Ao contrário do que acontecia com os escravos norte-americanos que partiam para a Libéria,⁸ os afro-brasileiros podiam contar somente com seus próprios recursos para regressar ao seu continente de origem.

A motivação para deixar o Brasil parece ter sido maior entre os libertos que haviam sido capturados e tornados escravos ainda na África. Permanecia neles a fidelidade à cultura e civilização original, que lhes tinham tentado cortar pela força. A despeito da sociedade baiana ter afetado direta e vincadamente suas vidas e suas percepções, isso não pôde apagar completamente sua marca africana. Entre os primeiros grupos que regressaram, a maioria tinha nascido na África.⁹ Mais tarde, os grupos emigrantes já tinham um número significativo de crioulos, ou negros nascidos no Brasil. Por volta de 1889, grupos de afro-brasileiros continuavam a reservar passagens nos navios que trafegavam entre Bahia e Lagos.¹⁰ As motivações para essas viagens eram freqüentemente complexas: o processo de emigração oferecia a possibilidade de elevar suas condições de vida, mas também apareciam problemas de integração no novo sistema social, isto é, uma significativa alteração em suas experiências e impressões iniciais.

O meio africano ao qual os afro-brasileiros retornavam era, durante o século XIX, uma área de rápidas mudanças, palco de alianças e intercâmbios entre grupos indígenas e estrangeiros, tanto pretos como brancos. O comércio nesse período era constituído pelo tráfico ilegal de escravos, pelo comércio legal de azeite de dendê, tapioca e outros gêneros alimentícios. Como os interesses europeus na costa passavam de atividades estritamente comerciais para o desenvolvimento de interesses políticos e territoriais, suas relações com os grupos indígenas tornaram-se necessariamente mais complexas. Era com diferentes perspectivas universais e diferentes ambições que tanto europeus como africanos dialogavam com o outro grupo, utilizando uma linguagem diferente para esconder suas reais motivações.¹¹

2. A Formação da Cultura Brésilien

No Daomé, os afro-brasileiros eram conhecidos como os *Brésilien*, o adjetivo em francês para brasileiros. Enquanto pequenos grupos de *Brésilien* se estabeleciam em diferentes pontos da costa de Daomé, a cidade de Ouidah (Ajudá) tornou-se o centro afro-brasileiro na África Ocidental.¹² A parte da cidade mais próxima da praia passou a ser conhecida como *Quartier Brésilien*; foi aí que os ex-escravos estabeleceram uma curiosa relação com um pequeno porém forte grupo de brancos e mulatos brasileiros, comerciantes de escravos.¹³ De 1840 a 1850, o comércio atlântico

ilegal de escravos serviu para enriquecer tanto mercadores brancos brasileiros como o novo grupo de mercadores afro-brasileiros, cuja experiência pessoal como escravos parecia não os impedir ou inibir de se engajar naquele comércio. Os crescentes lucros desse comércio ilegal eram freqüentemente usados para recriar um estilo de vida que era conscientemente copiado do sistema latifundiário brasileiro e que veio a se tornar conhecido como *Brésilien*.

A mais visível e poupável manifestação da cultura *Brésilien* foi o estilo arquitetônico usado pelos escravos. Suas casas em Daomé, Nigéria e Togo eram reproduções da arquitetura colonial brasileira do século XIX. Miniaturas das Casas Grandes ou Casarões das plantações brasileiras foram construídas pelas *Brésilien* nas suas pequenas plantações de palmeiras, ao longo da costa do Daomé e do Togo. Os mercadores *Brésilien* menos prósperos, que viviam em pequenas cidades, nem por isso deixavam de construir as suas casas modestas empregando um estilo arquitetônico que pudesse ser reconhecido como *Brésilien*, distinguindo-se dos seus vizinhos africanos. O *status* social *Brésilien* e o prestígio estavam associados à capacidade de recriar a *Casa Grande*. O conceito global de cultura *Brésilien* pode ser associado a esse *status*, como um contínuo processo ascendente.

As diferenças culturais que distinguiam os *Brésilien* das sociedades africanas litorâneas incluíam língua, vestuário, cozinha, crenças religiosas e, mais intensamente no século XIX, o tipo de casamento. Para as sociedades africanas, as diferenças eram sublinhadas pelas conseqüências da experiência escrava no estrangeiro, uma cultura verdadeiramente estranha: "adulteração de uma herança cultural, de que resultou o *Brésilien*".¹⁴ Enquanto os membros da cultura *Brésilien* podiam interpretar a ideologia e a língua europeia para os africanos, para estes isso representaria a perda de sua perspectiva cultural. Para a sociedade *Brésilien*, as diferenças culturais eram uma manifestação de sua superioridade em relação aos grupos locais africanos, uma indicação de que ela tinha assimilado a cultura e, ultimamente talvez, o *status* dos seus senhores.¹⁵ Para os *Brésilien*, a criação de um estilo cultural próprio significava sua transformação em elite social, ao que eles aspiravam.

A língua portuguesa, falada pelos ex-escravos procedentes do Brasil, servia ao grupo e era conhecida como língua franca, desde que haviam retor-

nado à África. Eles eram capazes de usar com habilidade o português e outras línguas africanas, das quais se lembravam, para tirar vantagens como intérpretes dos mercadores e dos diplomatas europeus estabelecidos na costa ocidental. O português era a língua mais usada na costa, permitindo aos *Brésilien* agir como intérpretes e mercadores numa extensa área geográfica. Durante o século XIX, era comum os membros da comunidade *Brésilien* falarem entre si apenas o português. Em casa, o português era usado como meio de comunicação; os pais insistiam com as escolas missionárias, dirigidas por europeus, para que ensinassem em português uma vez que consideravam que tanto o inglês como o francês tinham pouco valor comercial.¹⁶ Falar português permaneceu como uma importante característica do grupo, até o século XX, quando os *Brésilien*, sob pressão colonial no Daomé e Nigéria, tiveram que aceitar o francês e o inglês (ou alemão, no caso do Togo) como único meio de instrução, tanto nas missões como nas escolas do governo. A língua portuguesa passou a ser usada somente nas cerimônias e servia para distinguir os velhos membros da comunidade *Brésilien*, aqueles que tinham vindo do Brasil, dos jovens *Brésilien* nascidos na África.¹⁷ As roupas eram também compradas do estilo colonial brasileiro; largas saias e blusas brancas rendadas eram usadas pelas mulheres *Brésilien*, no século XIX, em Lagos, Porto Novo, Ouidah e Acra. Pesadas jóias de ouro e turbantes ou roupas europeias eram usadas pelas mulheres quando, aos domingos, iam à missa.¹⁸ Os homens *Brésilien* preferiam ternos brancos com um enorme chapéu panamá na cabeça. Era o estilo característico do fazendeiro brasileiro, hábito que ainda é seguido até hoje por velhos cavaleiros no interior do Brasil e na África Ocidental.

Os *Brésilien* mais prósperos usavam normalmente uma bengala entalhada nos passeios dominicais, após a missa, e muitas vezes eram vistos fumando enormes charutos importados da América do Sul. Muitos deixaram crescer enormes bigodes curvos, outra característica do patriarcal plantador brasileiro. Entre a maioria das famílias *Brésilien* ao longo da costa, uma importante preservação cultural se manifesta nas práticas culinárias levadas do Brasil pelos ex-escravos. Assim como a cozinha brasileira sofreu influência da cozinha africana, a chegada do vatapá, caruru, xinxim de galinha à costa ocidental africana foi realmente um retorno dos pratos indígenas. A feijoada, que é o prato nacional do Brasil, servia agora como alimento cerimonial das comunidades *Brésilien* africanas, usada para comemorar as grandes datas familiares

ou festejar datas especiais do grupo, identificando este com o Brasil.¹⁹

A religião entre os *Brésilien* passou a ser identificada com o *status* social e a diferença de classe. O catolicismo fora um importante pilar da sociedade brasileira; para os escravos que não eram muçulmanos, o catolicismo e as religiões africanas muitas vezes se juntavam no sincretismo do candomblé e nos cultos de umbanda. Outros emigrantes afro-brasileiros consideravam-se a si próprios católicos e devotos e, ardentemente apoiados pelos missionários europeus, ergueram capelas e escolas ao longo da costa do Daomé e da Nigéria, entre 1860 e 1870.²⁰ Um grupo católico *Brésilien*, até hoje residente na cidade de Agoué, no Daomé, construiu em 1846 uma capela imitando a igreja baiana do Senhor do Bom Jesus da Redenção; a construção dessa capela antecedeu, em cerca de 30 anos, o início oficial da missionização católica na região.²¹ Os missionários europeus tiveram uma grande surpresa ao chegar em Agoué e descobrirem não somente a capela, mas também a existência de uma comunidade católica, incluindo africanos e descendentes de africanos, que esperava a chegada de um padre. Após o entusiasmo inicial e a calorosa recepção prestada pela comunidade *Brésilien* ao padre europeu, a maneira como os fiéis compreendiam o catolicismo causou um problema. Os missionários constataram que os *Brésilien*, que se consideravam católicos, não aceitavam a confissão e geralmente desconheciam o catecismo. Apenas iam à missa nos dias de festa celebrados no Brasil, e nas suas casas aparentemente mantinham certos hábitos e tradições ancestrais, que o padre associou às religiões tradicionais africanas. A despeito dos *Brésilien* efetuarem seu casamento na igreja, os missionários suspeitavam de que muitos homens praticavam a poligamia na *Casa Grande* africana, um concubinato bastante semelhante ao praticado pelos fazendeiros brancos em suas plantações no Brasil. Para os *Brésilien*, a sua devoção pública à Igreja Católica constituía outra indicação de seu distanciamento social da sociedade africana indígena; possibilitava ao grupo um índice de absorção da cultura européia que reforçava sua situação de elite.²²

As normas européias e brasileiras não se limitaram à comunidade cristã afro-brasileira. Em Porto Novo, Daomé, houve um sério conflito entre a comunidade *Brésilien* muçulmana e os nativos, na maioria iorubas muçulmanas, a propósito da construção da Mesquita Central. Durante a ocupação francesa do país no começo do século XX, os conflitos entre os muçulmanos eram geralmente

resolvidos em favor dos *Brésilien*. Usando sua influência junto aos franceses, os *Brésilien* construíram uma mesquita cujo estilo de arquitetura lembrava muito a Catedral da Bahia. Os muçulmanos locais acusavam os *Brésilien* de serem agentes dos europeus, aliados dos franceses e praticantes de uma variante religiosa impura.²³ O contato com o ocidente havia contaminado os muçulmanos *Brésilien* e serviu para criar europeus de pele negra.

A cultura afro-brasileira estava mais restrita às cerimônias e celebrações anuais das comunidades *Brésilien* ao longo da costa. A festa religiosa baiana do Nosso Senhor do Bonfim era a maior comemoração dos *Brésilien*; em fevereiro de cada ano havia uma festança com feijoada e outras iguarias baianas regadas com cachaça importada. A bebida tradicional dava aos participantes vigor e entusiasmo para os mais importantes acontecimentos do dia, cantando velhas músicas da Bahia, dançadas numa grande roda. Todos recordavam a Bahia e as muitas festas dos santos. Moços, velhos, homens e mulheres, dançavam o samba de roda, cujas canções, em parte improvisadas, traziam sarcasmos e às vezes referências maliciosas a todos os presentes e a outros membros da comunidade *Brésilien*. Cada bailarino que entrava na roda era logo saudado com expressões iorubas "bravo yoyo", "bravo yaya", "bom de dança", se os trejeitos e passos eram considerados particularmente audaciosos, cômicos ou belos.

À medida que a festança avançava para a fresca brisa da tarde, aproximava-se a hora do aparecimento dos "animais". As fantasias, lembrando o carnaval brasileiro, apareciam no final da festa. As vestimentas representavam uma vaca, um burro, um avestruz e duas gigantescas figuras humanas baianas, o senhor e a senhora da fazenda. Os foliões fantasiados formavam uma espécie de profusão e dançavam no meio da roda, reverenciando o senhor e a senhora. Em Ouidah, Daomé, a gigantesca figura feminina usava no pescoço uma cobra de algodão verde. Essa alegoria africana representava a cobra sagrada da cidade, e servia para identificar a senhora como sendo especificamente de Ouidah. Através da dança e das canções brasileiras, cujas frases em português eram muitas vezes misturadas com expressões africanas, o grupo emigrante e seus descendentes recriavam uma atmosfera carnavalesca que para eles representava a cidade de Salvador.²⁴

A celebração do Bonfim, com seu conjunto de ritos e rituais, dava ao grupo uma identificação especial, uma definição cultural. Se é possível referir os *Brésilien* como um grupo étnico, isso se con-

firma pelos traços culturais preservados por essas cerimônias anuais.

Nos meados do século XIX, quando a existência política econômica dos *Brésilien* constituía uma importante dinâmica na vida litorânea africana, sua identidade cultural foi menos importante, capaz de satisfazer certas necessidades emocionais e psíquicas de identificação de grupo, mas claramente subsidiária dos outros interesses da comunidade. Apesar de a comunidade *Brésilien* ter entrado em decadência com a ascensão dos europeus, essa existência cultural tomou então um novo grau de significação para os membros da comunidade. Tornou-se um refúgio, um elo contínuo com a cultura e história específicas que, quanto aos *Brésilien*, os diferenciava dos outros grupos africanos.

Durante o período colonial, quando o grupo era visto pelos europeus como simples parcela do conjunto da população africana, a cultura tornou-se um mecanismo de defesa para os *Brésilien* em seus anseios por manter um *status* de elite.

Foi a vida cerimonial *Brésilien*, as preservações culturais observadas durante os rituais anuais, que serviu de elo entre as comunidades dos diferentes países da África Ocidental. Enquanto as famílias *Brésilien* de Daomé, Nigéria e Togo freqüentemente mantinham seus nomes e sobrenomes familiares portugueses, a comunidade *Brésilien* de Gana, os Tabon, usavam nomes ingleses ou holandeses. No Daomé e no Togo, a maioria dos *Brésiliens* professava a religião católica, enquanto em Gana os Tabon eram majoritariamente protestantes.²⁵ As diferenças de religião podem ser explicadas em parte pelas preferências religiosas impostas pelos dois poderes colonizadores, França e Grã-Bretanha.

A mobilidade social do sistema colonial britânico era realçada pela adesão a uma seita protestante, preferencialmente a Igreja Anglicana. No Daomé, a Igreja Católica servia como modelo. A identificação *Brésilien* era mantida em rituais não diretamente associados a religiões ocidentais organizadas. O islamismo, o catolicismo e o protestantismo penetravam da mesma forma os grupos *Brésilien*.

Em Gana, os emigrantes afro-brasileiros, os Tabon, procuravam a ascensão social através da absorção dos hábitos sociais ocidentais, afastando-se da herança cultural *Brésilien*, mais do que os grupos fixados em Daomé, Togo e Nigéria. A língua portuguesa, carinhosamente recorrida pelos *Brésilien* do Daomé, a celebração do Bonfim e a culinária tradicional não integram

mais hoje a vida social Tabon, em Gana. Tal como antes, ainda hoje, em certos meios da comunidade *Brésilien* em Daomé, Togo e Nigéria, se mantém a tradição de casamento entre os membros das famílias mais importantes.²⁶ Tal hábito desapareceu entre os Tabon. Os últimos vestígios de cultura *Brésilien* em Gana sobreviveram somente na vida cerimonial. Anualmente os Tabon de Acra, como grupo, participam do festival Ga, das colheitas em Odwira, que precede as grandes festas Homowo, em agosto. Os Tabon, que como grupo emigrante historicamente estrangeiro tornaram-se membros de um chefe Ga, de Acra, reassumem na cerimônia seu papel histórico. Eles apresentam-se como vassallos ao chefe Ga, Mantse. Na procissão, que durante dois dias percorre todos os bairros da velha Acra, os Tabon cantam, rezam, tocam e dançam em honra do seu chefe Ga e patrono, o Otublohum Mantse. Oferecendo-lhe publicamente sua lealdade, os Tabon proclamam também sua especificidade histórica. Suas canções, que são uma combinação de Ga, inglês e uma corruptela do português, contam a sua chegada do Brasil no século XIX, suas viagens através do mar e suas buscas por um patrono que lhes oferecesse terras e assistência no novo país.²⁷ A batida do tambor, específica do grupo Tabon, é genuinamente brasileira, imediatamente reconhecível como tal, e completamente diferente da batida dos outros grupos, que constituem os seguidores do Otublohum Mantse. Os passos de dança dos Tabon são também de origem brasileira e igualmente diferentes dos demais na procissão.

Interpelados durante o festival Odwira em 1975, os Tabon responderam que aprenderam a música, a dança e a batida dos tambores com as gerações mais velhas. Elas eram entendidas como manifestações culturais, aprendidas rotineiramente, tanto que as palavras portuguesas proferidas não eram sequer entendidas pelos cantores. Havia um claro orgulho, por parte dos Tabon, de sua cultura específica que os diferenciava dos outros seguidores do Ga Mantse, invocando suas origens estrangeiras.²⁸

Embora as diferenças culturais fossem imperfeitamente compreendidas pelos Tabon, elas eram usadas pelo grupo para reforçar seu sentimento de superioridade face aos outros grupos africanos e possibilitavam aos Tabon nova autojustificação para seu *status* de elite.

Ainda hoje os rituais e as cerimônias definem, na costa ocidental africana, a cultura *Brésilien*. No Togo ou em Gana, os sons do Brasil, especialmente da Bahia, são escutados todos os anos pelos des-

cedentes dos antigos emigrantes, e recriam a curiosa amálgama que é a cultura afro-brasileira. As cerimônias são conservadas como força cultural entre os *Brésilien* dada a sua capacidade de adaptação aos acontecimentos políticos, ao mesmo tempo em que vão ao encontro de certas necessidades psíquicas de um grupo desejoso de atingir uma mobilidade social ascendente no amplo contexto da sociedade africana. Fundamental e basicamente a cultura afro-brasileira, expressa na música, na dança e nas canções dos Tabon de Gana, possibilita continuamente ao grupo ter presente a sua união com as Américas. Serve para identificá-los como herdeiros de uma dupla tradição e oferece uma condição social de ponte entre europeus e africanos. A ambigüidade histórica do seu papel de herdeiros, em parte africanos, em parte brasileiros, em parte emigrantes, é completada pela própria confusão quanto à sua posição na sociedade litorânea. Convencidos de sua superioridade intelectual e cultural frente aos grupos indígenas africanos, os *Brésilien* freqüentemente tratam os africanos com pouco respeito e sensibilidade face às necessidades e ambições africanas. Seu comportamento provocou-lhes a inimizade de muitas dessas sociedades litorâneas. Devido à herança africana, os *Brésilien* nunca foram totalmente aceitos pela sociedade européia; os brancos freqüentemente ridi-

cularizavam as tentativas dos *Brésilien* de imitar a cultura ocidental nas suas casas e roupas, provando que os emigrantes tinham incorretamente aprendido a cultura que adotaram.²⁹ Com o decorrer do tempo, a sociedade *Brésilien* tornou-se defensiva, face aos ataques e críticas de europeus e africanos.

Visível e concretamente, a sociedade *Brésilien* pode ser vista nas casas e templos construídos pelos afro-brasileiros e seus descendentes no oeste da Nigéria e nas cidades do litoral do Daomé e Togo. Os nomes familiares portugueses servem para identificar os membros do grupo, enquanto a prática de casamentos interfamiliares produz uma coesão interna e contínua na sólida estrutura que separa a sociedade *Brésilien* dos outros grupos. A vida de cerimonial e ritual sublinha para o grupo sua particular e específica etnicidade. Contudo, o interesse dos *Brésilien* em manter um *status* de elite, particularmente nos países da África Ocidental, possibilitou-lhes a educação ocidental, profissões liberais, o acesso a serviços governamentais, levando-os a contribuir para o crescimento e desenvolvimento dos seus países no período da independência. Histórica e culturalmente os *Brésilien* mantêm-se voltados para as Américas, mas seu engajamento é com o seu país africano específico. No entanto, eles permanecem como um elo no intercâmbio afro-americano.

NOTAS

1. J. Michael Turner. *Les Brésiliens - The Impact of Former Brazilian Slaves Upon Dahomey* (Tese de Doutorado), 1975, p. 85.
2. Jean H. Kopytoff, *A Preface to Modern Nigeria*. Madison, 1965, p. 171. Turner. Op. cit., p. 3. "Tabon" é deformação da expressão portuguesa "está bom".
3. Turner. Op. cit., p. 26.
4. José Carlos Ferreira. "As insurreições dos africanos na Bahia", in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Anno X, Vol. X, N.º 29, 1903, pp. 106-13.
5. Pierre Verger. *Flux et Reflux de la Traite Des Nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVII^e au XIX^e siècle*. Paris: Mouton, 1968, p. 349.
6. Turner. Op. cit., p. 63.
7. *Ibid.*, p. 64.
8. *Ibid.*, p. 2.
9. *Ibid.*, pp. 77-9.
10. *Ibid.*, p. 80.
11. *Ibid.*, Cap. V.
12. *Ibid.*, Cap. III.
13. *Id.*, *Ibid.*
14. *Ibid.*, p. 2.
15. *Ibid.*, p. 153.
16. *Ibid.*, p. 163.
17. Entrevistas com a comunidade afro-brasileira ganense, Acra, Gana, maio-agosto, 1975.
18. Turner. Op. cit., pp. 177-78.
19. *Ibid.*, p. 177.
20. *Ibid.*, Cap. IV.
21. *Id.*, *Ibid.*
22. *Ibid.*, pp. 167-68.
23. J. A. Ballard. *The Porto-Novo Incident of 1923: In The Colonial Era*. Ibandan, 1965.

24. *Field Notes*. Ouidah, Dahomey, abril, 1972.
25. *Field Notes*. Entrevista com o Bispo Aruna Nelson da Igreja Anglicana de Acra, Gana, 9 de junho, 1975.
26. Turner. Op. cit., Cap. III.
27. *Field Notes*. Festival de Odwira, Acra, Gana, 11-13 de julho, 1975.
28. *Field Notes*. Entrevista com o Otublohum Mantse, Nii Aponsah III, Acra, Gana, 24 de junho, 1975.
29. Turner. Op. cit., Cap. IV.

SUMMARY

In this article, the author seeks to define the cultural traditions of returned Afro-Brazilian slaves and to determine the nature and extent of their cultural impact on the West African coast. In effect, during the 19th century a number of slaves from the north-eastern Brazilian state of Bahia returned to West African coastal towns, principally between present-day Nigeria and Ghana. He presents an historical examination of the background to this "Back to Africa" movement in Brazil during this period, notably through an examination of the social roots of the slaves in Africa and their insertion into the social milieu of Bahia.

The number of former Brazilian slaves living in West African coastal towns (where they are variously known as *Amaros*, *Brésilien* or *Tabon*), was significant enough

to have an initial impact on local developments — economic, political, social, and above all, cultural. It indicates through the analysis of this coastal society during the period (19th century) the social forces at play and the beginning of the integration of West African coastal towns into the world economy; at first commercial, then increasingly political, that is colonial domination.

In this panorama of activities, the author concentrates on the cultural development of the returned *Brésilien*, and effectively demonstrates the importance of culture to this group in defining their social position, which steadily became less important as West African societies moved from pre-colonialism, through colonialism to independence.

RÉSUMÉ

Dans cet article, l'auteur cherche à définir les traditions culturelles des esclaves Afro-Brésiliens retournés en Afrique et de déterminer la nature et le volume de leur impacte culturel sur la côte ouest-africaine. En effect, pendant le 19.^e siècle, nombres d'esclaves de l'État de Bahia dans le nord-est du Brésil, retournaient aux villes côtières de l'Afrique occidentale, surtout entre l'actuel Nigéria et le Ghana. L'auteur présente un examen historique sur les événements qui conduisaient au mouvement au Brésil de "retour en Afrique" pendant cette époque, notamment à travers un examen des racines sociales des esclaves et de leur insertion dans le milieu social de Bahia.

Le nombre des esclaves "Brésilien" vivant dans les villes côtières de l'Afrique occidentale (où ils étaient variablement connus comme *Amaros*, *Brésilien*, *Tabon*)

était assez significatif pour avoir un impacte initial économique, politique, social, et surtout, culturel. L'analyse de cette société côtière durant la période du 19.^e siècle indique les forces sociales en jeu, et le début de l'intégration des villes côtières en Afrique occidentale dans l'économie mondiale, d'abord commerciale et après d'une façon de plus en plus politique, c'est-à-dire, coloniale.

Dans ce panorama d'activités, l'auteur se concentre sur le développement culturel du "Brésilien", et démontre effectivement l'importance de la culture de ce groupe en définissant leur position sociale, qui de plus en plus devenait moins importante au fur et à mesure que ces sociétés d'Afrique occidentale changeaient, allant du période pré-coloniale, au colonialisme et à l'indépendance.

AS RAÍZES DO APARTHEID*

*José Maria Nunes Pereira***

Introdução

O capitalismo impõe um "modelo" de desenvolvimento de acordo com o tipo de sociedade em que ele se implanta. As vias de desenvolvimento para o capitalismo no mundo colonial e neocolonial apresentam aspectos novos e específicos em relação às vias clássicas do desenvolvimento capitalista central: a democrático-burguesa (Inglaterra, Estados Unidos, França) e a chamada "prussiana" (Alemanha e Japão da era Meiji). No mundo afro-asiático, a implantação do capitalismo foi feita pela ocupação colonial ou semicolonial. Essa implantação deu-se pela subordinação, às relações de produção capitalista mundiais, através do comércio internacional, das formas pré-capitalistas vigentes nas sociedades asiáticas e africanas. Essa subordinação não se traduziu numa destruição imediata dessas formas pré-capitalistas. Pelo contrário, o colonialismo procurou conservar e integrar, por exemplo, certas estruturas africanas, tornando-as aliadas políticas e parceiras econômicas. Aliadas políticas na medida em que foram utilizadas como intermediárias na colonização; parceiras econômicas porque foram obrigadas a secundarizar uma produção de subsistência e troca interna que praticavam, em favor de uma produção monocultora voltada para as necessidades do mercado europeu. As formas distintas de subordinação exercidas pelo colonialismo é que darão especificidade ao modelo de desenvolvimento capitalista de cada país do Terceiro Mundo.

Um dos exemplos mais complexos de desenvolvimento capitalista periférico é o da África do Sul. Não pretendemos analisá-lo neste artigo. No momento, queremos somente buscar as raízes históricas que nos ajudem a explicar a emergência, ainda dentro do sistema colonial britânico, de um Estado altamente industrializado coexistindo com um racismo institucionalizado — o *apartheid*.

O pólo mais desenvolvido

A África do Sul é o pólo mais desenvolvido do capitalismo na África. Com uma superfície de 1.221.037 km² e uma população de 24.923 mil habitantes (1974), participa com 20% de toda a produção africana. Se contarmos só com a produção industrial, esse percentual vai quase à metade. Mais de 50% dos investimentos norte-americanos destinados à África são aplicados no "país do racismo". A África do Sul é o primeiro produtor mundial de ouro, o segundo de urânio, diamantes,

* Texto de apoio do curso "Colonialismo, Racismo e Descolonização", CEAA, 1977.

** Professor de História da África Contemporânea do Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

romo e platina. A produção industrial, que participa com mais de 35% do PIB, é altamente sofisticada. Exemplos disso são a sua quase auto-suficiência em armamento e a produção de energia nuclear. O PNB vai a mais de 20 bilhões de dólares, o que dá uma renda per capita de cerca de mil dólares anuais. Convém adiantar, porém, que a clivagem racial/social sul-africana nos indica uma variação de 10 para 1, o que torna a renda per capita dos brancos das mais altas do mundo. Dados de 1968 indicavam para os brancos uma renda de 1.717 dólares, enquanto a dos negros se limitava a 118 dólares per capita. A situação, embora tenha mudado em termos quantitativos, não se alterou substancialmente na desproporção de renda entre brancos e negros.

Essa desproporção, se considerada só em termos sociais, não é inédita para nós latino-americanos. A clivagem racial nos termos absolutos em que é feita na África do Sul, num contexto de libertação que sacode atualmente toda a África Austral, é que traz esse país para a primeira página dos jornais e nos convida a um estudo sobre as raízes dessa segregação, suas contradições, os efeitos políticos que já produzem e os que ainda desencadeará, com reflexo importante em toda a África e mesmo do nosso lado do Atlântico.

Formação Histórica

Para melhor compreender a sociedade sul-africana atual e suas contradições, faz-se necessário remontar ao início da colonização, da implantação europeia no país, a única iniciada no continente africano antes da Revolução Industrial.

Essa implantação surgiu da necessidade de a Companhia Holandesa das Índias Orientais instalar, na sua rota para o leste, um entreposto que pudesse abastecer os seus navios de alguns gêneros alimentícios. Esse entreposto foi criado no extremo sul da África, no Cabo da Boa Esperança, atual Cidade do Cabo, em 1562. Fixou-se no local uma centena de holandeses ligados à Companhia.

Nessa época estavam estabelecidos na região dois grupos étnicos africanos: os *koisan* ou bosquímanos, cuja atividade econômica se restringia à caça e à coleta, e os hotentotes, de rudimentar economia agropastoril, organizados em comunidades clônicas. Os povos de língua banto, de estrutura social bem mais complexa — e que hoje constituem 70% da população sul-africana —, estavam ausentes da região na época do estabelecimento do

entreposto. Eles já a haviam ocupado anteriormente, conforme atestam documentos dos navegadores portugueses do século XV, mas uma migração, comum na África da época, os havia levado para o nordeste. Não é tida como correta a afirmação dos brancos sul-africanos de que haviam precedido os bantos na ocupação da área, o que segundo eles lhes daria direitos históricos de supremacia no país.

Instalado o entreposto, em breve formou-se no Cabo uma colônia de povoamento europeia com a vinda de mais imigrantes holandeses e huguenotes franceses. Inicialmente, a necessidade de apropriação de gado havia originado a dominação dos hotentotes pelos bôeres (camponeses; designação dada aos holandeses e seus descendentes). Entretanto, a necessidade de maior volume de mão-de-obra para a colonização agrícola provocou a vinda de escravos de Java, Madagascar e costa oriental da África, tarefa facilitada pela posição do Cabo na rota do tráfico escravo da época, exercido pela Companhia. A área de produção estendeu-se então para além dos limites iniciais da colônia, com a escravização dos hotentotes e a expulsão ou eliminação dos bosquímanos. A produção escravista agropecuária foi integrada no circuito mercantil pela Companhia Holandesa, com a qual os bôeres se incompatibilizavam freqüentemente, devido aos baixos preços de compra que ela impunha. Tais condições propiciaram o incremento da pecuária além das novas fronteiras, dentro do contexto de uma economia branca quase autárquica, de monetarização muito limitada. O estilo de vida desses bôeres tornou-se predominantemente nômade, frugal, de ideologia calvinista puritana e sectária ("A Bíblia numa mão e o fuzil na outra", para combater os africanos). Essa ideologia está na raiz do *apartheid*, pois o racismo dos brancos sul-africanos não pode ser explicado somente pela racionalidade econômica do sistema. Essa atividade pecuarista extrafronteiras desenvolvia-se ao mesmo tempo em que, nos limites formais da colônia, predominava a produção agrícola, também escravista, de vinha e trigo. Na Cidade do Cabo, firmava-se uma camada de comerciantes — os *burghers*.

A escassez de mulheres imigrantes obrigou a miscigenação entre europeus e africanas. De tais cruzamentos, proibidos a partir de 1700, quando a imigração se amplia, originou-se a comunidade mestiça, predominante no Cabo e atualmente designada de *coloured*. Alguns escravos, depois de cristianizados, obtiveram a alforria, mas as relações de produção dominantes em toda a colônia serão escravistas até o final do século XVIII.

Ocupação britânica

A rivalidade anglo-francesa teve seu reflexo no Cabo. Após uma curta intervenção francesa de-se, em 1795, a ocupação britânica, ratificada em 1814, quando os ingleses passaram a substituir oficialmente a Holanda no governo da colônia do Cabo. Seis anos depois, quando o território possuía uma população de 25 mil europeus, 30 mil escravos, além de 25 mil hotentotes, iniciou-se uma maciça imigração de britânicos.

A ocupação inglesa acarretou profundas modificações na colônia do Cabo. Foi abolida a escravidão e suprimida, em termos legais, a discriminação racial para com asiáticos e mestiços. O regime fundiário foi modificado de modo a haver um controle mais direto do novo poder sobre a propriedade e, em consequência, uma maior cobrança de impostos. As terras expropriadas aos europeus e até então cedidas gratuitamente aos europeus, passaram a ser vendidas pela administração britânica. Tais medidas incompatibilizaram os bôeres com os ingleses, pois aqueles sentiram que a sua economia escravista de base agropastoril entrava em contradição com o novo tipo de economia colonial inglesa, que introduziu na Colônia, especialmente entre os ex-escravos, as relações capitalistas de produção através do trabalho assalariado. A imposição do inglês como língua oficial, a atuação "liberalizante" dos missionários da Igreja Anglicana junto aos africanos, além da crescente predominância dos imigrantes ingleses na política do Cabo, foram também fatores que agravaram a incompatibilidade reinante entre os bôeres e os novos senhores da Colônia.

Groot Trek

Este primeiro conflito anglo-bôer foi provisoriamente resolvido, a partir de 1837, com a emigração para o nordeste de dez mil *voortrekkers*, pioneiros bôeres, chamada de *Groot Trek* — a Grande Viagem. Mais do que o ônus da abolição (perda de substancial parte da mão-de-obra escrava), o que impulsionou os bôeres para o leste e depois para o norte foi a insegurança constante na economia desenvolvida na região fronteira com os bantos, problema que a administração inglesa não conseguia resolver (guerras anglo-xhosa). A opção que se colocava para os bôeres era a de acaatar os regulamentos ingleses ou fugir para o leste, onde, desembaraçados dos entraves das leis, poderiam impor a sua própria autoridade, lutar pela manutenção do escravismo e, muito especialmente,

procurar novos portos onde pudessem colocar os seus produtos de exportação no circuito mercantil internacional.

Nesse avanço, os bôeres irão defrontar-se com os ngoni, um povo banto do qual derivou o império zulu. Seu chefe, Tchaka, foi denominado pelos europeus de "Napoleão Negro". Os zulus foram obrigados a defrontar-se com os bôeres antes do amadurecimento político do seu império. Este não tinha a tradicional dimensão étnica, mas uma constantemente alargada fronteira territorial, que chegou a 500 mil km², à custa da conquista de outros povos bantos vizinhos. Essas lutas interafricanas, próprias da reestruturação de impérios, enfraqueceram militar e economicamente os povos não zulus da região, daí serem conhecidas como o período do *mfecane* (esmagamento). Tal fato terá consequências trágicas para os africanos, pois facilitará a vitória européia. No entanto, esta não foi nem imediata nem fácil.

A organização do império zulu estava na época inteiramente voltada para a guerra de conquista. Nessa "Esparta Africana" os soldados só poderiam casar-se após os 30 anos e como recompensa a feitos guerreiros. Viviam como profissionais, em treinamento permanente. As azagaias foram preteridas pelas lanças de cabo curto, pois na luta corpo a corpo os zulus, melhor preparados, levavam vantagem. Isso ocorreu também contra os bôeres. Contudo, a ajuda inglesa e o melhor armamento possibilitaram a vitória final européia e a implantação bôer na atual província do Natal, em 1838. O *mfecane* provocado pelos zulus entre os povos vizinhos enfraqueceu a resistência global africana na região, face à arremetida dos bôeres. Estes, em última análise, acabariam servindo como ponta de lança para o domínio britânico em toda a África meridional.

As repúblicas bôeres

Subjugados os africanos, os bôeres instalaram-se no Natal, tornando-o um Estado independente, que, no entanto, os ingleses irão anexar em 1843. A Grã-Bretanha não podia permitir um poder rival num ponto chave da sua rota para a Índia. Muitos bôeres prosseguiram então a sua emigração para o nordeste e criaram dois novos Estados: Orange e Transvaal.

O sistema político das repúblicas bôeres caracterizava-se por um presidencialismo extremamente autoritário, onde o voto era exclusivo de uma camada branca considerada *burgher*. A língua ofi-

cial era a holandesa, e o calvinismo a religião do Estado. A discriminação racial era sistemática.

Ao mesmo tempo, a colônia britânica do Cabo, com constituição parlamentar (1872), não possuía discriminação racial para com os mestiços e asiáticos. Já no Natal, os brancos, temerosos do aumento do número de africanos e, sobretudo, dos indianos — chegados em 1860 para as *plantations* inglesas da cana-de-açúcar —, privaram essas duas comunidades de quaisquer direitos políticos.

Nas repúblicas bôeres começaram a ser traçados, a partir da década de 1850, os grandes marcos do regime segregacionista hoje conhecido como *apartheid*. Foram criadas leis que confinaram os africanos em reservas indígenas, das quais só podiam sair com autorização oficial — o "passe" — e em função do grau de necessidade dos brancos de uma mão-de-obra extremamente barata, e disponível pela falta de condições de subsistência das reservas.

A guerra anglo-bôer

Com a descoberta de jazidas diamantíferas, em 1865, as relações anglo-bôeres atingem um ponto crítico. Elas refletem a crise econômica na África meridional (a economia bôer, apesar da mão-de-obra barata, é pouco produtiva), a divisão política da região (repúblicas bôeres e colônias inglesas do Cabo e Natal), conflitos entre europeus e africanos, divergências religiosas etc. A situação agrava-se com a anexação da região diamantífera bôer de Kimberley (Orange) à colônia britânica do Cabo. Em virtude disso, surge uma imigração maciça de europeus (*uitlanders*, estrangeiros, para os bôeres) que participam da corrida ao diamante. A Grã-Bretanha anexa Orange e Transvaal, mas depois de uma derrota militar (vitória bôer em Majuba-Hill, 1881) limita-se a uma maior influência política e econômica na região. O conflito, contudo, permanece. A economia pré-capitalista bôer era um obstáculo ao expansionismo britânico para o norte, impulsionado por um desenvolvimento capitalista crescente. O nacionalismo bôer, forjado na luta contra os africanos, solidifica-se no confronto com os ingleses. Este impasse exige uma solução, quando, em 1886, se descobre ouro no Witwatersrand, em pleno coração do Transvaal. A extração do ouro de filão vai exigir uma tecnologia refinada, além de grande concentração de capital. Tais condições não estavam ao alcance da economia bôer, e o capitalismo inglês não podia dispensar essa oportunidade. Os bôeres, se a princípio lucraram com a vinda dos imigrantes — corrida

ao ouro —, logo os hostilizaram, negando-lhes direitos políticos. Ora, os ingleses visavam a proteção dos seus interesses face à concorrência desenfreada das outras potências européias então emergentes. O Transvaal passou a ser considerado um ponto chave para a unificação política de toda a área sob a égide britânica. Unificação considerada indispensável diante da racionalização econômica e segurança dos investimentos. A guerra sobreveio, estendendo-se de 1889 a 1902. A princípio os bôeres levaram vantagem, surpreendendo a Europa, desafiada a ver o leão britânico ser desafiado. A Alemanha cedeu armamentos e técnicos militares, mas essa ajuda aos bôeres foi insuficiente frente aos reforços britânicos, que chegaram a 250 mil soldados. A tentativa de continuar a luta através de guerrilhas ensaiada pelos bôeres, foi respondida pelos ingleses com a construção de campos de concentração, onde foram confinados os camponeses que davam apoio aos soldados.

A paz foi assinada em 1902: Transvaal e Orange tornaram-se colônias britânicas e passaram, em 1910, a formar, junto com Cabo e Natal, a União Sul-Africana, domínio britânico dentro dos quadros da *Commonwealth*. Foram reconhecidas duas línguas oficiais: o inglês e o holandês. Esta, em 1925, foi substituída, pelo *afrikaans*, do qual deriva. Os bôeres passaram a se autodenominarem de *afrikaners* (africanos), designando os autóctones de "bantos".

A independência viria em 1931, e a república trinta anos mais tarde, com a saída do país da *Commonwealth* — por pressão dos novos Estados africanos anglófonos —, adotando o nome atual de República da África do Sul.

A nova ordem

A economia capitalista mineira, sob controle inglês, passou a organizar, melhor dizendo, a comandar a economia agropecuária bôer. Esta, reestruturada, deveria prioritariamente atender às crescentes necessidades alimentares de uma numerosa mão-de-obra, que, empregada nas minas, ia aceleradamente se urbanizando. A agricultura bôer teria, portanto, que capitalizar-se, o que foi feito com financiamento britânico, de modo seletivo. Assim, os setores mais fracos da economia bôer, marcada por relações pré-capitalista de produção, foram marginalizados pelos setores financiados. Esses pequenos fazendeiros tiveram que proletarizar-se, ao virem para as minas oferecer a sua força de trabalho em concorrência com os negros destribalizados e urbanizados. Amplas camadas de

imigrantes brancos tiveram que fazer o mesmo, já que o setor patronal era muito restrito pela alta concentração de capital que o empreendimento requirava. Para evitar que essa crescente proletarianização os levasse a baixos níveis salariais, os trabalhadores mineiros brancos, através de um forte movimento sindical, pressionaram o governo no sentido de impedir que a mão-de-obra negra pudesse fazer-lhes séria concorrência. Dessa forma, foi estabelecido um salário mínimo para qualquer mineiro, impedindo o empresário de contratar negros por salários mais baixos do que o que a nova lei determinava.

Após a greve dos mineiros brancos, em 1922, estes asseguraram em seu benefício o estabelecimento do *job reservation* (reserva de emprego), através do *colour bar* (barreira da cor), isto é, o monopólio das atividades qualificadas e semiqualificadas. Tal vantagem, iniciada em 1911, estava sob ameaça de rompimento devido às necessidades de reduzir os custos de produção, face à crise gerada pela I Guerra Mundial. Durante a greve, os líderes — então já chamados *afrikaners* — organizaram-se em comandos e deram um cunho armado ao movimento. Este, apesar de violentamente sufocado pelo governo, constituiu um marco na história da imposição do *apartheid*. Nesse mesmo ano, o *Apprenticeship Act*, que tornava a aprendizagem profissional exclusiva dos brancos, estendeu o *job reservation* a quase todos os setores industriais e não mais somente às minas.

A lei de zonas urbanas — *Native Areas Act* —, de 1923, limitou a permanência dos africanos em zonas especiais dos subúrbios — *locations* — às restritas necessidades econômicas de mão-de-obra negra. A produtividade capitalista foi favorecida através da diminuição de mineiros brancos empregados nos filões mais fundos. Estes passaram a utilizar maior quantidade de negros, com salários reduzidos.

No campo, a segregação já havia sido codificada desde 1913, através da *Native Land Act* — lei sobre as reservas indígenas —, que representa um dos pilares da organização social racista sul-africana. Essa lei, responsável pela expulsão de milhares de africanos de suas terras, sedimentou uma realidade que já existia desde o início da colonização. O direito de propriedade e permanência dos africanos ficou restrito às reservas. Estas, situadas nas áreas menos férteis, tiveram sua superfície gradualmente reduzida e hoje não ultrapassam 13% do território nacional. São atualmente chamadas de *bantustans*, e pretende o governo sul-africanos que, ao longo do tempo, adquiram a

independência, como ocorreu com o Transkei, em outubro de 1976. Entretanto, não há condições políticas e econômicas que legitimem essa independência. Do ponto de vista político, o governo branco central detém as principais decisões (exército, moeda, política exterior etc.). Economicamente, os *bantustans* não possuem, como se poderia pensar à primeira vista, uma agricultura de subsistência ao modo tradicional africano. A população cresce em altos índices, enquanto a superfície do território se mantém inalterada. Além disso é fragmentada, pois quase todos os *bantustans* são recortados em vários pedaços, entremeados por terras de brancos. Cada *bantustan* pertence a um determinado grupo étnico, dentro de um princípio aplicado pelo poder branco em todos os setores da vida sul-africana de alimentar artificialmente o "tribalismo", de modo a evitar a consolidação de uma consciência nacional africana. Mais de 60% da população negra vive sob a economia branca: nas cidades, minas e fazendas dos brancos. Grande parte dela cumpre um contrato de trabalho nas minas e indústrias, ao fim do qual retorna à sua reserva. Essa mão-de-obra é obrigada a circular periodicamente entre esses dois "mundos", pois não encontra condições de sobrevivência na sua reserva. Quando trabalha na economia "branca" é obrigada a enviar parte do seu salário para a família que permanece na reserva, e assim completar o seu sustento. Um plano governamental prevê a instalação de indústrias nas áreas brancas fronteiriças aos *bantustans*, para dar viabilidade econômica a estes e, sobretudo, evitar que cada vez maiores contingentes de negros ocupem os subúrbios das cidades brancas. Tentar-se-ia diminuir dessa forma os conflitos sociais que têm sacudido os guetos de Soweto e Alexandra. O plano não tem tido êxito, pois é, inclusive, anti-econômico dado que as matérias-primas e os consumidores estão longe dessas áreas de fronteira. Por outro lado, desenvolver "por dentro" os *bantustans* seria tirar-lhes o papel, por enquanto fundamental, de reservatório barato e sempre disponível de mão-de-obra ávida do mercado capitalista branco.

O nacionalismo negro

Em 1912, foi criado o *South African Native Council*, mais tarde designado de *African National Council* — ANC —, Congresso Nacional Africano. Primeira organização sul-africana de caráter nacional — não-tribal —, o ANC se propôs a "lutar pelos direitos políticos dos africanos, promover a consciência, educação e qualidades industriais do povo

africano". Combatendo a lei que estabeleceu as reservas indígenas e a obrigatoriedade do uso do "passe" — que impede a livre locomoção dos negros — o ANC lançou-se à atividade sindical criando, em 1919, a União Industrial e Comercial. No entanto, desde 1910 o sindicalismo é monopólio dos europeus e hostil aos trabalhadores africanos, usando de um arraigado racismo na defesa dos privilégios dos operários brancos. Atualmente, os sindicatos negros não têm o reconhecimento oficial e não participam das negociações salariais.

O ANC foi posto na ilegalidade em 1960, quando sua direção havia passado das mãos de velhos notáveis para uma liderança jovem de formação universitária e sindicalista. Uma dissidência, em 1959, deu origem ao PAC — Congresso Pan-africano —, hostil a uma aliança com os socialistas e brancos liberais. Ao lado do ANC, o mais ativo movimento nacionalista negro atualmente é o *Black People's Convention*, nascido da atividade política estudantil agrupada em torno do SASO (*South African Students Organization*). O movimento, conhecido como "Consciência Negra", atua principalmente nos subúrbios negros das grandes cidades, procura combater o divisionismo étnico fomentado pelo poder branco e servir de aliado da classe trabalhadora negra, sobretudo aquela já urbanizada.

O nacionalismo branco

Fundado em 1914, o Partido Nacionalista passou a representar a maioria *afrikaner* dentro da comunidade branca sul-africana. Segundo a sua ideologia, o principal inimigo na época, após o esmagamento da resistência africana, era o imperialismo inglês. Subindo ao poder em 1924, o Partido Nacionalista patrocinou leis que intensificaram a *colour bar* e fixaram um salário mínimo elevado, com o objetivo de dissuadir os empresários de empregar os negros em atividades que pudessem ser consideradas de qualificadas ou semiqualificadas, que constituíam monopólio dos brancos.

A crise de 1929 provocou na África do Sul a queda do comércio dos diamantes e do preço dos produtos agrícolas, acarretando uma baixa violenta nas exportações. Essa crise econômica teve como efeito político um aumento da influência do Partido Nacionalista na estrutura econômica do país, até então sob controle dos anglosaxões, e a arrancada para um projeto de industrialização ainda dentro do quadro colonial, o que é inédito na África.

Em 1932/33, deu-se uma grande afluência de capitais. O boom econômico daí resultante estava intimamente ligado não só a uma nova conjuntura internacional, mas sobretudo à política de industrialização centrada na iniciativa estatal. O governo havia criado, a partir de 1928, empresas estatais em setores básicos: ferro e aço (ISCOR), eletricidade (ESCOM) e desenvolvimento industrial (IDC). Ao mesmo tempo, tarifas protecionistas incentivavam a indústria nacional de substituição de importações. Só na medida em que se criou uma verdadeira armadura industrial é que pôde ser resolvido o problema dos "brancos pobres", para quem o mecanismo da *colour bar* reservou o mercado de trabalho qualificado, interdito aos negros. O motor dessa arrancada industrial foi a economia mineira de exportação.

À época da II Guerra Mundial, a facção ultradireitista do nacionalismo branco, que pretendia aliar-se aos nazistas, perdeu a liderança do governo para o grupo que preferiu conciliar com os Aliados. É curioso assinalar que o atual primeiro-ministro, J. B. Vorster, foi internado num campo de concentração em seu próprio país, em 1942, por exigência dos ingleses; solto em 1944, esteve ainda algum tempo sob residência vigiada. Ele era o chefe de uma organização nazista sul-africana, a *Ossewa Brandwag*. A *Broederbond*, de ideologia semelhante, constitui ainda hoje o núcleo de comando do Partido Nacionalista.

Terminada a guerra, o Partido Nacionalista volta ao poder em 1948 com Malan como primeiro-ministro. Intensifica-se, então, ainda mais a segregação racial, que é submetida a uma rigorosa codificação, tomando o nome de *apartheid*.

O aguçamento do racismo parece ter correspondido a um perigo de intensa proletarianização de amplas camadas brancas face ao novo surto de industrialização do país. Esses brancos temeramente a concorrência dos negros urbanizados, como ocorreu no início da exploração mineira. O capitalismo sul-africano necessitava de um maior afluxo de mão-de-obra industrial — não lhe interessando, em tese, que fosse ela européia ou africana —, a fim de evitar uma excessiva valorização dos salários. A essa necessidade capitalista imediata, contrapôs-se uma atuação política dos trabalhadores brancos, no sentido de preservar o seu padrão de vida. É bom lembrar que esses brancos constituem não só a base eleitoral do governo mas, principalmente, a barreira física e ideológica contra o inimigo comum: o nacionalismo africano. Da vitória dos trabalhadores brancos, resultou uma maior compressão política e salarial dos negros. De

um modo simplista, pode-se dizer que, em termos capitalistas, a "perda" no pagamento de maiores salários aos trabalhadores brancos foi compensada pela baixa salarial dos negros. O mecanismo jurídico-político que ajustou essa "heterodoxia" econômica foi o *apartheid*. A limitação do mercado interno resultante desse ajuste parece não ter constituído problema imediato para o capitalismo sul-africano. Uma industrialização por substituição de importações produzindo bens de consumo sofisticado, pode manter-se, a médio prazo, com um mercado relativamente reduzido, desde que de alto poder aquisitivo. É o caso da população branca da África do Sul, com quatro milhões de pessoas, tendo uma renda per capita das mais altas do mundo. Poderíamos acrescentar ainda a elite negra que o desenvolvimento do capitalismo na África do Sul fez crescer sem precisar de pedir autorização ao *apartheid*. Pelo contrário, está prevista na estrutura de funcionamento daquele.

A economia sul-africana está, no momento, sofrendo os efeitos das contradições resultantes do *apartheid*: insuficiência do mercado interno e escassez de mão-de-obra especializada. O mercado da África está se fechando cada vez mais para ela em razão do aguçamento da luta contra o racismo, radicalizada após as independências de Angola e Moçambique. Nesse sentido, a política de "diálogo" que o governo Vorster ensaiou com os países "moderados" da África está fracassando. O "diálogo", que se traduziria em exportações crescentes de manufaturados e capitais sul-africanos para a África Negra, seria bem recebido por esses governos moderados não fosse o problema político interno e interafricano que teriam que defrontar, se aceitassem estabelecer relações diplomáticas com o regime racista, inimigo número um dos Estados africanos e um quase exclusivo elo de unidade entre eles. Resta à África do Sul o mercado dos países vizinhos que com ela mantêm relações de dependência econômica. Esses países fornecem grandes contingentes de mão-de-obra para as minas sul-africanas, constituindo-se em mais um fator de compressão salarial negra interna.

É necessário pensar a África do Sul como um país chave de uma região que foi integrada, desde o colonialismo, pelo capitalismo britânico: a África Austral. Esta inclui as ex-colônias portuguesas de Angola e Moçambique, a Rodésia, Namíbia, Malawi e os "enclaves" de Botswana, Ngwame e Lesoto. Essa integração começou a ser politicamente quebrada com as independências de Angola e Moçambique e tende a desagregar-se com a subida de

governos negros na Rodésia e Namíbia, movimento que a África do Sul terá que acompanhar e tentar absorver o mais possível para que, perdendo alguns anéis, preserve por mais tempo os dedos.

Por outro lado, convém adiantar que o sistema do *apartheid* foi originalmente montado para uma economia mineira de exportação. A atual fase de intensa e sofisticada industrialização por que passa a África do Sul requer modificações no *apartheid*. Algumas já ocorreram, muitas outras acontecerão. Não somente por um ajustamento tolerado — e até, de certo modo, desejado pelo empresariado — mas, sobretudo, pela luta política dos negros.

Apartheid

Segundo Verwoerd, ex-primeiro-ministro sul-africano, "*apartheid* significa que cada homem deve ter o seu lugar próprio". Palavra *afrikaans*, *apartheid* significa separação. É um sistema jurídico-político e ideológico que permite o controle total do poder pela minoria branca na África do Sul. Objetiva organizar com extremo rigor a mão-de-obra negra em função da economia capitalista, de modo a torná-la extremamente barata e, sobretudo, fazer com que essa mão-de-obra esteja presente somente *onde, quando e no momento* necessário ao sistema. Isso é possível pela manutenção de reservatórios de mão-de-obra — os *bantustans* — de onde só se sai quando a economia branca solicita. O controle do deslocamento condicionado dos bantos é feito através do "passe" (*Reference Pass Book*), carteira onde estão anotados: identidade, "raça", etnia, local de residência e trabalhos permitidos, impostos, sanções policiais sofridas, referências patronais etc.

O *apartheid* condensa a superestrutura que corresponde à economia capitalista sul-africana, mas as suas bases ideológicas são anteriores a ela. Os bóeres (ou *afrikaners*) julgaram-se um povo eleito, enviado por Deus ao sul do continente africano, para converter os pagãos, o que implica para eles a absoluta necessidade de preservar sua "identidade racial". A missão da raça branca em relação às "populações primitivas" do continente era a de defender a civilização cristã. Hoje, segundo eles, o fardo é mais pesado, pois trata-se também de preservar o "último baluarte contra o comunismo na África". A ideologia de povo eleito não foi consolidada somente na luta contra os africanos mas igualmente no confronto inicial com os ingleses, fato que obrigou o êxodo bôer em busca da Terra Prometida (isto é, o *Groot Trek* para o norte). Povo eleito, puro na integridade racial, perse-

guido, "sozinho contra todos", são características que fazem os bóeres julgarem-se semelhantes aos judeus. Estas implicações ideológicas, aqui sumariamente esboçadas, são indispensáveis à compreensão do problema sul-africano, onde a minoria branca não tem uma metrópole, uma pátria para onde retornar, conforme ocorreu em outras colônias de povoamento branco da África. É de salientar-se que os brancos sul-africanos consideram-se africanos e como tal são considerados pelo nacionalismo negro. Este não deseja mais que a igualdade política e justiça social. A condição prévia para isso é o fim do *apartheid*.

Como dissemos anteriormente, a segregação racial originou-se da implantação europeia no século XVIII, a primeira a realizar-se na África. As principais leis do *apartheid* são codificações ajustadas de determinações e práticas antigas, algumas de séculos, como a proibição de casamentos mistos. A legislação atual, nascida após a subida ao poder do Partido Nacionalista em 1948, é uma intrincada rede de mais de uma centena de leis e emendas, de refinado legalismo, das quais abordaremos somente as fundamentais.

A lei sobre a inscrição das populações, de 1950, criou um registro do estado civil com base na "raça". Esta é, após determinada, fixada na carteira de identidade de cada indivíduo. A população da África do Sul é dividida em "raças" e nações. A divisão básica, expressa em cartazes segregacionistas vistos por toda a parte, é entre brancos e não-brancos. Uma lei proíbe o casamento misto, e uma emenda pune com prisão qualquer contato íntimo entre os dois grupos. Os brancos constituem perto de 17% da população, sendo 53% de origem bôer e 37% da origem anglo-saxônica; os 10% restantes são de outras origens. Nota curiosa: os japoneses são considerados "brancos honorários", dada a posição do Japão de grande parceiro comercial da África do Sul.

Ser branco na África do Sul era determinado pela evidente aparência física e pelo fato de se ser considerado como tal pela comunidade branca. A emenda de 1967 passou a exigir para a classificação "racial" um exame genealógico (ser branco é ser filho, neto etc. de branco). Tal medida foi decretada para impedir o *passing*, isto é, evitar que alguns *coloureds* (mestiços) de aparência branca pudessem vencer a barreira da cor quando se transferrissem para outra província. Os casos de "reclassificação" — quando se descobre que uma pessoa de aparência branca é na realidade *coloured* — implica anulação de casamento, mudança de "raça" dos filhos, transferência de emprego, residência etc. É o caso de pensar-se em quanto cairia

a percentagem de brancos na sociedade brasileira, se esta fosse submetida a tal critério de "pureza racial".

Os não-brancos somam 20,7 milhões. Os negros, oficialmente chamados de bantos, atingem 17.748 mil, isto é, cerca de 70% da população. Eles são *inscritos* segundo a sua nação ou tribo (zulus, xhosas, sothos, tswanas etc.), e essa divisão não se limita às reservas, mas estende-se aos locais de trabalho e residência. Ponto básico da política do *apartheid* é impedir o fortalecimento de uma consciência nacional sul-africana negra e fomentar um tribalismo artificial. A comunidade mestiça — os *coloureds* — ascende a 2.306 mil, e embora possa miscigenar-se com outros não-brancos, a tendência é a endogamia. Daí o seu crescimento, apesar da proibição de casamento de europeus com africanos datar de 1700. São predominantes na província do Cabo, de onde se originaram. Os asiáticos — 709 mil — são, na maior parte, descendentes de indianos e paquistaneses e têm a sua maior concentração na província de Natal, especialmente na capital, Durban, principal porto de toda a África. Os não-brancos totalizam, portando, 83% da população sul-africana.

Fixada a categoria "racial" e tribal de cada pessoa, a lei sobre as regiões de reagrupamento, de 1950 (*Group Areas Act*), estipula que cada grupo "racial" e cada nação banto deve residir em regiões distintas e que é proibido a um membro desses grupos possuir bens, residir ou fazer comércio em regiões destinadas a outro grupo, a não ser por autorização expressa do Ministério do Interior. Esta lei institucionalizou com mais rigor o que já existia na prática relativamente aos negros. Ela abrange também mestiços e asiáticos, que, embora até então fossem tratados em pé de igualdade com os brancos, escapavam porém às medidas mais brutais do *apartheid*.

A *Group Areas Act* fixou a área das reservas indígenas (*bantustans*), que sofreu uma redução de superfície com a lei de reinstalação dos indígenas (1954), da qual resultou ainda a expropriação de mais alguns milhões de negros e a transferência de residência para áreas menos férteis, à medida que a agricultura capitalista branca se expandia.

Nas áreas não-rurais, os negros são confinados em *compounds*, loteamentos e barracões próximos das minas, ou em *locations*, guetos localizados nos subúrbios das grandes cidades industriais. Mestiços e asiáticos, predominantemente urbanos, têm também determinados os seus bairros de residência.

Estas leis fundamentais permitem-nos compreender melhor como a economia capitalista sul-

africana, interligada às multinacionais, organiza e controla a sua mão-de-obra não-branca. Ela não permite o deslocamento voluntário de trabalhadores para as cidades ou para áreas de maior possibilidade de emprego. Tal deslocamento, muito comum no Terceiro Mundo, é controlado de modo a evitar que alguém esteja fora de um setor de produção (*bantustan* ou área branca). Exemplificando: se um africano residente num *bantustan* recebe um contrato de trabalho para as minas ou para a indústria, ele não poderá levar consigo a mulher ou filhos, a menos que aquela, por um feliz e raro acaso, obtenha também um contrato de trabalho perto do marido. O que normalmente ocorre, é a esposa obter autorização para visitar o marido por um prazo máximo de 72 horas. Infringir esse prazo significa prisão. Até na prisão a mão-de-obra negra é aproveitada: vai trabalhar nas fazendas dos brancos. Acrescente-se que a infração às intrincadas leis do *apartheid* redundava numa média de mil prisões por dia, efetuadas graças ao controle

exercido através do "passe". Não é, portanto, de surpreender que a luta contra a obrigatoriedade do porte do "passe" esteja na origem das principais revoltas dos negros. Por outro lado, saliente-se que na racionalidade do sistema sul-africano não é gratuita a proibição da mulher viver com o marido sujeito a contrato. Fazendo isso, essa mulher estaria sendo improdutivo, isto é, não trabalhando nem no setor branco nem no setor a ela naturalmente destinado: o da economia de subsistência, melhor dizendo, de infra-existência, do *bantustan*.

Esta é a racionalidade do sistema. Abordamos algumas das suas contradições. Os efeitos políticos delas pertencem já à luta dos negros pelos seus direitos, luta acelerada pelas novas condições internas, pelo contexto da África Austral e, num nível mais amplo, pela nova conjuntura internacional. O Ocidente, até o momento, não só tem estado do lado errado da História, mas também tem sido o lado errado da História na África.

BIBLIOGRAFIA

- BUNTING, Brian. *The Rise of the South African Reich*. Londres: Penguin, 1964.
CARTER, G. M. & O'MEARA, P. *Southern African in Crisis*. Bloomington: Indiana University Press, 1977.
DURBAN, Arnaud. *A África Austral de Hegemonia Branca*. Lisboa: Delfos, s/d.
FERREIRA, Eduardo de Souza. *A África do Sul e as ex-Colônias Portuguesas*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.
FIRST, R., STEELE, J. & GURNEY, C. *The South African Connection*. Londres: Penguin, 1973.
LIMP, Walter. *Anatomie de l'Apartheid*. Paris: Casterman, 1972.
MANDELA, Nelson. *L'Apartheid*. Paris: Minuit, 1965.
MANDELA, Nelson. *No es fácil el camino de la libertad*. México: Siglo XXI, 1965.
PATON, Alan et alii. *Apartheid*. Lisboa: Dom Quixote, 1969.
PEREIRA, J. M. N. *África do Sul*. Rio de Janeiro: CEEA, mimeo., 1973.
RANDAL, Peter, ed. *South Africa's Political Alternatives*. Johannesburg: SPRO-CAS, N.º 10, 1973.
THION, Serge. *Le Pouvoir Pale ou Le Racisme Sud-Africain*. Paris: Seuil, 1969.

LITERATURA
AFRICANA
DE EXPRESSÃO
PORTUGUESA:
"MENSAGEM"
E REAFRICANIZAÇÃO*

João Carneiro**

Existe uma ligação íntima entre a reafricanização e a literatura africana de expressão portuguesa. Uma relação dialética. As duas estão vinculadas, influem uma na outra. As manifestações são a expressão dessa reivindicação de poetas, escritores, que, ao se reafricanizarem, criaram a nova literatura. Uma consequência de todo o processo que envolveu nacionalistas nas décadas de 50 e 60, ao tomarem consciência da violência de costumes, do assimilacionismo, da alienação, em todas as ex-colônias portuguesas em África.¹

Vamos descobrir Angola! Com este grito unificador e palavra de ordem, em 1948, um grupo de jovens escritores e intelectuais angolanos se alia, em Luanda, pela sedução aliciante de uma idéia nova e inovadora, intrínseca e potencialmente anticolonial: estudar Angola na sua globalidade, do homem à dimensão geográfica, no uso de um amor adolescente e até então platônico. Prospectivando, vemos hoje que em tal grupo se filiavam quase todos os nomes maiores, literária e politicamente, da pátria angolana. "O aparecimento duma literatura de raízes mergulhadas fundo na terra, aurindo no húmus angolano a própria seiva e fiel intérprete da nova geração que despontava para a vida, torna-se inevitável."²

Viriato da Cruz acabara de escrever o seu deslumbrante "Sô Santos", sobre o decadente burguês negro que não era mais *Dono de musseques e mais musseques. . . /Padrinho de moleques e mais moleques. . . /Macho de amantes e mais amantes, /Beçanganas bonitas /Que cantam pelas rebitas: /Muaringana Santo /dim-dom /ual'o banda ó calaçala /dim-dom /chaluto mu muzumbo /dim-dom. . .*³

Estava em andamento um fenômeno literário de expressão nacional angolana, como então bem o notou o escritor cabo-verdiano, recém-chegado a Luanda, *Filinto Elísio de Menezes*, que escreve, referindo-se aos escritores que se viam ultrapassar pelos jovens descobridores: "Embora a fama e o ambiente criados à volta desses poetas, ousou denunciá-los como imitadores de uma poesia cansada e envelhecida."⁴

Em Benguela, desponta *Aires de Almeida Santos*, com um dos mais belos poemas jamais feitos em Angola, "A Mulemba Secou", enquanto jovens angolanos a estudar em Portugal surgem massivamente no panorama das letras, como *Antero de Abreu*, *Alda Lara*, *Alexandre Dáskalos* e *Antônio Neto*.

Em Luanda (1950), a angolanidade poética é descoberta e assumida por ainda outros jovens, como *Mário Antônio*, *Antônio Jacinto*, *Antônio Cardoso*. No Huambo, desperta *Ermelinda Xavier*.

* Texto de apoio do curso "Literatura Africana de Expressão Portuguesa", CEEA, 1977.

** Professor de Literatura Africana do Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

"Eles sabiam muito bem o que fora o movimento modernista brasileiro de 1922 e tinham assimilado a lição dos seus escritores mais representativos, em especial Jorge de Lima, Ribeiro Couto, Manuel Bandeira, Lins do Rego e Jorge Amado".⁵ Sobre esta influência brasileira, escreve Mário Antônio: "... Quer na escolha dos temas, quer na forma, é evidente a influência dos modernos brasileiros. Nas freqüentes evocações da infância, no protesto, no elogio da mãe negra e em tantos outros motivos, com uma linguagem capaz de se colorir com o recurso de localismo de raiz crioula, da onomatopéia, da aliteração, sente-se aprendida a lição poética de brasileiros."⁶ Ainda que discordemos, em muito, do arauto maior português (nascido em Angola, casual e não significativamente) do lusotropicalismo de Gilberto Freyre, estamos com ele na constatação de fato de tal modo indubitável: a literatura brasileira é um dos pilares em que mais assenta a literatura africana em língua portuguesa, para além de "crioulismos" que têm muito mais de imaginação do que são reais.

E dá-se a explosão, lógica e esperada, o parto da moderna literatura angolana, com o aparecimento da revista *Mensagem* — *A voz dos naturais de Angola*, porta-voz e mãe e filha do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, e editada pelo Departamento Cultural da Associação dos Naturais, em Luanda. Movimento que se propunha literário, estético, ideológico: "Mensagem sai hoje, para a rua, a cumprir a sua missão, levando em si, para vós, para o Mundo, uma mão cheia de esperança; um cacho de mocidade, sedenta de Verdade, de Justiça e de Paz. É a Mocidade de Angola que abraça, com *Mensagem*, os seus irmãos do Mundo; são os jovens, generosos como a própria generosidade, confiantes da missão que cada um tem de cumprir (...). (...) São os jovens que não conhecem a descrença; que não acreditam no impossível e amam a Verdade; que lutam pela justiça e crêem ainda na solidariedade humana e na fraternidade universal, — são esses jovens de Angola, iguais a todos os jovens do Mundo, — são esses que *Mensagem* traz até vós. E *Mensagem* sente-se, hoje, mais do que nunca, amanhã mais do que hoje, segura da missão que tem a cumprir."⁷

Dois números apenas e eis que *Mensagem* cria a "geração da *Mensagem*", começo de quase tudo na literatura angolana e, quase, da literatura africana em língua portuguesa. Novamente Mário Antônio que, como editor que foi da revista, nos diz como seus únicos dois números foram concebidos e realizados: "(...) o primeiro foi organizado muito apressadamente com aquilo que se pôde dispor,

para atender a imposições burocráticas de prazos; (...) o segundo, feito com o mesmo afã e completamente ligado à organização do concurso literário, subordinando-se, portanto, ao seu caráter contingencial. (...) Mas, o espírito que a animava, se não teve uma realização à altura, nem por isso deixou de ser — e isso é que é o importante — o elemento de catálise de um despertar literário que já hoje tem uma obra a defini-la. Poetas, contistas, ensaístas da *Mensagem* deram, ao longo dos anos decorridos, um corpo ao sonho que a revista não foi capaz de concretizar."⁸

Manuel Ferreira vai um pouco mais além, quando reanalisa estes grupos, movimento e revista: "Nesse tempo, longo era já o percurso no domínio do debate sobre a criação literária e artística afro-negra ou, mais concretamente, da negritude. A Angola, haviam chegado os ecos diretos ou indiretos de uma poesia afro-americana; os ecos diretos ou indiretos de uma poesia africana de expressão francesa; a sombra de Guillén, de Wat Whitman, de Langston Hughes, Countee Cullen; ou a voz de Francisco José Tenreiro que, em 1942, tinha publicado na coleção coimbrã do Novo Cancioneiro um livro que se alimentava substancialmente de motivações da negritude: *Ilha de Nome Santo*."⁹

"De notar ainda que os jovens intelectuais de Luanda iniciavam-se no momento em que as ressonâncias e as terríveis conseqüências da guerra eram ainda bem vivazes, e quando por via disso mesmo se agitava a problemática das culturas negras e se começava, por outro lado, a aceitar a sua firme decisão de conquistar o lugar a que tinham direito. Sentiam, por isso, a irreversível necessidade de revitalizar os caminhos percorridos pela atividade cultural angolana no sentido de uma radicação sem concessões: o marco de uma Cultura Nova, de Angola e por Angola. Aqui se pré-anuncia a marcha para a idéia da independência nacional."¹⁰

"O Movimento dos Novos Intelectuais de Angola propunha: Vamos descobrir Angola. Descobrir implicava redefinir e daí partir para a valorização dos dados fundamentais da caracterização cultural e não apenas continuar limitados ao prolongamento de uma perspectiva viciada ou inconseqüente."¹¹ "*Mensagem* é o porta-voz ou, antes, a expressão desse movimento que se traduz não só na criação desta revista, como numa atividade cultural e literária que se pretendia ampla e intensa: concursos literários, exposições de artes plásticas, início de uma larga campanha para a alfabetização, publicação periódica da revista *Mensagem*, edição de obras de autores angolanos, realização de palestras, conferências, recitais, divulgação artística, li-

terária ou científica, fundação de escolas primárias, médicas e técnicas e profissionais, para a valorização e aperfeiçoamento do nosso operário, criação de bibliotecas".¹²

"*Mensagem* na verdade não pretende ser apenas um órgão literário. A sua ambição é a de tornar-se num verdadeiro órgão cultural, desbordando pelo conto, poesia, ensaio lingüístico, sociológico, crítico, folclórico etc. E nós queremos que a cultura seja acentuadamente como caminho livre: todos transitarão. Assim, a cultura que surge em Angola é mensagem que, dum determinado ponto do Globo, nós dirigimos à juventude de todo o mundo, certos de que a juventude de todo o mundo poderá compreender os nossos anseios, as nossas aspirações e as nossas esperanças (n.º 2/4, 1952). O sentido amplo da cultura nacional afirma-se pelo convívio com os companheiros da outra costa do Índico, Moçambique, tais como Noémia de Souza, José Craveirinha, (...) Augusto dos Santos Abranches, (...)."¹³

"*Mensagem*, porém, só parcialmente se cumpriu. Deu o sinal de partida apenas. Nesses tempos difíceis houve de ficar-se pelo número coletivo 2/4. Reafirma-se, porém: fixou um momento importante da cultura angolana. E abriu caminhos novos não só ao conto como também, e sobretudo, à poesia. Pois, a despeito de mal lhe ter sido dada oportunidade para uma expressão momentânea, ali em *Mensagem* se definem algumas das linhas importantes da nova poesia de Angola. Por um lado a Terra, espaço geográfico, teatro e fundamento de uma realidade que amavam quase messianicamente: *Oh Terra! oh Terra, oh nossa Mãe Terra*. . . (Viriato da Cruz). Terra que amavam na plenitude e cujo apelo encontrava eco profundo nas suas almas. *É a terra que nos chama*. . . / *É tempo companheiros! / Caminhemos*. . . diria mais tarde Alda Lara. Terra não entendida apenas como territorialidade, ou como imanência telúrica, mas como força humana prodigiosa que só na união se realiza. Não teria sido ainda a floração de uma poesia da totalidade das vivências autóctones. Os poetas aqui como que fazem uma profissão de fé e lançam as raízes dos pré-requisitos de uma poesia necessária. Revolucionária para além mesmo do que lhes era permitido. *Ó poetas do novo cancionero, cantai, espalhai, pelos sulcos da terra, as sementes do poema novo!* (Humberto da Sylvan). E clamam. *Já não há luar porque a noite morreu. / Chorai vós, poetas/que eu canto o Sol no apogeu!* (Antônio Jacinto). É uma anunciação. Não é ainda a ressurreição. Não é ainda a torrente úbere do universo angolano a caminho da sua libertação. Isso virá de-

pois. Com os anos, a cultura, com uma mais aguda e generalizada consciencialização. Mas já se detectam elementos radicados na consciência de uma fisionomia social múltipla, complexa, original. Um exemplo poderá ser Mário Antônio de uma fase que abandonaria. *Minha avó negra, de panos escuros/Da cor do carvão/Minha avó negra, de panos escuros/que nunca mais deixou//Andas de luto/toda é tristeza* (...). / *Se pudesses, talvez revivesse/as velhas tradições!* Ou ainda um Viriato da Cruz: *Na noite de breu/ao quente da voz/de suas avós,/meninos se encantam/de contos bantus*. . . / *"Era uma vez, uma corça/dona de cabras sem macho*. . . / *Matreiro, o cágado lento/tuc*. . . / *tuc*. . . / *foi entrando/para o conselho animal*. . . Ponto de partida, definido, decisivo (...)."¹⁴

Um detalhe, para atentar na estilística de *Mensagem*. No prefácio à *Antologia da Poesia Angolana*, editada por Carlos Ervedosa, na Casa dos Estudantes do Império, escreve o ensaísta Alfredo Margarido que "na grande maioria estes poetas nunca escreveram um soneto, ou sequer, um poema de metro ou rima regulares (...). (...) o poema não pode viver pelo seu rigor estilístico, mas antes pela equação de verdades universais e imediatamente concretas. (...) o poeta submete o poema ao ritmo, dando assim à música o importante papel que lhe cabe nas sociedades negras. Neste caso a palavra africaniza-se, angolaniza-se graças ao ritmo. Do mesmo modo o aparecimento de empolamentos formados por expressões lingüísticas autóctones, o aproveitamento de um ritmo coloquial que se faz eco direto dos traumatismos fonéticos, sintáticos e semânticos sofridos pelo português em contato com as línguas tradicionais."¹⁵

"A vocação própria do intelectual é a de situar os problemas essenciais que orientam os destinos do público do seu tempo. Os acontecimentos do século em que vivemos são de tal modo rápidos e apaixonantes que a consciência de cada intelectual se encontra dia a dia engajada em definir uma posição. Acontecimentos que se colocam no plano humano, social ou político—três aspectos da cultura. Daí o sentimento de responsabilidade atuante de todos nós que manejamos uma pena. A tentação de irresponsabilidade é quase estranha hoje a uma certa categoria de homens, os colonizados. Por quê? Porque a situação de colonizado (indígena, evoluído, evoluínte, assimilado, qualquer que seja a etiqueta que nos queiram impor) significa um atentado permanente à personalidade humana."¹⁶ Assim se autodefine Mário de Andrade que, com Agostinho Neto, Viriato da Cruz e Antônio Jacinto, se constitui num dos expoentes máximos

da "geração da *Mensagem*". Posicionamento, naturalmente, algo diverso do de Mário Antônio. Diversidade que tem a ver com a própria estrutura do problema literário. "A riqueza e disponibilidade do vocabulário das línguas negro-africanas serviu ao florescimento duma abundante literatura oral: mitos e lendas, contos, provérbios, enigmas, poemas — nenhum domínio da imaginação é estranho aos negro-africanos. Se a literatura tradicional não aparece por via da escrita, embora os sinais gráficos fossem conhecidos de longa data em várias regiões da África Negra, se a fixação literária não tem sido praticada duma maneira sistemática, deve-se menos ao caráter esotérico tomado pela linguagem escrita nas civilizações negro-africanas que às violências históricas sofridas pelas sociedades negras. Decerto, predominância do verbo e do gesto, mas possibilidades de renovação e *dépassement* da literatura tradicional, à medida que os povos negros emergem da opressão colonial."¹⁷

"Enquanto a memória coletiva conserva o capital literário negro-africano, a colonização europeia provocou na África Negra um hiato entre o passado e o presente. Hiato temporário e por vezes mais aparente que real. Paralelamente ao esforço de alguns que vêm enriquecendo a literatura africana com obras diretamente inspiradas no folclore negro (retenho, entre outros, os nomes de Thomas Mofolo, Amos Tutuola, Birago Diop, Bernard Dadié, Castro Soromenho, Óscar Ribas), uma nova literatura de circunstâncias — em particular uma poesia — surgiu, escrita nas línguas europeias."¹⁸

"De expressão inglesa, francesa ou portuguesa, os novos poetas negro-africanos orientam-se no sentido duma pesquisa literária autenticamente negra e duma reivindicação do orgulho escandaloso da qualidade de ser negro. Todos, com maior ou menor felicidade, se alimentam dum só tema: a noite da opressão colonial. Onde o engajamento político, revolucionário desta poesia que fere a sensibilidade de tanto esteta ocidental. . ."¹⁹

"Condenada a atingir apenas as minorias africanas, quem ignora que esta poesia terá de ceder lugar a uma outra, ritmada na linguagem nova do futuro?"²⁰

"Quanto às produções poéticas da África Negra sob administração portuguesa, elas desafiavam a eficiência duma política de cinco séculos de assimilação espiritual. Em vez de cantarem a integração numa comunidade estranha à personalidade africana, os povos poetas gritam: *Criar/criar liberdade nas estradas escravas/algemas*

*de amor nos caminhos paganizados do amor/sons festivos sobre o balanceio dos corpos em forcas simuladas/criar/criar amor com os olhos secos (Agostinho Neto)."*²¹

Esta recusa de assimilação permanece viva e forte: "Só por uma e numa expressão literariamente individualizada se pode constituir uma literatura no seio de uma língua (. . .). Para o caso de Angola requer-se um idioleto, fruto das convergências de tonalidades lingüístico-estilísticas de, pelo menos, algumas individualidades marcantes no campo literário. Por conseguinte, o levantamento da literatura angolana no seio da língua portuguesa só pode fazer-se com base no idioleto. Só por ele e nele a literatura angolana pode autoconstituir-se."²² Como afirma Pires Laranjeira, "(. . .) resulta que a poesia de um poeta negro nascido e criado em Angola pode não ser considerada poesia pré-angolana. Ou que a poesia de um poeta branco que viva apenas há dois ou três anos em Angola seja poesia pré-angolana, embora toda a sua produção poética anterior se inclua, por exemplo, na literatura portuguesa"²³ Afinal, "sobvalorização do ético em relação ao estético"²⁴, "do estético como um dos discursos críticos sobre o social"²⁵, denúncia da humilhação e da opressão.

Mensagem vem cronologicamente na sequência, o que não significa que delas tenha sido seguidor fiel e incondicional, da *Présence Africaine*, que começa a sair em Paris em 1947, e da *Antologia da Poesia Negra e Malgache de Língua Francesa*, publicada em 1948 por Léopold Sédar Senghor e com prefácio de Jean-Paul Sartre. Curiosa e significativamente, cerca de dez anos depois a *Présence Africaine* virá a ser dirigida por um dos angolanos mensageiros, Mário de Andrade.

Foram violentamente desmembrados entre si, muitos mensageiros: "a política separou-os. O campo ficou livre para os porta-vozes dos europeus, como o romancista Reis Ventura"²⁶ Para uns, o exílio ou a prisão; para outros, o colaboracionismo com o inimigo.

"Apropriando-se das experiências dos modelos internacionais (. . .), os poetas (. . .) da geração de *Mensagem* recorrem a motivações como a miscigenação física e cultural, a saudade da infância, o amor ingenuamente platônico, a exaltação das culturas tradicionais (com o culto dos antepassados), a saudade do perdido mundo idílico (outro grau da comunicação com a natureza propugnada pela negritude), a dominação colonial, a libertação política, econômica e social. Armam-se de um aparelho técnico que comporta o uso da onomatopéia, da síncope, da aliteração, da anáfora, da apóstrofe,

além do predomínio da dicção rítmica sobre a dramática, estabelecendo uma correlação íntima com as estruturas poéticas de tradição oral, sonoramente sincopadas e tonais, sintaticamente circunloquias, cuja gradação entoacional se produz por repetição sonora e não por confrontação dramática das representações de conceitos. Nessa poesia expressa-se a conscientização política da cor como estigma de valorização ou, por outro lado, como complexo de culpa (Antônio Jacinto: *o meu poema sou Eu branco/montado em mim preto/a cavalgar pela vida*). A pertinência temática comum a muitos poetas é, sem dúvida, a saudade da infância, que, como diz Alfredo Margarido²⁷, é o lugar onde, embora alienatoriamente, por desconhecimento da temporalidade e afastamento do processo de produção econômica, se resolve provisoriamente a contraposição rática, que mais não acaba sendo que metáfora da confrontação sócio-econômica de classes, tendo como pano de fundo o longo processo de imperialismo colonialista. A escolha dessa temática é, por conseguinte, o reflexo da angústia do poeta ao se descobrir situado entre duas facções políticas antagônicas e irreduzíveis (a colonialista e a colonizada) e simultaneamente o desejo de transcender o complexo de estacionamento entre duas culturas: a popular e a estrangeira. É quando toma consciência da alienação produzida pelas diversas formas de discriminação e aceita o passado da infância como período histórico de pré-conhecimento, que o poeta se reclama presente contra a alienação do real imediato. O encontro da cultura popular (música e coloquialismo) com o refinamento lingüístico estrangeiro põe à disposição do poeta uma utensilagem que vai da ironia corrosiva à violência da sátira, em que expressa, fundamentalmente, o seu grau de insubmissão perante um estado de coisas que agride a sensibilidade e o conhecimento racional a todo o instante. Poesia de protesto, arte realista crítica, retratista das contradições da sociedade especificada no discurso, dos seus vícios e condicionalismo, do seu despotismo de classe sem fronteiras, tem a sua mais alta esperança", "Sô Santo", "Namoro" e Makêzú" (todos de 1947-50) de Viriato Cruz; "Monangamba" (1950), 1947-50) de Viriato Cruz; "Monangamba" (1950), "Castigo Pró Comboio Malandro" (1950), "Carta dum Contratado" (1950), "Poema da Alienação" (1951) e "Grande Desafio" (1953) de Antônio Jacinto; "Quitandeira" (1949), "Mussundo Amigo", "Criar" e "Aspiração" de Agostinho Neto."²⁸

Podemos dizer que *Mensagem* é resultante do conflito que se trava no assimilado, quando o eu africano recusa-se em deixar-se esmagar pelo eu

europeu? Não há possibilidade de identificação total entre os dois eu do assimilado, recorda-nos Salvato Trigo,²⁹ "este, por sua vez, também não pretende o estabelecimento interior de uma guerra contínua entre a sua personalidade básica africana e a personalidade adulta que se pretende europeia. A problemática psicológica da moderna literatura africana de expressão portuguesa é facilmente analisável ao nível de topologia e de tipologia em que ela se constrói. Na altura em que os novos intelectuais lançam o movimento da *Mensagem*, a topologia ou o espaço real abrangível pela literatura que se propõem fazer é indubitavelmente africana. Quanto à tipologia, verifica-se numa variedade nítida, já que os tipos que evoluem nesse espaço real são arrancados aos dois mundos que na África moderna coexistem: o africano e o europeu"³⁰

"Viriato da Cruz, arvorando-se como porta-voz do movimento mensageiro, iria sintetizar topológica e tipologicamente as grandes linhas da *Mensagem* no seu poema "Mãe Negra — Canto de Esperança".³¹

"Outro nome da *Mensagem*, Antônio Jacinto, colocar-se-ia em melhor posição para analisar profundamente o conflito vivido pelo assimilado, que procura reafirmar-se biossocialmente e africanizar-se psicossocialmente. É isso mesmo que ele tenta mostrar-nos no "Poema da Alienação", em que as antíteses do texto apontam para antíteses psicológicas. Por isso, Antônio Jacinto, ao perseguir a catarse intelectual que os mensageiros e seus sequazes procuram, enquadra-se perfeitamente no primeiro ciclo da moderna poesia angolana, em que a esperança móbil dessa poesia evolui para uma certeza transformada longamente no *leitmotiv* da poesia angolana anterior à eclosão da guerra."³²

"Agostinho Neto, o terceiro grande nome do movimento e da *Mensagem*, terá sido aquele que mais produziu no Ciclo da Esperança, demorando imenso a transpor a barreira entre Esperança-Resignação e Esperança-Certeza, isto é, a primeira fase da poesia de Agostinho Neto é passiva enquanto a segunda é ativa. A passividade da sua poesia só será compreendida desde que equacionada com a ambiência psicossocial da carga extrema afetiva por ele vivida na primeira fase da sua reafirmação. Meio século depois dos manifestos vigorosos exarados no jornal *Negro* pelos ativistas do partido africano, surgiria Agostinho Neto a afixar seu Sofrimento-Determinação em som de epifonema profético no poema "Aqui no Cárcere".³³

É comprometida a poesia de *Mensagem*. Os poetas escrevem acerca dos interesses reais dos africanos e da natureza real da vida africana, sem

nada conceder à sede do exotismo colonial, autoritarismo intelectual e emocional do prurido e curiosidade dos europeus; como desejara e propusera o teórico do movimento, Viriato da Cruz, aliás também seu maior expoente. Literatura de compromisso, de "feição centrípeta",³⁴ de assunção e revelação profunda da realidade, desmitificadora dos pruridos europeus; preferência absoluta ao conteúdo, ao que há a transmitir; pouca ou nenhuma importância dada à forma e ao estilo. Poesia, portanto, materialista, afastada já da Negritude de Senghor. Informada de muito especiais saber, poder e dizer.

Nos mensageiros especificam-se percepção, discernimento e sentir por relação com a África terra-mãe. Profundidade sacra e mística, incompreensível pelos estrangeiros. "Os mensageiros buscam exatamente esta bipolaridade de percepção a sua realidade africana encoberta à superfície por uma casca tenuíssima de europeização forçada e sentir o sangue africano que lhes corre nas veias, ainda que temporalmente narcotizado pelos pretensos valores superiores da civilização ocidental. Por isso e para isso é que a sua poesia é um poder efetivo, cujo objetivo não será mais do que comunicar um novo mundo (o africano) ao mundo (o europeu) e transfigurar, que o mesmo é dizer purificar, isto é, sujeitar a uma poética cártica aqueles que por solicitações tentadoras do mundo dos dominantes se deixaram engodar pelo assimilacionismo, perdendo o elo de ligação com o seu passado, ou seja, desafricanizando-se. Esta transfiguração implica, portanto, uma reafricanização, o que já representa uma catarse conseguida, isto é, uma vitória do colonizado sobre o colonizador."³⁵

Os poetas da *Mensagem*, especialmente Viriato da Cruz e Antônio Jacinto, rompem com o discurso colonizador, opondo-lhe o discurso do colonizado, específico: ao discurso político opõem o discurso poético; produzem rupturas (sintáticas e semânticas) no discurso colonialista; realizam integralmente a função conotativa impressa em seus versos. A poética materialista, aliam uma poética finalista; decisiva e definitivamente inovam e revolucionam: reafricanização do conteúdo poético, africanização da linguagem, tropicalização do discurso. Primeiro, pela reafricanização humana, o estudo do patrimônio cultural popular, ultrapassagem da barreira erguida entre os eu, africano e europeu, do assimilado.

Produto de um choque biossocial, sempre o assimilado será biologicamente um africano, mesmo quando, socialmente, dele pretendem fazer um

europeu. Produto do choque biossocial provocado pelo colonialismo, é o assimilado solicitado por duas distintas forças biossociais, a europeia e a africana. Naturalmente, ambas as forças em presença, solicitantes, condicionam o seu caráter, desde sempre ligado, embora, ao temperamento africano; daí a inevitabilidade do fracasso do colonial: impossível um esqueleto mental africano com conteúdo europeu e assim "fabricar" uma personalidade europeia, culturalmente impopular. Na personalidade básica, tem enorme peso a tradição cultural, apontada pelas influências hereditárias, temperamentais e caraterológicas.

Sendo um dos seus objetivos principais o violento esmagamento, nem sempre disfarçado, da cultura do colonizado, o colonialismo desrespeita a personalidade do assimilado, com perniciosas conseqüências. E, ao conscientizar-se da sua alienação, o assimilado parte ao encontro da sua personalidade básica. Como esta foi modelada em cadinhos culturais africanos, essenciais e só acidentalmente contagiados pelo europeísmo, o assimilado toma a essência do seu eu africano; do eu europeu apenas conserva os acidentes não totalmente corrosivos. Assim se reafricaniza, conscientemente, conquistando uma plataforma de relativo entendimento entre o psíquico, africano, e o social, acidentalmente europeu. Nasce e surge o homem renovado, repudiando a negatização (afã preferencial do colonialismo), aceitando os valores positivos da cultura europeia, não se despersonalizando, sentindo o drama do bilingüismo colonial, hesitando entre a escolha da expressão portuguesa e da expressão angolana. Os mensageiros, na sua quase totalidade, optam pela expressão portuguesa.

Pergunta Salvato Trigo: "poder-se-á falar de uma literatura autenticamente africana quando a sua expressão é europeia"?³⁶ E responde: "parece-nos evidente que a assunção do conceito de literatura nos leva a equacionar o problema da expressão. Quer isto dizer que se a expressão não tentar uma identificação com o conteúdo, a literatura não ficará corretamente definida. Por esta razão, uma literatura só será africana quando conteúdo e expressão o forem. Descortinar africanidade no conteúdo desta literatura não é tarefa difícil, ainda que saibamos só ser possível chegar ao conteúdo através da expressão. Por outras palavras, a expressão será para nós a realidade objetiva da realidade subjetiva que é o conteúdo. E, para Stephan Ulmann, a obra de arte literária pressupõe sempre este binômio de realidades. Será correto, então, analisar o movimento da *Mensagem* segundo a dicotomia expressão quimbundo e expressão portu-

guesa. Não há dúvida de que o grau de africanismo da expressão quimbundo é total, enquanto o da expressão portuguesa é parcial. Contudo, a expressão portuguesa pelos escritores africanos já não é pura, porque não existe uma verdadeira correspondência entre a palavra, o signo português e o símbolo que lhe está subjacente nesta literatura. Na realidade, quando se fala de literatura portuguesa o signo e o símbolo correspondem-se, mas quando se fala de literatura africana de expressão portuguesa, símbolo e signo diferenciam-se. É nesta diferenciação que encontramos o africanismo da expressão desta literatura. Quer isto dizer que, embora os signos sejam lexicologicamente portugueses, os símbolos que lhe estão subtensos são sem dúvida africanos. O africanismo torna-se tanto mais notório quanto mais se multiplicam os esforços dos escritores para a construção, ao nível do seu universo literário, de uma língua mista que no futuro poderá vir a ser uma autêntica língua, sendo por isso esses escritores considerados, neste aspecto, como verdadeiros logótipos. O logotetismo não é de modo algum forçado, antes aparece como uma espontaneidade decorrente da necessidade de o escritor traduzir com justeza o discurso diário no discurso literário. Mas a espontaneidade desse logotetismo terá que ser analisada à luz dos conceitos sócio-políticos que a circundam."³⁷

Como afirma Agostinho Neto, "o que é antes de tudo necessário, é que o espírito dum povo colonizado seja construído de novo, a fim de que ele pense livremente e se sinta livre, mesmo quando o seu país não o é ainda".³⁸ E, na verdade, "é certo que a tomada de consciência das realidades culturais da África constituiu um elemento motor da tomada de consciência política, no primeiro estágio do movimento libertador. Quer-se e afirmar-se simplesmente africano era já, na época, uma forma avançada de manifestação política. Mas é a luta de libertação que fornece o quadro material e permite as condições ideais para o desenvolvimento da cultura. Esta é por sua vez o elemento fecundante, alimentador da luta de libertação"³⁹ Porque "reprimida, perseguida, traída por certos grupos sociais que se haviam aliado aos colonialistas, a cultura africana resistiu a todas as tempestades, encontrando refúgio nas aldeias, nas florestas e no espírito das gerações vítimas do colonialismo".⁴⁰ O escritor da *Mensagem* toma consciência, ultrapassada a negritude, da sua condição de membro de um povo explorado que é obrigado a usar todas as armas que estão ao seu alcance. Amílcar Cabral insiste na importância dos valores culturais como armas de combate e acrescenta que se deve proce-

der de maneira a que o povo se interesse pela literatura, a que saiba ler e escrever, para que possa construir o país.

Os mensageiros fizeram uma literatura de denúncia da situação colonial, abrindo as portas à incorporação posterior, com plena responsabilidade, no campo de ação anunciador da luta armada, a uma maneira nova de postular os problemas, ao forjar, partindo da experiência adquirida, de um meio eficaz de transformação da realidade. Eles tornaram premente a necessidade de criar "qualquer coisa de novo, capaz de dinamizar as energias, canalizá-las e discipliná-las em função da meta a atingir: a luta contra o colonialismo".⁴¹

Nenhum colonialismo terá provocado um tão profundo abismo entre os assimilados e o restante do povo colonizado como o colonialismo português, chegando a provocar, naquele, um dramático complexo indígena, que, afinal, levará ao surgimento de *Mensagem*, a uma progressiva tomada de consciência, à afirmação de uma diferente vivência. "É lá que encontramos os arautos-construtores de uma nova identidade nacional",⁴² aqueles que exprimem de uma maneira mais ou menos coerente uma visão do mundo que corresponde ao máximo de consciência possível de uma classe, para usar a linguagem de Goldmann.

Sendo proibido, nas colônias de Portugal, o ensino das línguas africanas, naturalmente que em português se teriam que expressar os mensageiros, como mesmo que para realizar uma ação de rotura. Como afirma Tomás de Medeiros,⁴³ se a negritude de Senghoriana criou agentes do neocolonialismo na África, a dos escritores da *Mensagem* criou, pelo contrário, combatentes sinceros da Independência Nacional. Porque "todo poeta é, antes de mais, um homem que utiliza também a poesia como arma de combate. Tudo depende do lugar que ocupa num dos lados da barricada. (...) O ato mesmo de nascimento da poesia africana de expressão portuguesa foi um ato de combate. (...) Todo intelectual, qualquer que seja a sua cor, uma vez que rompe com a tradição colonialista e se engaja na luta pela emancipação nacional, afirma, com esse gesto, o direito seu à existência, quer dizer, à sua angolidade, por exemplo".⁴⁴

E até Mário António reconhece que os mensageiros "realizaram uma decidida prospecção da circunstância local, elegendo-a para tema quase exclusivo das suas obras; tinham uma visão global dos problemas do mundo e um conhecimento, para a época, dificilmente encontrável nos outros escritores da África portuguesa, da experiência humana e particularmente da experiência literária do homem

negro no mundo. Quando os seus poemas começaram a ser conhecidos, (. . .) foram aceites como modelo por todos os africanos que aspiravam à expressão literária".⁴⁵

E, concluindo, o testemunho englobante de Mário de Andrade, um dos mensageiros: "No início, a reafricanização aparece como movimento cultural. Mas vieram os prolongamentos políticos e a tomada de consciência. A África estava inte-

riorizada mas não intelectualizada. Era preciso conhecer profundamente a realidade, usar técnicas modernas para transformá-la. (. . .) Passamos a dar à negritude um conteúdo mais revolucionário do que os próprios condutores dela. Entendemos que na nossa reificação do negro, deveríamos aproveitar esse termo porque considerávamos símbolo da opressão racial. Tudo o que foi feito depois é uma materialização do nosso primeiro grito de reafricanização."⁴⁶

NOTAS

1. Mário Coelho Pinto de Andrade. "Os Poemas da Nova África" in *Movimento*. São Paulo, 4-7-77.
2. Carlos Ervedosa. *Itinerário da Literatura Angolana*. Luanda: Culturang, 1972, pp. 99-100.
3. Viriato Clemente da Cruz. "Sô Santo" in *Poemas*. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, Coleção Autores Ultramarinos, 1961, pp. 11-3.
4. Filinto Elísio de Menezes. "Apontamentos sobre a Poesia de Angola". Separata de Cultura (I). Luanda: Sociedade Cultural de Angola, 1949.
5. Carlos Ervedosa. Op. cit., pp. 101-2.
6. Mário Antônio Fernandes de Oliveira. "Influências da Literatura Brasileira sobre as Literaturas Portuguesas do Atlântico Tropical" in *Colóquios sobre o Brasil*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, n.º 79, 1967.
7. *Mensagem*. Luanda: Associação dos Naturais de Angola, n.º 2/4, 1952.
8. Mário Antônio Fernandes de Oliveira. "Décimo Aniversário de Mensagem" in *Jornal de Angola*. Luanda: Associação dos Naturais de Angola, n.º 110, 1961.
9. Manuel Ferreira. *No Reino do Caliban, Antologia Panorâmica da Poesia Africana de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Seara Nova, vol. II, 1976, pp. 92-4.
10. Id., *Ibid.*
11. Id., *Ibid.*
12. Id., *Ibid.*
13. Id., *Ibid.*
14. Id., *Ibid.*
15. Alfredo Margarido. *Antologia da Poesia Angolana*. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, 1962.
16. Mário Coelho Pinto de Andrade. *Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa*. Paris: Pierre Jean Oswald Éditeur, 1958, pp. 7-13.
17. Id., *Ibid.*
18. Id., *Ibid.*
19. Id., *Ibid.*
20. Id., *Ibid.*
21. Id., *Ibid.*
22. A. Sampaio. "Actividades Literárias de Angola — Ano de 1973" in *O Estudante*. Luanda, n.º 3, fev-março de 1974.
23. Pires Laranjeira. *Antologia da Poesia Pré-Angolana*. Porto: Afrontamento, 1976, p. 12.
24. Mário Antônio Fernandes de Oliveira. "A Poesia de Angola nos seus Múltiplos Aspectos e Rumos". Texto lido no 1.º Encontro de Escritores de Angola, Imbondeiro e Câmara Municipal de Sá da Bandeira. Sá da Bandeira, 1964.
25. Pires Laranjeira. Op. cit., p. 20.
26. Gerald Moser. Verbetes "Angola" in *Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e da Teoria Literária*, sob direcção de João José Cochofel.
27. Alfredo Margarido. "Panorama" in *Estrada Larga*. Porto: Porto Editora, s/d, pp. 482-91.
28. Pires Laranjeira. Op. cit., pp. 16-7.
29. Salvato Trigo. Manuscrito inédito. Porto, 1977.
30. Id., *Ibid.*
31. Id., *Ibid.*
32. Id., *Ibid.*
33. Id., *Ibid.*
34. Id., *Ibid.*
35. Id., *Ibid.*
36. Id., *Ibid.*
37. Id., *Ibid.*
38. Antônio Agostinho Neto. Discurso pronunciado na Rádio-Brazzaville, 1964.
39. Mário Coelho Pinto de Andrade. "Comunicação ao 1.º Festival Cultural Pan-africano". Argel, 1970.

40. Amílcar Cabral. "National Liberation and Culture". Conferências efetuadas na Universidade de Siracusa, em 1970.
41. Antonio Alves Tomás de Medeiros. "Poesia Africana de Expressão Portuguesa: Poesia de Combate". Entrevista concedida a Maria Isabel Colaço. Lisboa: Seara Nova, 1974.
42. Id., Ibid.
43. Id., Ibid.
44. Id., Ibid.
45. Mário António Fernandes de Oliveira. Manuscrito inédito. Lisboa, 1969.
46. Mário Coelho Pinto de Andrade. Artigo citado in *Movimento*.

A ANTROPOLOGIA E A COLONIZAÇÃO DA ÁFRICA*

*Kabengele Munanga***

Em seu artigo publicado no *Courrier de l'Unesco*, em novembro de 1961, e intitulado "A Crise Moderna da Antropologia", C. Lévi-Strauss exprimiu suas inquietações a respeito do perigo a que está sujeita a Antropologia: o de perder o objeto tradicional de suas preocupações, o mundo dito "primitivo". Segundo o autor, este perigo se manifesta por um duplo paradoxo. De um lado, a diminuição muito rápida, até mesmo a extinção, das tribos australianas e índias da América, particularmente da Amazônia. De outro lado, a recusa de algumas populações do mundo, particularmente da África negra, de continuar a ser "objeto" de pesquisa antropológica.

Por que motivo a África negra se recusaria a ser estudada pela Antropologia? É esta pergunta que tento colocar e discutir.

Pode-se retorquir que esse pequeno artigo escrito há 17 anos por Lévi-Strauss já estaria ultrapassado, pois as populações africanas podem ter evoluído no contexto de suas independências nacionais. Isto seria verdade principalmente pelo fato de que esse artigo foi escrito imediatamente antes das independências da maioria dos países africanos.

Nesta febre de independência, com todas as atividades que a caracterizam (as lutas de libertação nacional seguidas pela campanha anticolonial, as guerras fratricidas entre grupos étnicos ou entre militantes dos partidos políticos), fica difícil fazer uma pesquisa de campo, tanto para os pesquisadores estrangeiros, quanto para os nativos.

Pode-se imaginar que a situação deva ter evoluído, uma vez a paz instaurada e a autonomia nacional reforçada. Mas, segundo a literatura especializada posterior ao artigo de Lévi-Strauss, pareceria que a atitude dos países africanos frente à Antropologia estrangeira quase não mudou.

Para compreender a manutenção e a persistência desta atitude de recusa da Antropologia estrangeira pelas populações africanas, faz-se necessário fazer a história crítica ou a crítica ideológica da Antropologia, desde os inícios da colonização até as independências destes países e mesmo depois das independências, na situação chamada "neocolonialismo".

É esta crítica que a escola culturalista americana tentou fazer e que muito recentemente fizeram Gerard Leclerc, K. Gough, Stanislas Adotevi, Alfredo Margarido, A. G. Frank, Jean Copans e outros. Quase todos estes autores desenvolvem o mesmo tema, "a Antropologia e o colonialismo" ou "a Antropologia e o imperialismo".

Esta crítica ideológica mostrou como a Antropologia serviu direta e indiretamente à empresa colonial. Diretamente pela tomada de posição de alguns antropólogos como colaboradores da colonização; indiretamente pela manipulação de alguns dados tendenciosos fornecidos por algumas correntes antropológicas.

O que queremos é justamente ilustrar as funções da Antropologia na colonização da África, e, partindo desta crítica, recolocar a questão do futuro da Antropologia como ciência na África.

Com efeito, a Antropologia começa logo a se definir quando as descobertas do século XV revelam a existência de novas populações, o que coloca em questão a unidade da espécie humana e obriga a uma revisão do problema de sua origem.

Sem querer e sem poder entrar em detalhes sobre a emergência da Antropologia, que hesita de vez em quando entre a história e a filosofia, é preciso perguntar sobre o momento no qual ela adquire não só a sua autonomia completa, mas também a sua denominação, colocando-nos então a questão de sua utilidade e de sua justificação teórica.

Este momento é a dominação colonial; é esta que vai determinar o "objeto" da Antropologia, determinação que ela própria nunca fez.

Esta dominação colonial resulta da expansão de dois imperialismos. O imperialismo do mercado, apropriando-se da terra, dos recursos e dos homens; o imperialismo da história, apropriando-se de um espaço conceitual novo: o homem não histórico, sem referência nos documentos escritos.

A apropriação das terras e dos recursos, a sua exploração econômica, a mobilização e o inventário da força do trabalho, tudo isso será chamado "missão civilizadora" pelas potências coloniais.

Para poder bem colonizar, é preciso justificar e legitimar a sua superioridade e assim teorizar uma evolução histórica que a produz. Assim, a Antropologia, que devia ser fundada sobre a noção do homem universal, é torcida pelo fato colonial que a condena a falsos conceitos — "selvagem", "primitivo", "indígena" — destinados a mostrar que são até homens, e que podem realizar determinadas tarefas.

Elaborando a sua teoria da evolução, Darwin fixa a imagem de um homem selvagem, bestial, testemunha do estado simiesco. De conformidade com a ideologia quase mística da linearidade evolutiva, Darwin imagina que na base da escala evolutiva antropológica está o homem-macaco, feroz, sanguinário, agressivo, obscuro, com caninos saltados e sexo projetado, representado pelos selvagens. Pode-se,

desde então, colonizar esses homens com toda consciência.

Este evolucionismo nascido das observações de Darwin influencia fortemente a jovem ciência da Antropologia. Assim, cada elemento cultural, cada instituição, cada costume foi tirado do seu contexto e descrito para apoiar as teses de ordem ideológica e política. Em todo lugar eram vistos os dois pólos de linha evolutiva. O europeu, civilizador, ficava no topo, e o primitivo, o negro a civilizar, devia ficar na base.

Assim, na evolução da família humana, Jacob Bachofen e L. Morgan distinguiram três grandes fases: promiscuidade, poligamia e monogamia. O primitivo estava na segunda fase, de poligamia, e o europeu na última, na monogamia, o que acusava um atraso do primeiro em relação ao segundo, daí a justificação de colonizar e de ser colonizado. No plano político, postula-se a mesma seqüência evolutiva linear. Podemos multiplicar estes exemplos nos vários domínios: magia, religião, ciência etc.

Os evolucionistas tinham a tendência de dividir em duas partes a história da humanidade. De um lado as sociedades européias, civilizadas, situadas na última fase da evolução humana, sociedades cuja complexidade, importância dos contatos, trocas e transmissões culturais são bem conhecidas. De outro lado as sociedades chamadas primitivas, sem passado complexo, cujo desenvolvimento cultural se colocava num tempo abstrato, tempo da evolução, bem diferente do tempo concreto da história. Estas afirmações dos evolucionistas são claramente etnocêntricas. Não é necessário ser um grande profeta para prever as manipulações que poderiam ser feitas a partir delas pelo colonialismo.

Os difusionistas, rejeitando as especulações teóricas dos evolucionistas, inclinam-se sobre o fenômeno da aculturação, tratando da cultura como um fenômeno de adoção ou de empréstimo de processos, instituições e crenças de uma sociedade por outra. No entanto, seu conceito de aculturação está baseado sobre pressupostos ideológicos, implicando que, na situação de contato, é o homem primitivo que deve se converter para aproveitar os benefícios da civilização do civilizado.

O funcionalismo, tal como o concebe Malinowski, está muito ligado ao fenômeno colonial, cujos princípios ele jamais contesta. Conhecer as instituições originais e seus mecanismos, disse Malinowski, permite saber em que medida e segundo qual modalidade se pode substituí-las por instituições da sociedade colonizadora.

* Texto de apoio do curso "Mudanças Sociais na África Negra", CEAA, 1977.

** Doutor em Antropologia pela Universidade de São Paulo. Professor de Antropologia da Universidade Nacional do Zaire. Professor visitante do CEAA.

Toda uma terminologia específica se elabora. Fala-se do selvagem, do arcaico, do primitivo, do repetitivo, do aborígine, do não civilizado, de sociedades simples, rudimentares, sem escrita, sem história, e, como para atenuar, do indígena, do tradicional e, enfim, do nativo.

Não sei se são palavras sinônimas ou palavras significando coisas diferentes, pois os autores nunca definiram claramente o que eles entendem por tudo isso. Sem dúvida, há material para se escrever todo um léxico.

Tomemos um destes termos, "primitivo", que é o mais usado pelos professores de universidades, digamos mesmo por professores de muito boa vontade.

Mas, o que é um primitivo? Segundo Lévy-Bruhl, um primitivo é um ser que, por princípio, não seria incapaz de pensar como os europeus, mas que de fato não pensa com a mesma lógica. Os primitivos acreditam que tudo que acontece é produzido pelas divindades, o mundo místico e o mundo real são estreitamente ligados. Todos participam de tudo, tudo participa de todos; não existe indivíduo num clã totêmico. Não há obstáculo entre o "eu" e as coisas, ou seja, querer uma coisa, pensá-la, é consegui-la. Tudo que os brancos trazem é mágico. O primitivo utiliza um fuzil importado pelos brancos sem fazer mira, pois na sua lógica ele pensa que é a detonação que mata. O primitivo desconfia dos alimentos que o branco traz consigo. Assim, os primitivos têm uma forte repugnância a abandonar seus usos por novas práticas.

Subitamente, Lévy-Bruhl chega a lamentar que os primitivos não possam se converter ao cristianismo que é, como todos sabem, o último grau a ser atingido antes da idade adulta. Para ele tudo isso se explica, pois a mentalidade primitiva tem horror ao conceito. Concreta, particular, ela só acredita no que vê. Ela não acredita em nossa curiosidade científica desinteressada. De vez em quando o negro demonstra muita habilidade, mas é só uma prática e não uma ciência.

Vê-se suficientemente como esta obra, que supõe uma documentação considerável, constitui, de fato, uma justificação intelectual da colonização. Os grandes erros encontrados, em número elevado, mostram que os melhores espíritos não escapam aos preconceitos de seu tempo e, ao contrário, são sempre mais ou menos seus guardiães.

Mas é preciso admirar Lévy-Bruhl, que, na sua honestidade pessoal, soube retomar e criticar suas formulações. Ele constata que a sua teoria está baseada na ideologia da Europa colonialista. Ele colocou em questão a sua noção de participação,

apercebendo-se que esta construção foi feita por ele para explicar o que não entendia. Todo mundo participa; ser, existir é participar, primitivo e civilizado estão no mesmo nível. Quanto à nossa lógica, ela provém do fato de que somos seres habituados, numa sociedade diferente daquela do negro, a especular sobretudo com conceitos. Mas os primitivos, se não têm os mesmos conceitos que nós, têm imagens genéricas muito ricas. Doravante, nos seus escritos, a palavra primitivo tomará aspas, revelando quase o abandono do próprio termo. Em todo lugar onde há homens, existem conceitos.

Um outro grande etnólogo, Van Genep, desenvolveu a ideologia do primitivo-infante, em oposição ao europeu-adulto. Uma outra maneira, como se pode ver, de justificar a colonização de um pelo outro.

Ao mesmo tempo que se justifica teoricamente a colonização, tenta-se alienar culturalmente o negro, ensinando-o por todas as espécies de astúcias que ele não tem civilização, que seus usos e costumes são inferiores aos elementos da civilização, que apenas o colonizador possui.

As suas obras de arte são não somente pilhadas, mas esterilizam-se também as atividades criativas. A África primitiva, com sua arte primitiva, ainda estava no estado primário caracterizado pela representação figurativa, enquanto que a Europa já estava mais evoluída, com uma arte mais intelectual, uma arte geométrica e abstrata. Aliás lembrar-se-á que até o fim do século XVIII a arte africana era excluída da história universal da arte, tal como era ensinada na Europa.

A partir do período que vai da I Guerra Mundial à Revolução Chinesa (1949) e à conferência afro-asiática de Bandung (1955), o sistema colonial conhecerá uma situação crítica. Este período é marcado pelo abalo das reivindicações nacionalistas e da luta anticolonial. Todavia, estes movimentos e estas reivindicações são sufocadas em seguida à crise econômica de 1929, através da qual o capitalismo avançado se lança na restauração total do sistema, reforçando então sua dominação.

Mas este período conhece essencialmente os problemas colocados para a integração da Antropologia à gestão colonial, que acompanhará a prática de campo desde B. Malinowski, prática cujos princípios são claramente enunciados por A. R. Radcliffe-Brown, seguido por E. E. Evans-Pritchard e por S. F. Nadel.

A emergência dos movimentos que se interrogam a respeito do *status* das grandes unidades étnicas (pan-arabismo, pan-asiatismo, pan-africanismo), acompanhada da exaltação das raças de-

preciadas, coloca a questão capital das diretrizes da dominação, cujo sentido muda depois da II Guerra Mundial. Isso força a Antropologia a se questionar, perguntando-se sobre o sentido de sua posição.

A resposta é dupla: de um lado temos a furiosa multiplicação dos estudos formais, onde não se coloca mais a questão das práticas das populações; de outro lado encontramos os antropólogos que confirmam o *status* da Antropologia, submetendo-se conscientemente ao serviço da dominação, ou aqueles que tentam aboli-lo, pela recusa de todo compromisso com o colonialismo, seja qual for sua forma.

Assim, Olivier Leroy submeteu a uma crítica radical a idéia de mentalidade primitiva. Mas é preciso esperar Lévi-Strauss para suprimir o termo comum a Lévy-Bruhl e a Leroy: o termo "primitivo". Klyde Kluckhohn confessa ingenuamente que a Antropologia fornece para os militares e administradores os planos de intervenção contra as populações que ela estuda. Herskovits foi acusado de participar, mas ele se defendeu da acusação. Na França, encontra-se uma situação semelhante, embora os universitários mais avançados sempre tenham recusado sua participação, daí um certo caráter apolítico de Lévi-Strauss, por exemplo.

Através deste esboço da literatura consagrada à história crítica e à crítica ideológica da Antropologia, esta foi denunciada como prática intelectual do colonialismo. Este esboço nos permitiu também compreender o antropólogo enquanto produto de um certo sistema político e científico que define não somente as suas idéias, a sua posição social, mas também os seus objetivos e a sua prática profissional. Em resumo, que a Ciência é condicionada social e ideologicamente.

Esta crítica ideológica não deve ser um simples debate de idéias, um discurso dos conservadores e reacionários que denunciam sem propor alternativas. Não se pode interromper simplesmente um debate de idéias. Superar a crítica ideológica significa passar do geral ao particular, do abstrato ao concreto, da teoria à prática.

Algumas soluções são propostas. Elas variam da supressão total da Antropologia até a sua africanização. Segundo G. Leclerc, a Antropologia deve ser abolida, porque seu discurso anterior é condenado como ideológico e ela não tem mais objeto próprio, pelo menos o seu objeto tradicional. Segundo Frank, cada um deve ficar na sua terra, pois o antropólogo ocidental que trabalha no Terceiro Mundo ajuda apenas ao imperialismo. Ele não pode participar do desenvolvimento da revolução dos países colonizados. Segundo Jean-Marie Auzias, é

preciso integrar a Antropologia à praxis dos povos dominados em luta. Jean Copans quer o fim da Antropologia como saber especializado que separa os grupos sociais que o produzem dos que são seu objeto. Esta separação é uma separação profunda, que depende da natureza da sociedade capitalista, de suas instituições, de especialistas do saber e da falsa autonomia dos produtores deste saber. O antropólogo não deve abdicar de suas intenções teóricas, mas simplesmente tentar subordiná-las e submetê-las aos grupos sociais que ele estuda profissionalmente e que devem se libertar da dependência e da exploração neocolonialista. Em lugar de refletir as informações no interesse de nossas carreiras, nossas instituições, nossos públicos, é preciso refleti-las na direção do "objeto". O antropólogo deve tratar como colaboradores os grupos sociais onde ele trabalha. Deve submeter-lhes suas descobertas, suas idéias, suas hipóteses. Isso implica uma volta para o campo, uma produção-transmissão-difusão diferente dos conhecimentos. Não se dirige mais prioritariamente a seus iguais, colegas e alunos, à opinião pública iluminada, mas aos próprios grupos das sociedades onde trabalha. Isto é válido mesmo para os antropólogos nativos.

Tudo que escrevi até agora é uma autocrítica da Antropologia por seus próprios produtores estrangeiros. As soluções propostas, a erradicação e a supressão da Antropologia, a africanização da Antropologia, a reformulação teórica e a redefinição da Antropologia em função dos interesses sociais históricos dos povos estudados, tudo isso emana dos próprios antropólogos estrangeiros.

E os africanos, o que eles pensam das críticas e soluções propostas? Para poder responder a esta pergunta, é preciso saber o que querem justamente os africanos.

Os africanos não querem nem a supressão, nem a africanização da Antropologia. O que eles querem é notadamente a reabilitação e a recuperação de seu patrimônio cultural, a restauração da consciência histórica de seus povos, a renovação das línguas nacionais. Em resumo, a sua independência cultural.

Mas, para chegar a isso, os africanos tomam atitudes de recusa frente aos pesquisadores estrangeiros, por razões já invocadas. Estas atitudes de recusa não são tão radicais como diz a citada literatura especializada, pois neste momento há pesquisadores estrangeiros na África. É preciso entender esta recusa como medida provisória de conservação que é tomada por cada país africano, segundo as suas relações diplomáticas, a sua orientação política e econômica. Estas medidas provisórias de

conservação são, a meu ver, necessárias já que preparam as condições de um verdadeiro diálogo científico, neste domínio delicado das ciências humanas, entre os povos do mundo. Este diálogo ainda não é possível, pois o ex-colonizador continua mantendo o seu complexo de superioridade e o ex-colonizado, mal doutrinado, alienado mental e culturalmente pelo colonizador continua com seu complexo de inferioridade.

Se alguns países africanos querem africanizar

a Antropologia, esta africanização não constituirá uma solução se os antropólogos internos, isto é, africanos, continuarem a perceber a sua própria realidade através do prisma deformante do pesquisador estrangeiro. Ao mesmo tempo, isto me faz pensar no que disse um cientista latino-americano, X. Albo, quando lembrou que os pesquisadores internos podem estar ligados aos grupos dominantes e ficar assim em situação idêntica àquela do pesquisador estrangeiro que criticamos.

BIBLIOGRAFIA

1. COPANS, Jean. *Anthropologie et Imperialisme*. Paris: François Maspero, 1975, 478 pp.
2. COPANS, J., GODELIER, M. et alii. *Anthropologia-ciência das sociedades primitivas?* Lisboa: 1971, 391 pp.
3. EVANS-PRITCHARD, E. E. e FORTES, Meyer. *African political systems*. Londres: Oxford, 1940.
4. EVANS-PRITCHARD, *Social Structure*. Londres: Glencoe Press, 1951.
5. GODELIER, Maurice. *Horizon, trajets marxistes en anthropologie*. Paris: François Maspero, 1973, 309 pp.
6. HERSKOVITS, Melville J. *The human factor in changing Africa*. Nova York: Alfred Knopf, 1970, 500 pp.
7. LECLERC, Gérard. *Crítica da Antropologia*. Lisboa: Editorial Estampa, Coleção Praxis, N.º 22, 1971, 223 pp.
8. LÉVI-STRAUSS, Claude. "La crise moderne de l'anthropologie" in *Courrier de l'UNESCO*. Paris: Nov. de 1961.
9. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio: Tempo Brasileiro, 1967, 456 pp.
10. MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
11. NADEL, S. F. *The Nuba*. Londres: Oxford, 1947.
12. PREIWERK, Roy e PERROT, Dominique. *Ethnocentrisme et Histoire*. Paris: Ed. Anthropos, 1975, 391 pp.
13. RADCLIFFE-BROWN, A. R. *African systems of kinship and marriage*. Londres: Oxford, 1950.
14. RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Structure and function in primitive society*. Londres: Glencoe Press, 1952.

DOCUMENTO: A EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU*

1. A Cultura e a Educação na África Pré-colonial

Na África em geral

As sociedades africanas, na sua maioria, antes da chegada dos colonizadores europeus, viviam sem instituições escolares. A educação era permanente e múltipla. No grupo familiar ou na vida da comunidade, cada um se ia educando e instruindo, desenvolvendo as suas capacidades e aptidões. Participando na vida ativa da comunidade, integrando-se nos trabalhos do campo, ouvindo pela boca dos mais velhos as tradições dos antepassados, as crianças adquiriam os conhecimentos necessários para a sua integração na sociedade. Ao tomarem parte nos trabalhos do campo, aprendiam as técnicas da produção, assimilando as normas e os valores indispensáveis à vida em comum.

As palavras do Presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, escritas em 1967, exprimem claramente essa realidade: "Na África pré-colonial não havia escolas. Aprendia-se vivendo e fazendo. Em casa e no campo, as crianças aprendiam as qualificações necessárias à sua integração na sociedade e adquiriam também determinadas normas de comportamento social. A educação era por assim dizer 'informal'; todo adulto era, em maior ou menor medida, um professor. Mas esta ausência de formalismo não significava ausência de educação. Bem ao contrário, esta educação 'espontânea' e quotidiana era diretamente relevante em relação à sociedade na qual a criança crescia e se formava."

Na Guiné em especial

Este processo de aquisição de conhecimentos e estas maneiras de ser, comuns a muitos povos em diversas regiões, mantinham-se também na Guiné-Bissau, quando da chegada dos invasores europeus, no século XV.

Não havia, então, escolas nem mestres no sentido de únicos detentores e únicas autoridades do saber. Cada pessoa adulta, pelo seu trabalho, pelo seu comportamento, era um professor. A educação não era um campo especializado da atividade humana. Estava inserida na vida, na atividade de cada um. Em cada grupo ou etnia havia uma maneira peculiar de construir as casas, de cultivar os campos e as bolanhas. As populações das Ilhas dos Bijagós ou da costa marítima sabiam as técnicas de construir canoas, conheciam a força e os movimentos das marés, as correntes dos rios e a melhor maneira de remarem as suas canoas e de se deslocarem.

* Texto retirado de um documento do Comissariado de Estado da Educação Nacional e Cultura da República de Guiné-Bissau — julho de 1976.

É célebre uma cena passada com Amílcar Cabral no sul do país, durante a luta. O Fundador da Nacionalidade ao ver um menino de 11 anos remar uma canoa e ao observar a maneira como se aproximou da margem do rio, o modo como parou e encostou a canoa, como colocou os remos, como saltou da canoa e se libertou do lodo, escolhendo o lugar mais seco, disse: "Sim! Se o meio ambiente constitui a cultura de um homem, o nosso povo é um povo bastante culto."

Foi esta cultura a grande força na luta de libertação. O mesmo Cabral dizia: "A nossa luta é baseada na nossa cultura, porque a cultura é fruto da história e ela é uma força."

Os depoimentos de Cabral e de Nyerere sobre a realidade e o valor da cultura africana levam-nos a considerar a importância da educação tradicional africana como uma experiência de educação não-formal e também a pensar que um estudo analítico e crítico das tradições do povo da Guiné-Bissau pode enriquecer os métodos pedagógicos e os sistemas educativos atuais, reconhecendo valores e experiências que foram indevidamente postos de lado durante a dominação colonial.

2. A Educação na África na Era Colonial

Na África em geral

Ao chegar à África, os colonizadores europeus imediatamente se empenharam em destruir a cultura existente e os princípios daquela educação espontânea. Assim, uma força exterior e estranha veio quebrar a aprendizagem natural do trabalho ligado à vida. Para os seus fins exploradores, os colonialistas precisavam de gente para fazer agentes do colonialismo que servissem de intermediários entre os brancos e os "indígenas". Impunha-se, portanto, formar esses agentes e educá-los para poderem melhor "assimilar-se". A essa minoria, os colonizadores ofereceram não uma vida nova, mas sim *uma vida ao lado*, uma caricatura de vida. Foi assim que apareceu na África uma instituição ao lado da vida, caricatura dum modelo exterior: a *escola do colonizador*. Uma escola que não tinha outro fim senão ensinar aos africanos a melhor maneira de serem úteis aos colonizadores. Não mais se ensina a cultura, a geografia e a história da África, mas sim a cultura, a geografia e a história dos povos da Europa. A finalidade do ensino era essencialmente *desafricanizar*.

Julius Nyerere observou bem isso ao escrever: "A educação imposta pelo sistema colonial obede-

cia a dois objetivos diversos: de um lado inculcar os valores da sociedade colonial; de outro lado, treinar os indivíduos para melhor servir ao Estado colonial.

Neste contexto, não só era estipulada a desigualdade entre os indivíduos, como também os próprios valores e o saber da sociedade tradicional africana eram desprezados e substituídos por valores de uma sociedade estrangeira.

A educação era assim parte integrante do projeto de dominação colonial."

Na Guiné em especial

O sistema educativo colonial não só era totalmente inadaptado às realidades do país, como o contrariava e destruíra, não respondendo às necessidades de desenvolvimento sócio-econômico, pois estava absolutamente divorciado da comunidade.

Além desta não-inserção da escola na sociedade, a escola colonial era altamente seletiva, não dando acesso à formação científica, técnica e social da maioria da população. Isso teve como resultados o subdesenvolvimento, a ignorância e o analfabetismo das grandes massas da população.

São de Amílcar Cabral as seguintes palavras, proferidas em novembro de 1965: "Na Guiné, 97% da população não podia ir à escola. A escola era só para os assimilados e seus filhos. Era uma desgraça não deixar os nossos filhos avançar, aprender, entender a realidade da nossa vida, da nossa terra, da nossa sociedade, entender a realidade da África, do mundo de hoje."

Portanto, o ensino era quase inexistente. Em 1950, para uma população de cerca de 600 mil habitantes, havia apenas 11 escolas oficiais, onde só se podiam matricular os filhos dos "civilizados". O ensino das populações rurais estava confiado às Missões Católicas, que em 1950 tinham 45 escolas com 1.044 alunos de "nível rudimentar". Onze anos depois, o número total de alunos das escolas oficiais e das Missões Católicas elevou-se para apenas 12.453.

1) O Ensino Primário — Guiado pelo princípio absurdo de que só os filhos dos "civilizados" tinham direito à instrução, o regime colonial negava simplesmente o acesso à educação a quase toda a população.

Primeiro estabeleceu uma distinção entre *ensino oficial* e *ensino rudimentar*, *escolas oficiais* e *escolas rudimentares*. As escolas de ensino oficial, com professores diplomados, sob a administração e inspeção direta dos Serviços de Educação, e as escolas de ensino rudimentar sob a orien-

tação e administração das Missões Católicas, para as quais eram admitidos como professores, em geral, indivíduos apenas com a 4.^a série. Mais tarde, o regime colonial adotou a distinção de *ensino oficial*, *ensino oficializado* e *ensino particular*. No ensino oficializado estavam incluídas as escolas das Missões Católicas.

2) O Ciclo Preparatório — O Ciclo Preparatório principiou em Bissau no ano escolar 1968/1969 e foi uma aplicação exata da alteração que houve em Portugal, onde nesse mesmo ano foi criado o Ciclo para prolongar a escolaridade obrigatória de quatro para seis anos, substituindo o 1.^o e o 2.^o; ano do Curso Geral dos Liceus. No ano escolar 1973/1974 havia 3.399 alunos matriculados neste ciclo.

3) O Liceu — O ensino secundário na Guiné-Bissau só foi tornado oficial em março de 1958, quando o governo colonial elevou à categoria de Liceu o então chamado "Instituto Liceal Honório Barreto", fundado em 1949.

Como o sistema educativo colonial era essencialmente seletivo, poucos eram os alunos que iam para o Liceu. Em 1966 freqüentavam o Liceu apenas cerca de 400 alunos e destes 60% eram europeus. Até 1961, somente 14 guineenses, dos quais 11 estavam vivos, tinham obtido diploma de estudos superiores.

4) A Escola Técnica — A Escola Técnica de Bissau foi fundada em 1960. Com um ensino de disciplinas teóricas muito semelhante ao do Liceu, tinha a duração de três anos. Funcionou sempre em instalações junto ao Liceu.

Aos programas do Liceu foram ajustadas algumas disciplinas técnicas essencialmente teóricas, sem obter resultados satisfatórios. Nela existiam as seguintes seções:

- a) Curso Geral de Comércio;
- b) Curso Geral de Eletricidade;
- c) Curso Geral de Mecânica;
- d) Curso Geral de Agricultura;
- e) Curso Geral de Formação Feminina.

A maior parte dos alunos que terminavam a Escola Técnica matriculavam-se no Curso Complementar dos Liceus.

Na Escola Técnica, durante a época colonial, criaram-se vários cursos que não tiveram mais de um ano de existência, o que demonstra bem o caráter teórico de formação desses cursos e a falta de análise das necessidades concretas do país. As escolas e as especialidades eram então criadas para fins propagandísticos e não para impulsionar real-

mente o desenvolvimento sócio-econômico do país. No ano escolar 1971/1972 havia 357 alunos matriculados nos seus diversos cursos.

3. A Educação nas Zonas Libertadas durante o Tempo da Luta

Depois do célebre Congresso de Cassacá, em fevereiro de 1964, o PAIGC institucionalizou o que vinha fazendo aqui e além. Criou escolas em toda a parte nas regiões libertadas e colocou em lugar de destaque a educação e entre os aspectos prioritários o combate ao colonialismo e à ignorância. Utilizou como livros tudo o que foi possível (por exemplo, cartões de embalagens de sabão ou de material bélico) e como professor todo aquele que soubesse alguma coisa, respondendo à palavra de ordem de que "quem sabe deve ensinar aquele que não sabe".

No Programa Maior do PAIGC, elaborado em 1963, no capítulo da instrução e da cultura, lê-se:

"1. . . Reforma do ensino, desenvolvimento do ensino secundário e técnico, criação do ensino universitário e de institutos científicos e técnicos.

2. Liquidação rápida do analfabetismo. Instrução primária obrigatória e gratuita. Formação e aperfeiçoamento urgente de quadros técnicos e profissionais.

3. Liquidação total dos complexos criados pelo colonialismo, das conseqüências da cultura e exploração colonialistas.

4. Na Guiné, desenvolvimento das línguas nativas e do dialeto crioulo, com criação da escrita para essas línguas. (. . .) Proteção e desenvolvimento da literatura e das artes nacionais.

5. Aproveitamento de todos os valores e conquistas da cultura humana e universal ao serviço do progresso dos povos da Guiné e Cabo Verde. Contribuição da Cultura destes povos para o progresso da humanidade em geral."

A direção do Partido, fundamentada nestes princípios, logo desde o início da luta, se empenhou em combater a sério o analfabetismo e a ignorância, guiada pelo princípio de Cabral de que "só um povo culto é um povo livre".

1) O Ensino Primário — À medida que a consciência de libertação total do jugo estrangeiro se foi apoderando das massas, a vontade de aprender aumentou rapidamente e o número das crianças em idade escolar que iam à escola cresceu num ritmo invulgar.

Para se fazer uma idéia do aumento da escolaridade nas escolas nas zonas libertadas durante o tempo da luta, se apresentam os seguintes dados estatísticos:

Ano escolar	Escolas	Professores	Alunos
1965/1966	127	191	13.361
1966/1967	159	220	14.386
1967/1968	158	284	9.384
1968/1969	134	243	8.130
1969/1970	149	248	8.559
1970/1971	157	251	8.574
1971/1972	164	258	14.531
1972/1973	156	251	15.000

Observações: "A diminuição de 6.256 alunos entre o ano escolar 1966/1967 e 1968/1969 foi devida essencialmente ao envio de candidatos para uma formação técnica média no estrangeiro e integração maciça de alunos adultos das nossas escolas nos diversos ramos de atividade do Partido: Forças Armadas, Marinha, Telecomunicações, Organização Política, Segurança, Milícia, Saúde, Ensino, Produção etc. Esta diminuição foi devida, de certo modo, ao encerramento de 25 escolas que se tornaram improdutivas devido aos condicionamentos da guerra." (Dados recolhidos dos "Mapas de Síntese Nacional".)

2) A preparação de quadros — Nas palavras de ordem dirigidas por Amílcar Cabral aos dirigentes do Partido, em novembro de 1965, se lê: "Selecionar jovens (rapazes e moças) entre 14 e 20 anos, com pelo menos a frequência da 4.^a série para serem aproveitados na preparação de quadros. (...) Dar a melhor atenção ao recrutamento de jovens para a preparação de quadros. Lembrar-se sempre que as nossas vitórias políticas ou militares não terão futuro se não dispomos de quadros nacionais para a reconstrução e desenvolvimento técnico da nossa terra."

Tendo em atenção a importância da formação de quadros, médios e superiores, a direção do Partido desde o início da luta deu grande valor ao assunto. Dessa forma, devido aos condicionamentos da guerra e à falta de quadros para o ensino, o PAIGC criou a Escola Piloto, de onde os jovens, que tinham terminado a 4.^a ou a 5.^a série e que tinham dado provas de inteligência e vontade de aprender, partiam para o estrangeiro para prosseguirem os seus estudos.

Assim, em 24 de maio de 1973, verificava-se o seguinte:

- a) *Quadros formados desde o início da luta:*
 - Curso superior 36
 - Curso médio técnico 46
 - Curso profissional e de operários especializados 241
 - Quadros políticos e sindicais 174
- b) *Quadros em formação no estrangeiro:*
 - No curso superior 31
 - Pós-universitário 5
 - Médios técnicos, profissionais e operários especializados 386

3) Internatos e semi-internatos — Em fevereiro de 1965 foi inaugurado o Instituto Amizade, fundado em novembro de 1964. O Instituto Amizade foi criado como organização autônoma e com a finalidade de dar acolhimento, proteção e educação às crianças vítimas da guerra colonial. O seu objetivo fundamental é a formação de quadros, preparando homens responsáveis, conscientes dos seus deveres e capazes de construir um país de paz e progresso, de acordo com a linha de orientação traçada pela direção do Partido.

O Instituto Amizade concretiza os seus objetivos através da criação de jardins infantis, internatos e escolas agrícolas, onde se ministra o ensino maternal, pré-primário, primário e secundário.

Durante o tempo da luta existiam três internatos no exterior do país e quatro nas zonas libertadas (dois no leste e dois no sul). A Escola Piloto é a escola modelo dos internatos do Instituto Amizade e encontra-se em Bolama. Atualmente o Instituto Amizade tem a seu cargo dez internatos, todos no país, com cerca de dois mil alunos de idades entre três e 17 anos. Dos dez internatos, seis estão em zonas rurais e quatro em zonas urbanas.

Os semi-internatos foram criados no tempo da luta para reunir os alunos da 2.^a e 3.^a séries que viviam em tabancas dispersas e não podiam entrar nos internatos por falta de lugar. Havia necessidade de reunir esses alunos, devido à impossibilidade de criar uma escola em cada tabanca. Era também uma forma de reduzir os custos de escolaridade e garantir uma melhor qualidade de ensino.

Existem atualmente espalhados por todo o país 12 semi-internatos com a frequência de 750 alunos, da 1.^a à 4.^a série.

Para os alunos dos semi-internatos e outros alunos que terminam a 4.^a série agora ou a 6.^a série no futuro e não podem continuar os seus estu-

dos, o Comissariado da Educação está empenhado em criar centros de educação popular integrada, para garantir a continuidade dos estudos aos alunos que concluem a escola primária nas zonas rurais e para integrá-los no trabalho comunitário.

4. A Educação no Período de Transição (anos imediatos à independência — 1974 a 1976)

Aspecto geral

Proclamada a independência em setembro de 1973, o novo Estado da Guiné-Bissau, cada vez com maiores responsabilidades, continuou empenhado no mesmo esforço em melhorar o ensino e prestou uma atenção particular à formação de professores. Muitas escolas foram instaladas e a frequência dos alunos subiu vertiginosamente.

Após a queda do fascismo em Portugal, o que apressou a saída das tropas colonialistas, o PAIGC assumiu totalmente o controle do país em setembro de 1974. Como consequência, impunha-se manter com a mesma pureza os princípios e os objetivos que sempre guiaram o Partido durante a luta.

Esse trabalho, porém, não podia ser feito abruptamente. Os obstáculos e as dificuldades eram muitas. Os problemas eram de vária ordem, problemas numerosos, cuja solução tinha de ser encontrada após muito estudo e trabalho. O trabalho mais difícil estava na politização das massas estudantis dos meios urbanos, cuja mentalidade estava profundamente viciada pela presença colonialista.

Por isso, durante este período de transição, que podemos considerar os anos escolares 1974/1975 e 1975/1976, as mudanças tinham de se introduzir a passo e passo. Os programas, em especial das disciplinas de ciências exatas, mantiveram-se sem grandes alterações, em particular nos estabelecimentos de ensino secundário. As modificações mais profundas foram feitas nas disciplinas de História, de Geografia e de Línguas vivas. Essas alterações fizeram-se logo de início, pondo-se de parte os antigos compêndios e elaborando outros programas e novos esquemas de trabalho e de estudo em conformidade com a nova realidade do país.

No ensino primário, os compêndios que tinham sido elaborados durante o período da luta de libertação foram imediatamente adotados em todas as escolas. Porém, durante o ano escolar 1974/1975, sendo reduzido o número desses livros, houve necessidade de manter alguns livros

de leitura antigos, depois de uma criteriosa seleção de textos.

Nova relação e numeração das escolas

Em dezembro de 1975, o Comissariado de Estado da Educação Nacional e Cultura constituiu uma comissão para estudar e elaborar uma nova designação para todas as escolas do país. A nova relação apresentada foi tornada oficial em 20 de janeiro de 1976.

1) As Escolas primárias — Cada escola tem uma numeração própria, conforme a região e o setor a que pertence. Algumas delas foram designadas com nomes de heróis ou de datas importantes da luta de libertação nacional. Atualmente há 79.482 alunos nas 541 escolas primárias, ocupando 2.244 professores.

2) Os Liceus — Em outubro de 1974, o Conselho dos Comissários de Estado deu ao Liceu de Bissau o nome de Kwame N'Krumah, em homenagem a esse grande filho da África e defensor intransigente da unidade africana. Foi o primeiro estabelecimento de ensino do país a receber nova denominação, após a independência.

Atualmente existem 4 liceus na República da Guiné-Bissau, com 7.835 alunos e 294 professores:

- a) 1 Liceu Nacional: Liceu Nacional Kwame N'Krumah
- b) 3 Liceus regionais:
 - Liceu Hoji Ya Henda, em Bafatá
 - Liceu Ho Chi Minh, em Cantchungo
 - Liceu José Martí, em Bolama.

3) A Escola Técnica — A Escola Comercial e Industrial de Bissau, também em fins de 1974, recebeu o nome de Escola Técnica Vitorino Costa.

Após a libertação, numerosas transformações têm sido introduzidas, no sentido de adaptar a formação dos técnicos às necessidades que o país tem de se modernizar.

A falta de instalações é uma das grandes limitações ao alargamento do sistema de ensino. Tem-se procurado aproveitar todas as instalações existentes adaptando-as às suas novas funções. Foi assim que se adaptou um antigo quartel para a Escola Técnica, à semelhança do que aconteceu em muitos outros centros educacionais.

Está-se a tratar do equipamento indispensável para conferir um caráter técnico e prático ao ensino. O ensino ministrado nessa escola era teórico, o que fazia com que os alunos promovidos na Escola Técnica quisessem continuar os seus estudos no Liceu, pois não possuíam nenhuma profissão nem os conhecimentos suficientes para a produção.

Ao todo, estão matriculados em seus cursos 343 alunos, com 33 professores.

Está em realização a passagem da Escola Técnica a Instituto Técnico de Formação Profissional, que passará a recrutar os alunos a partir da 9.^a série, formando os vários níveis dos quadros técnicos.

Objetivos gerais

O sistema educativo na República da Guiné-Bissau tem por finalidade formar todo o povo e desenvolver ao máximo as capacidades intelectuais, físicas e espirituais das novas gerações, na concepção científica do mundo, através da formação intelectual, científico-técnica, político-ideológica, física, moral, estética, de modo que os alunos formados nas escolas sejam capazes de interpretar, impulsionar e desfrutar os progressos da ciência, da técnica e da cultura e se tornem jovens dotados de uma educação integral.

Pelas palavras de ordem gerais do PAIGC de novembro de 1965, podemos ver quais os objetivos da Educação:

“— Dar atenção especial à vida das crianças, desenvolver a sua personalidade e protegê-las contra os abusos, mesmo da parte dos pais e parentes.

— Educar-nos a nós próprios, educar os outros e a população em geral para combater o medo e a ignorância, para eliminar a pouco e pouco a submissão diante da natureza e das forças naturais que a nossa economia ainda não dominou. Lutar sem violências desnecessárias contra todos os aspectos negativos, prejudiciais ao homem, que ainda fazem parte das nossas crenças e tradições.

— Convencer cada um de que ninguém pode saber sem aprender e que a pessoa mais ignorante é aquela que sabe sem ter aprendido. Aprender na vida, aprender junto do nosso povo, aprender nos livros e na experiência dos outros. Aprender sempre.

— Criar, a pouco e pouco, bibliotecas simples, emprestar aos outros os livros de que dispomos, ajudar os outros a aprender a ler um livro, o jornal, e a compreender aquilo que se lê.”

Portanto, o ensino no país tem por finalidade criar uma educação de massas que permita a integração do povo no mundo atual. O ensino, a todos os níveis, deve ser orientado mediante a integração unitária de um sistema educacional que responda cabalmente às necessidades culturais, técnicas e sociais que o desenvolvimento da nação impõe.

Objetivos específicos

O princípio de democratização que o Partido se impôs implica dar a todos os guineenses as mesmas oportunidades. No domínio da educação, isso traduz-se na implantação de uma educação de base — Ensino Básico — que tem por objetivo escolarizar todos os jovens durante um período de seis anos.

Este período é dividido:

- a) num 1.^o ciclo de quatro anos, em que o aluno recebe os elementos fundamentais do saber:
 - aquisição de conhecimentos de base;
 - formação da personalidade no meio natural;
- b) num 2.^o ciclo de dois anos para:
 - completar a formação de base recebida no primeiro ciclo;
 - dar ao jovem a possibilidade de se abrir ao mundo exterior, quer pela aprendizagem de uma língua de grande difusão, quer pela intensificação da iniciação tecnológica sob a forma de educação prática;
 - desenvolver o espírito de iniciativa, o sentido das responsabilidades individuais, o espírito crítico.

Esta formação básica é completada ou pela admissão numa formação profissional pós-primária (de três anos de duração) ou pela admissão na educação secundária (Ensino Geral Polivalente — igualmente de três anos).

A formação profissional pós-primária traduzir-se-á na implantação de escolas destinadas à formação de quadros profissionais que possam imediatamente integrar a execução das tarefas mínimas do plano de desenvolvimento:

- professores para o 1.^o ciclo do ensino básico;
- auxiliares de enfermagem;
- práticos agrícolas e profissionais destinados ao Comissariado de Energia, Indústria e Hidráulica e ao Comissariado das Obras Públicas, Urbanismo e Construções.

O Ensino Geral Polivalente deve ter uma feição prática e de orientação de vocações individuais, visando os seguintes objetivos:

- iniciar e habituar o aluno aos princípios tecnológicos, assim como à organização do trabalho produtivo;
- dar aos que abandonam a escola em qualquer grau uma maleabilidade de espírito e conhecimentos que possam facilitar a sua integração na vida ativa e os torne mais aptos a receber uma formação contínua e especializada na sua atividade profissional;

- Preparar os jovens para participar no desenvolvimento econômico da sua região e do país.

Após esta formação geral, o novo Sistema Nacional de Educação prevê a existência de uma formação pré-universitária de dois ou três anos denominada *Ensino Pré-Universitário* e escolas (institutos) de *Ensino Médio Politécnico*, para cursos profissionais médios-técnicos, de ingresso com a 9.^a ou a 11.^a/12.^a série e de três/quatro ou dois anos de duração, de acordo com o nível de ingresso, respectivamente.

Ligação Estudo/Trabalho — Escola e Trabalho Produtivo

Um dos objetivos básicos que o Comissariado de Estado da Educação Nacional e Cultura tem em vista na reestruturação do novo sistema educativo é fazer desaparecer a diferença existente entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, vinculando o trabalho com o estudo. Essa era a única maneira de familiarizar os estudantes com as realidades e as dificuldades dos processos produtivos e a única forma de os jovens tomarem consciência de que a principal fonte de vida está na terra, na qual todos devem trabalhar para a produção de bens materiais.

Todos estes princípios se inserem no contexto da grande tarefa da reconstrução nacional e da necessidade de vincular a educação às realidades do país, de forma a criar-se aquele tipo de homem novo e de sociedade nova que se pretende implantar. “O homem cresce com o trabalho que sai das suas mãos. Uma vez que a viver vem o homem, a educação há de prepará-lo para viver. Na escola se há de aprender o manejo das forças com que na vida se há de lutar. Divorciar o homem da terra é um atentado monstruoso”, escreveu José Martí.

O Estado considera como requisito essencial de todo o ensino no país o hábito de todos os indivíduos participarem, desde determinadas idades, nas atividades produtivas. Pretende assim que todos os cidadãos compartilhem, desde a juventude, de ambas as atividades, as intelectuais e as manuais.

São do Presidente do Conselho de Estado, Luís Cabral, as seguintes palavras: “O problema do ensino é de grande importância. A escola é como uma faca de dois gumes, porque aos alunos deve ser ensinado o que devem fazer quando forem grandes. Se não se fizer assim, acontecerá como dantes, em que cada indivíduo que aprendia a ler

até a 3.^a ou 4.^a classe, já não queria ser lavrador, queria vir para a cidade. Se deixarmos que isso continue a acontecer, as nossas escolas constituirão uma grande fábrica de desempregados, porque não teremos trabalho para dar a toda a gente na cidade. Portanto, temos que criar uma nova mentalidade nos indivíduos que vão às escolas.

Temos de valorizar o trabalho do camponês. Por isso temos de fazer uma revisão total no nosso programa de ensino. Temos de transformar o nosso programa de ensino num programa de acordo com o nosso desenvolvimento. Um programa de ensino que servirá a nossa terra e não um programa de ensino que irá formar indivíduos que irão desprezar o próprio trabalho do seu povo, dos seus pais. Queremos sim que cada indivíduo estude mais para elevar o nível do nosso povo, que cada indivíduo que estudar mais e aprender mais, sirva a sua terra, o seu povo.”

Em todas as escolas que o Comissariado de Estado da Educação projeta construir, haverá espaços destinados a granjas agrícolas. Isso faz parte de um plano de desenvolvimento econômico. Desde a escola, os alunos adquirirão hábitos de trabalho como dever natural e elementar de todo o cidadão. O trabalho produtivo, além de contribuir para a união entre a comunidade escolar e a comunidade trabalhadora no campo, vai ao encontro do desenvolvimento das faculdades morais, físicas e culturais de todos os estudantes, levando estes a ter amor ao trabalho e aos trabalhadores.

Pretende-se assim tornar a Escola uma escola viva, eliminar a contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual e fazer da escola um meio de desenvolvimento para a comunidade onde está instalada e para a própria escola uma unidade autogerida e auto-suficiente.

Nesse sentido estão sendo construídas:

- a) *escolas de superação de professores*, em especial de antigos combatentes, onde o trabalho de produção terá um papel muito importante, tendo em vista a auto-suficiência;
- b) *escolas para a 5.^a e 6.^a séries*, com áreas próprias para hortas e granjas agrícolas, onde todos os alunos e professores possam aplicar-se ao trabalho produtivo.

“Unir a escola à vida” é uma expressão que exprime uma tentativa concreta de renovar e aproximar a educação das realidades do país. A escola tem de participar racionalmente e ativamente no desenvolvimento econômico da nação, cumprindo um objetivo pedagógico e econômico.

Todo indivíduo deve ter a possibilidade de aprender durante toda a sua vida. Esta afirmação contém a idéia-chave da educação permanente. Para os anos do futuro, a idéia-mestra das políticas educativas está na educação permanente. A educação pode ser dada e adquirida por uma grande variedade de meios. O importante não é saber-se que caminho se seguiu, mas o que se aprendeu e se adquiriu.

O Estado da Guiné-Bissau não quer um ensino seletivo, mas sim um ensino destinado a todo o povo, um ensino de massas. Quer métodos adaptados às realidades do país, adaptados a cada situação concreta. Quer levar a todo o povo, em todos os cantos do país, mais conhecimentos e os meios de melhor desenvolver as suas capacidades de trabalho, para o bem-estar de cada um e para o progresso do país. Desta forma, o povo não será objeto só, mas também sujeito das transformações sociais.

O novo sistema de ensino pretende que o cidadão seja formado socialmente, ou seja, política, intelectual e economicamente, para que possa participar nas tarefas da reconstrução e no processo de transformação das estruturas vigentes. Há que mudar as estruturas de conteúdo meramente formal, pois não se pode manter o sistema de educação cuja finalidade era formar um pequeno número destinado a chefes de repartição, a médicos, a engenheiros. A educação será proporcionada a todos e ao mesmo tempo uma obrigação de todos, de forma que "os que sabem devem ensinar os que não sabem".

Quando se fala em sistema formal e não-formal não queremos dizer que os objetivos sejam diferentes. Estes são os mesmos. A forma e a metodologia no processo de acesso à cultura é que são diferentes.

Na orientação do novo ensino será combatida a idéia de fazer alunos urbanos e alunos rurais, para acabar com a tendência de diferenças entre escolas urbanas e escolas rurais, e criar um tipo de escola para formar as crianças para trabalharem no campo ou na cidade, segundo as suas capacidades, inclinações e maneiras de ser. Estas diretrizes estão bem explícitas nas palavras do Presidente do Conselho de Estado, Luís Cabral: "Queremos fazer das nossas crianças, homens e mulheres de amanhã, indivíduos preparados para transformar radicalmente a nossa terra num país moderno, totalmente aberto ao progresso. As nossas escolas devem preparar esse homem de amanhã, ensinando-lhe não só a ler, a escrever e a fazer contas, mas também prepará-lo

para participar na criação do mundo novo, de trabalho racional, aberto à técnica moderna, às conquistas da humanidade, para o desenvolvimento da qual ele deve também contribuir."

Sistema formal e não-formal, deserção das crianças do campo para a cidade, escola rural e escola urbana, tudo é um conjunto de problemas, resultado da escola colonial, em que a escola estava divorciada da vida e da comunidade. Ora, um dos objetivos do ensino, agora, quer no sistema formal quer no não-formal, quer na educação de jovens quer na educação de adultos, quer nas escolas primárias quer nas secundárias, é ligar a escola à produção, de forma que a escola seja o local onde se formem os quadros necessários para encarar o desenvolvimento sócio-econômico do país. Dentro deste princípio, a escola, nos seus objetivos, será uma só e não haverá diferença entre educação formal e não-formal, entre escola urbana e escola rural.

Assim, de fato, será o processo de ver na prática e na realidade o pensamento de Amílcar Cabral: "Vamos fazer uma geografia humana nova, que estamos a criar na nossa terra. Na realidade do mundo de hoje, há uma África nova que surgiu para a independência, para o progresso."

5. Perspectivas para os Próximos Anos

O exemplo de países africanos independentes há mais tempo

A evolução da educação no continente africano não pode ser medida unicamente, nem mesmo principalmente, em termos quantitativos. As numerosas reformas e inovações empreendidas e realizadas em muitos países africanos traduzem uma tomada de consciência muito clara dos problemas. O desenvolvimento da educação foi experimentado na sua ligação não só com o desenvolvimento social e econômico, mas também com o meio cultural e, particularmente, em função da vontade de reabilitar a identidade cultural que, durante a dominação colonial, tinha sido abandonada.

Nestes últimos anos, a reforma da educação nos países africanos aparece como procura de um projeto global da sociedade. Esse projeto tem por finalidade preparar o indivíduo para participar na construção da comunidade, inserindo-o no seu meio, adaptando-o à realidade presente e projetando-o para o destino futuro da coletividade nacional e internacional que ele deve ajudar a construir.

Os esforços para melhorar os sistemas escolares existentes implicaram a reforma dos programas, a reorganização dos programas de formação de professores, a mudança das estruturas gerais da escola. Mas a urgência que houve para encontrar uma solução para certos problemas (aumento e diversidade do ensino, perdas dentro do sistema escolar, desemprego dos jovens que terminaram os seus estudos, conteúdo inadequado dos programas e insuficiência dos recursos) obrigaram muitos países a procurar inovações ou reformas mais radicais, tanto no ensino tipo institucionalizado como nas atividades pedagógicas extra-escolares.

Houve iniciativas em muitos outros países que poderão ser um valioso contributo para a estrutura do ensino na República da Guiné-Bissau. São experiências que resultaram e que se coadunam perfeitamente com a orientação seguida no país. Temos por exemplo Benin (Daomé) com uma "escola nova" englobando cooperativas escolares, a Libéria com um programa de "escolas comunitárias", em que os professores rurais, além da sua tarefa de ensino tradicional, dão instrução de caráter prático em agricultura, economia doméstica, artesanato, animação comunitária.

No documento apresentado na Conferência dos Ministros de Educação dos Estados Membros da África, em Lagos, em janeiro/fevereiro de 1976, se indicam as razões da forte tendência manifestada em toda a África para mudar de política em assuntos de educação:

- 1) "Os sistemas escolares atuais de certos países são muito dispendiosos para se poderem desenvolver; muitos países não podem alcançar rapidamente a escolarização universal se o sistema escolar se mantiver na mesma.
- 2) Em muitos casos, o sistema escolar atual não responde às necessidades sociais e profissionais do indivíduo e da coletividade.
- 3) Muitos sistemas escolares africanos são cópias de modelos importados que não se integram nos costumes e nas maneiras de vida na África."

A Comissão justifica ainda as inovações pelos motivos seguintes: "estender os serviços de educação a uma maior parte da população; conseguir que a educação corresponda melhor e mais diretamente às necessidades do desenvolvimento; adaptar a educação e a formação profissional às tradições e às condições da vida na África, assim como aos imperativos de desenvolvimento e progressos futuros do continente".

O Estado da Guiné-Bissau está consciente de que a educação é um dos fatores fundamentais da evolução dos indivíduos e das sociedades e que os seus efeitos são inumeráveis para o avanço técnico e para a elevação de nível de conhecimentos dos seus cidadãos.

Por isso, o governo da Guiné, conhecedor destes princípios, está fazendo um esforço gigantesco no sentido de organizar e estruturar o sistema educacional em todo o país, de forma que a educação possa responder às exigências políticas, sociais, econômicas e culturais da nova sociedade que o PAIGC está empenhado em construir. Estes imperativos exigem uma profunda reforma dos sistemas e sua reestruturação, uma ligação mais estreita com a vida e as exigências do desenvolvimento comunitário.

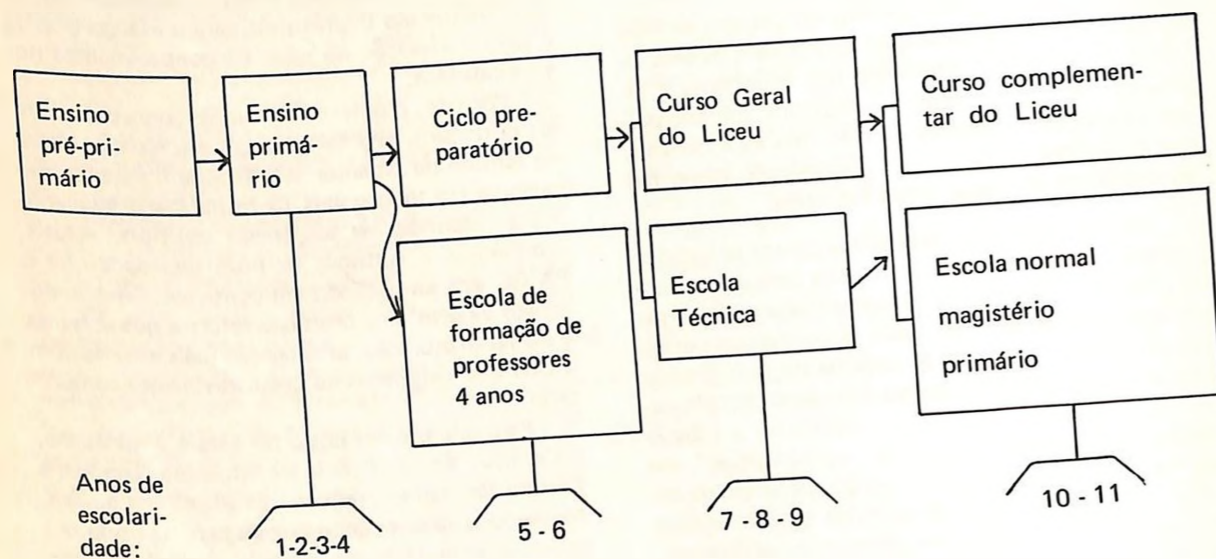
Para que o povo possa ter acesso à educação, o Comissariado de Estado da Educação Nacional e Cultura tem como preocupação prioritária descentralizar o ensino, criando escolas para o ensino primário e secundário em todas as regiões do país, construindo internatos, tendo, neste caso, especial atenção para os filhos dos combatentes que caíram durante a Luta de Libertação Nacional.

O ano escolar de 1975/1976 foi designado "Ano 1 de Organização". Apesar do trabalho intenso de todos os Departamentos da Educação nos aspectos pedagógicos e organizativos, os obstáculos são sempre grandes e difíceis de superar. Há falta de quadros em número e qualidade. Há falta de equipamentos, de infra-estruturas, de recursos financeiros. Além disso, não podemos esquecer que um dos setores da vida nacional da Guiné-Bissau onde a herança do colonialismo ficou mais marcada foi o setor educativo. O poder colonial, para as suas intenções e necessidades, tinha instituído um sistema de educação cuja finalidade fundamental era formar agentes necessários ao bom funcionamento do seu poder. Esse tipo de escola colonial apareceu na Guiné como destinado a preparar unicamente para empregos burocráticos e de quadros. Não se tinha em consideração as condições geográficas, físicas e humanas, nem as tradições e cultura do povo.

O sistema educativo colonial, muito enraizado nos meios urbanos, ainda continua com algumas das suas características, das quais a mais perniciosa é a de que "quem vai à escola não pode procurar trabalho senão nos centros urbanos". O ensino tornar-se-á universal e gratuito, tanto a nível primário como secundário. Por agora é gratuito o en-

sino básico (primário e ciclo preparatório), mas mais tarde será também o ensino secundário. As modificações serão introduzidas aos pou-

cos. Durante o ano letivo de 1975/1976 ainda vigorava o sistema antigo, segundo o esquema seguinte:



Anos de escolaridade:

Planos para os próximos anos

1) Estruturas — No próximo ano letivo alterações serão introduzidas, não só no aspecto de métodos de ensino e de conteúdo das disciplinas, mas também e principalmente no aspecto da estrutura.

- O ensino primário e o ciclo preparatório formarão as classes do ensino básico, gratuito e obrigatório para todas as crianças;
- em todas as regiões do país serão construídas escolas para a 5.^a e a 6.^a série. Em Bissau duas estão em vias de acabamento;
- no próximo ano letivo (1977/1978), dentro da perspectiva de adaptação concreta do sistema de ensino às realidades, em alguns centros experimentais serão introduzidos os programas elaborados para essas classes em regime de transição para a nova estrutura do Sistema Nacional de Educação.

2) Ensino Básico — Tem muito interesse e quer dizer que cada um, criança ou adulto, deve receber o mínimo de educação, que lhe permitirá preparar-se para a vida, ser um cidadão produtivo e realizar-se como indivíduo.

A democratização do ensino implica que aquele mínimo seja comum e igual para todos, para que na comunidade nacional não existam grupos que sejam excluídos dos benefícios da educação.

O ensino básico exige também que a educação, ao mesmo tempo que generalizada e comum a todos, seja adaptada nas suas modalidades às características, aos interesses e às motivações dos diferentes grupos.

O que se estuda no ensino básico fundamenta-se principalmente na experiência pessoal, o que melhora a compreensão e facilita a expressão da maneira de pensar e dos sentimentos de cada um.

3) Formação de quadros e concessão de bolsas de estudo — O Estado, reconhecendo a necessidade da continuidade efetiva de formação de quadros no exterior e considerando fundamental para um desenvolvimento sócio-econômico harmonioso uma planificação adequada de acordo com as exigências e a realidade do país, publicou um decreto que estabelece as medidas a observar-se na formação de quadros a curto, médio e longo prazo. (Decreto n.º 15/76. Cf. *Boletim Oficial* n.º 17, de 24 de abril de 1976.)

Os objetivos dessa planificação foram expostos pelo Comissário Principal de Estado, Francisco Mendes, no dia 3 de maio de 1976, na 3.^a Reunião da Assembléia Nacional Popular: "Na nossa política de preparação de quadros no plano da Educação, entendemos que é necessário que os futuros quadros correspondam aos interesses do país, para responderem de fato à nossa política de desenvolvimento econômico. Não queremos que os nossos quadros só pensem neles. Realmente o país tem necessidade urgente de quadros para se desenvolver; mas, ao contrário do que muitas pessoas pensam, que só se pode ser útil quando se é doutor ou engenheiro, queremos que os nossos alunos e professores tenham consciência de que a utilidade de um homem tem que se sujeitar aos interesses imediatos do país. Daqui a dez anos podemos precisar de 50 engenheiros, mas atualmente talvez tenhamos mais necessidade de quadros técnicos médios para termos em prática toda a política econômica do nosso país."

4) Formação e superação de professores — O território da República da Guiné-Bissau, por decisão do Conselho dos Comissários de Estado de 11 de setembro de 1974, passou a estar administrativamente dividido em oito regiões: Bissau, Cativeiro, Oio, Bafatá, Gabú, Tombali, Buba e Bolama. Cada região está subdividida em setores. Em cada região, para a Educação, há um delegado regional e em cada setor um responsável de setor. A função do delegado regional é supervisionar e controlar a execução das diretrizes emanadas do Comissariado de Estado da Educação Nacional e Cultura.

O quadro atual do corpo docente do ensino primário, para uma população escolar de cerca de 80 mil alunos, é constituído por 2.168 professores, dos quais 4% são professores primários diplomados, 31% são professores de posto e 65% são monitores escolares.

Como se vê, a maioria é constituída por monitores escolares que, como formação de base, apenas têm a 4.^a série acrescida de algumas semanas de informação pedagógica. Por isso, os seus conhecimentos gerais são fracos, como são rudimentares as suas técnicas didáticas e pedagógicas, constituindo assim um sério obstáculo a qualquer transformação ou reforma a introduzir no ensino. Além disso, há mentalidades muito deformadas pela dominação colonial e deformação que não só atingia os professores como destes se passava aos alunos.

Por esses motivos, um dos trabalhos importantes que se impõe neste momento ao Comissariado da Educação é superar essas dificuldades e melho-

rar o nível político, didático e pedagógico dos agentes de ensino primário, em particular dos monitores escolares.

Isso exige, porém, que se façam cursos intensivos nos períodos das férias e que tenham continuidade durante o ano, com a formação permanente.

Para tal foram constituídas "comissões de estudo" em cada centro escolar (reunindo três ou quatro escolas) e compostas por dez a 12 professores. O Comissariado da Educação pensa também formar "animadores pedagógicos", oferecendo assim a todos os professores primários de todos os níveis a possibilidade de uma promoção cultural e profissional, no processo de trabalho. Também foi criada uma escola de superação de professores, destinada ao aperfeiçoamento dos antigos professores combatentes.

5) A educação de adultos e o movimento de alfabetização — Durante o período colonial, 97% da população não podia ir à escola. O analfabetismo atingiu cerca de 99%.

Atualmente, dos 800 mil habitantes da Guiné-Bissau, cerca de 90% vivem nas zonas rurais, as zonas mais produtivas da riqueza nacional que, por enquanto, se encontra quase só no campo.

O governo vem pensando muito a sério no processo de combater a ignorância, o medo, o analfabetismo. Está empenhado em formar socialmente o povo, para que, com algum conhecimento científico e conseqüente formação política, possa participar ativamente nas tarefas da reconstrução nacional.

A educação do povo é um fator de desenvolvimento. Por isso, a educação de massas deve ser dada a toda a população: crianças, jovens e adultos. É preciso também que essa educação mobilize todos os recursos da comunidade e que não seja concebida como uma educação de segunda ordem, oferecida a título de favor aos grupos mais desfavorecidos.

Para concretizar estas idéias, o Comissariado da Educação criou um Departamento de Educação de Adultos (Alfabetização), em cujos trabalhos de metodologia e de organização tem tido a contribuição do Prof. Paulo Freire e da equipe do IDAC (Instituto de Ação Cultural).

As massas populares têm de tomar o seu destino nas mãos, para agirem como sujeito. Alfabetizar é aprender a construir, é levar ao povo os instrumentos que são necessários para que ele possa servir-se da sua capacidade para transformar o país. Objetivos da alfabetização:

- transmitir o máximo de conhecimentos a todo o povo, de forma a torná-lo elemento

- ativo das transformações sociais;
- b) levar as massas populares a compreender o que devem fazer pela sua terra e quais os objetivos a alcançar;
 - c) valorizar o trabalho do povo, levando-o ao conhecimento no papel daquelas coisas que ele já conhece na prática;
 - d) valorizar o homem e aproveitar as suas capacidades criadoras, de maneira que o nível de todo o povo seja modificado e gradualmente melhorado;
 - e) criar uma sociedade em que os homens possam exercer verdadeiramente a sua personalidade e criar um desenvolvimento em que toda a potencialidade do povo seja posta a serviço do homem.

Em dezembro de 1975, foi criada a Comissão Nacional de Alfabetização, com vista a apoiar todas as atividades da alfabetização e a desencadear, no fim do ano escolar 1975/1976, uma grande campanha de alfabetização. Nesta Comissão Nacional, além do Comissariado de Estado da Educação Nacional e Cultura, responsável pelos aspectos pedagógicos e organizativos da campanha, foram incluídos os Comissariados das FARP (Forças Armadas Revolucionárias do Povo), da Agricultura, da Saúde e Assuntos Sociais, da Informação e da Administração Interna, e também os Organismos de Massas, da JAAC, os Sindicatos e a Organização das Mulheres.

Cada um dos Comissariados e Organismos acima referidos darão o seu apoio dentro do seu campo de ação.

6. Os Recursos do País e a Educação

Considerações gerais

Na tarefa gigantesca de reformar todo o ensino, de transformar o sistema educativo, de rever os objetivos da educação, de estudar os fins a alcançar e de encontrar as orientações certas a tomar, é evidente que o governo tem de ter em conta a realidade econômica do país. Ora, a realidade econômica, porém, é o fruto do trabalho de um povo que foi explorado durante séculos. Amílcar Cabral escreveu com toda a verdade: "Somos atrasados economicamente, sem desenvolvimento nenhum. Não há indústria a sério, a agricultura é atrasada, a nossa agricultura é do tempo dos nossos avós. As riquezas da nossa terra foram tiradas, sobretudo, do trabalho do homem. Os colonialistas não fizeram nada para desenvolver qualquer riqueza da nossa terra, absolutamente nada. Portanto, a

nossa realidade econômica é essa. Somos um povo cujo principal meio de vida é a agricultura."

Perante essa realidade, como ir buscar meios para aumentar, pelo menos para o dobro, nos próximos anos, o número de escolas, de professores, de material escolar indispensável? Eis um grande problema que se põe de momento, mas que o Governo quer enfrentar com audácia e confiança.

Durante a luta de libertação nacional, foi sempre um princípio certo "avançar seguros na realidade, com os pés fincados no chão". O Fundador da Nacionalidade, Amílcar Cabral, disse: "Conhecer bem as nossas próprias forças, ter em cada momento uma consciência perfeita das coisas que podemos fazer. Avaliar bem as nossas possibilidades, agir sempre de acordo com essas possibilidades e fazer tudo para melhorar as nossas forças e a nossa capacidade. Nunca fazer menos do que podemos e devemos fazer, mas não pretender, em nenhum caso, fazer coisas que realmente não estamos ainda em condições de fazer.

Criar escolas, mas ter em conta as possibilidades reais de que dispomos, para evitar que depois tenhamos de fechar algumas escolas por falta de meios."

O país, sendo essencialmente agrícola, não dispõe de recursos suficientes, quer no aspecto técnico quer financeiro, para pôr em prática e levar a cabo os planos que tem em vista, em especial, planos a curto prazo.

No setor da educação, numerosos são os fatores que devem ser considerados: os recursos do país, os custos dos materiais de construção, a evolução dos efetivos escolares, a percentagem da população em idade escolar, a preparação de quadros suficientes, a elaboração e impressão de livros escolares e de outro material didático etc.

São do Presidente do Conselho de Estado, Luís Cabral, as seguintes palavras, proferidas na sessão de abertura da 3.^a reunião da Assembleia Nacional Popular: "A Educação Nacional é a coisa que estamos a fazer com mais ousadia, porque estamos a fazer uma educação que nos custa o dinheiro que não temos, levando-nos a pensar em cada mês como é que arrançaremos meios para agüentar todas as escolas que criamos, com os 85 mil alunos, com mais de dois mil professores espalhados por toda a nossa terra, com uma percentagem superior a 10% da população escolarizada, percentagem essa que foi atingida só por alguns países africanos que fizeram esforços consideráveis na educação."

No orçamento do país, cerca de 18% dos recursos são destinados à educação; a despesa no en-

sino por habitante é de 225,00 PG e a despesa por aluno é de 2.000,00 PG, contra um produto nacional *per capita* de 600,00 PG.

O país precisa produzir duas vezes mais para equilibrar a sua economia interna ou então reduzir para um terço as suas despesas. A segunda alternativa não é solução.

Para a solução destes problemas impõe-se encontrar uma proporção entre o total das despesas e as receitas nacionais, entrando pelo caminho da produção.

Dum modo geral, em todos os países, as despesas para a educação aumentaram em valor absoluto. Muitos países africanos preferiram reduzir as matrículas para encontrar uma melhoria qualitativa.

Processos para atenuar as dificuldades

— Melhorar os sistemas de educação, fazendo com que os investimentos tenham mais rentabilidade.

— Elevar o nível didático-pedagógico e profissional dos professores, cujos salários consomem a maior parte do orçamento da educação.

— Desenvolver a campanha de alfabetização como um dever cívico, no qual todos devem participar em conformidade com o princípio "os que sabem ensinam os que não sabem".

— Levar a comunidade a suportar a despesa com o professor, em algumas localidades.

— Aproveitar para material de construção e equipamento escolar os materiais existentes em cada região. (As estatísticas dizem-nos que as despesas em equipamento escolar na África elavam-se a 15% das despesas anuais para a Educação).

Não há dúvida de que o país ainda está longe de dispor dos meios que lhe permitam avançar rapidamente no setor da Educação. Dar escola a todas as crianças, alfabetizar os adultos, são tarefas que exigem tempo.

Luís Cabral, Presidente do Conselho de Estado, disse na sessão de abertura da 3.^a reunião da Assembleia Nacional Popular: "Faremos todos os sacrifícios, todos os esforços que forem necessários para levarmos a educação para a frente, para melhorarmos cada vez mais o seu nível, para podermos ser um povo culto, um povo que de fato conhece onde estão o bem e o mal, onde estão a verdade e a mentira, onde está o seu progresso, pa-

ra poder ser capaz de defender os seus verdadeiros interesses."

7. Cooperação e Auxílios Internacionais

O PAIGC, pela maneira como organizou a luta de libertação, como a desenrolou durante 15 anos e como conseguiu a independência total para a Guiné e Cabo Verde, ganhou nome e grangeou justa fama em todo o mundo.

Alcançada a independência total, a Guiné-Bissau atraiu as atenções de muitos povos que imediatamente se prontificaram a dar a sua contribuição para o desenvolvimento do país, nesta fase de reconstrução nacional. Por sua parte, a Guiné-Bissau abriu as portas a todos os países amigos que de boa vontade e sem compromissos queriam ajudar a nação.

Na verdade, nesta fase de reconstrução em que se encontra, o país, para o seu desenvolvimento e progresso, conta com as suas forças, mas precisa de auxílios e de quadros técnicos de outros países.

Se, por um lado houve o retraimento de alguns, por outro lado muitos têm sido os países estrangeiros que têm enviado delegações dos seus governos a Bissau, a fim de estudarem *in loco* e em contato com os respectivos comissariados de Estado as possibilidades de cooperação e de ajuda.

No setor da Educação, de uns países têm vindo professores e técnicos, de outros, ajuda em material escolar e em equipamento didático.

Os organismos internacionais da ONU — a PNUD, o HCR e a UNICEF — criaram em Bissau as suas delegações e têm posto em prática planos de auxílios diversos. A SIDA da Suécia, a SUCO do Canadá e a FIEU da Suíça têm-se empenhado em ajudar o país da forma mais prática também.

Infelizmente, o país não dispõe de infra-estruturas suficientes e com capacidades, em particular no setor da construção, para dar andamento imediato a alguns projetos que organizações internacionais se propõem financiar.

A propósito da cooperação, o Comissário Principal de Estado, Francisco Mendes, na última sessão da 3.^a reunião da Assembleia Nacional Popular, disse: "Estamos abertos à colaboração com todos os países do mundo, mas sem permitirmos ingerências nos assuntos internos de nosso país. Estamos com os braços abertos para recebermos todo aquele que quer vir trabalhar nesta terra, para nos ajudar a desenvolvê-la, pois a nossa tarefa é bem pesada."

CEAA – CINCO ANOS DE ATIVIDADES

O Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA, criado em 1973, pertence ao Conjunto Universitário Candido Mendes (Sociedade Brasileira de Instrução), entidade universitária privada, com cerca de nove mil alunos distribuídos em cursos de graduação em Economia, Administração, Ciências Contábeis e Direito, e, através do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, em cursos de pós-graduação em Ciência Política, Sociologia e Psicologia Social. Completam o Conjunto Universitário uma Escola Técnica de Comércio e dez institutos de pesquisa.

1. Objetivos

O CEAA tem como objetivos o estudo e a difusão da história e das culturas africanas e asiáticas, a pesquisa das relações afro-brasileiras e a reavaliação dos valores culturais de origem africana participantes da sociedade brasileira.

Nesse sentido, procura desenvolver um espírito universitário de estímulo à produção de um conhecimento da realidade do Terceiro Mundo. Esse conhecimento, permeado por um ótica brasileira, deve ser capaz de responder à crescente necessidade nacional de uma prática ecumênica que enriqueça o diálogo entre a América Latina e o mundo afro-asiático.

Partindo desses objetivos, o CEAA executou um programa de atividades, cuja orientação pode ser resumida numa legenda: a descolonização do estudo das Ciências Humanas no Brasil, ainda hoje dominado por uma perspectiva europocêntrica. Nesse propósito, realizamos uma série de iniciativas, entre as quais se destacam:

2. Cursos

O CEAA realizou, até o momento, 35 cursos de Extensão Universitária, frequentados por mais de 800 professores e estudantes de todas as universidades do Rio de Janeiro. As temáticas dominantes foram o racismo (*apartheid*, especialmente), o colonialismo português e a questão palestina. Os trabalhos foram mais concentrados sobre a África Austral, com destaque para os países de língua portuguesa. Entre os cursos salientam-se: Sociologia da Descolonização (Ásia e África), Modelos de Desenvolvimento Africano, Pensamento Oriental, Colonialismo, Racismo e Descolonização, Literatura Africana de Expressão Portuguesa, Ásia Contemporânea, Sociologia das Relações Raciais, Pensamento Africano Contemporâneo (Amílcar Cabral), Conflito no Oriente Médio (Palestina), Amé-

rica Latina Contemporânea, Mudanças Sociais na África Negra e China Contemporânea. O curso Metodologia da História da Descolonização foi realizado em Bissau, em 1976.

3. Textos

Para complementar os cursos e suprir a deficiência da bibliografia de edição brasileira sobre África e Ásia, o CEEA editou 12 textos mimeografados, no momento esgotados: "Por uma nova História da África" (1973), "Sociologia da Descolonização" (1973), "Costa Atlântica Africana: perfil cultural e sócio-econômico" (1973), "Descolonização: Gana e Senegal" (1973), "Tanzânia: a construção de uma nova sociedade" (1974), "Palestina e Sionismo" — 2 vols. (1974), "Angola: uma economia colonial" (1974), "África do Sul — apartheid" (1974), "O que é o apartheid" (1974), "Introdução à Guiné-Bissau" (1974), "Introdução a Angola" (1975) e "Dossier Guiné-Bissau" (1976).

4. Ciclo de Conferências

Tendo em vista possibilitar ao público universitário brasileiro um conhecimento mais direto da realidade afro-asiática obtido a partir do diálogo com intelectuais daqueles continentes e especialistas, temos promovido conferências e sessões de trabalho no CEEA. Elas foram realizadas por professores visitantes, ministros de Estado, diplomatas, autoridades eclesiásticas e representantes das Nações Unidas e entidades internacionais.

5. Departamento Afro-Brasileiro

Visando a reavaliação dos valores culturais de origem negro-africana e a sua inserção nos mais variados setores da nossa sociedade atual, o CEEA criou, a partir de 1974, o Departamento Afro-Brasileiro. Foram realizados, sobre esse tema, seminários semanais e outras atividades, entre as quais se destacam:

Semanas Afro-Brasileiras. Realizadas com a colaboração do Museu de Arte Moderna e sob a supervisão da Dra. Juana Elbein dos Santos e do Assogba Maximiliano M. dos Santos do Axé Opô Afonjá, as "Semanas Afro-Brasileiras" decorreram de 30 de maio a 23 de junho de 1974. Do seu programa fez parte uma exposição de arte afro-brasileira, reunindo 750 peças, constituída de três setores: arte sacra afro-brasileira (objetos litúrgicos segundo modelos tradicionais Nagô/Yoruba), recriação

de símbolos africanos e arte popular. Esta exposição, que havia sido anteriormente apresentada em Lagos, Acra, Dacar, Paris, Londres e Buenos Aires, teve então a sua primeira apresentação no Brasil.

Além da exposição, as "Semanas" incluíram experiências de danças rituais Nagô, um auto coreográfico — Porque Oxalá usa Ekodidê — experiência de música sacra, popular e erudita afro-brasileira. Todas essas experiências artísticas foram acompanhadas de seminários e palestras, atingindo as "Semanas", no seu total, um público superior a 6 mil pessoas provenientes de todos os bairros e camadas sociais do Rio de Janeiro.

Encontro de Pesquisadores da Cultura Negra no Brasil. Realizado em 29 e 30 de novembro de 1975, o Encontro reuniu 25 especialistas de São Paulo, Salvador, Campinas e Rio de Janeiro. Foram debatidas 11 comunicações e feito um exame geral sobre o estado atual da pesquisa sobre o que vem sendo considerada como "cultura negra" no Brasil, discutindo-se as metodologias utilizadas nos trabalhos. Entre as conclusões, destacou-se a necessidade de um maior intercâmbio entre os pesquisadores dos diversos Estados, dada a diversidade regional do impacto da cultura de origem africana no nosso país.

6. Atuação Anti-apartheid

O CEEA comemorou pela primeira vez, a 21 de março de 1974, o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, data consagrada pelas Nações Unidas em lembrança ao massacre de negros sul-africanos em Sharpeville a 21 de março de 1960. A essa comemoração estiveram presentes o representante da ONU no Brasil e diplomatas africanos.

Sendo do conhecimento da ONU que o CEEA é a única instituição brasileira que promove cursos e edita textos criticando o *apartheid*, duas missões das Nações Unidas, que visitaram o nosso País para tratar oficialmente de problemas relacionados com o *apartheid* e a Namíbia, procuraram, a título particular, contatar com o CEEA. O Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil, com quem mantemos estreito contato, vem-nos fornecendo valioso material necessário ao nosso trabalho nesse setor. Filmes, diapositivos e opúsculos têm sido utilizados pelos professores do CEEA em conferências realizadas em faculdades e colégios.

7. Cooperação com a África

Desde a sua criação, o CEEA privilegiou no seu programa de trabalho o estudo dos países africanos de língua portuguesa, então ainda sob domínio colonial. Para isso procuramos intensificar contactos e recolher informações mais pormenorizadas sobre a realidade desses países: Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Alguns dos textos e artigos escritos por professores do CEEA — de análise e denúncia do colonialismo português e do racismo na África Austral — chegaram ao conhecimento dos movimentos nacionalistas desses países. Estabeleceu-se um maior intercâmbio, facilitado pelas embaixadas africanas e das Nações Unidas, e o Conjunto Universitário Candido Mendes, através do CEEA, tornou-se mais conhecido na África. Passamos também a ser mais procurados por intelectuais africanos em visita ao Brasil e a estabelecer maior intercâmbio com centros de estudos congêneres e outras organizações africanas.

Durante o processo de descolonização das colônias portuguesas o CEEA realizou sessões comemorativas das independências de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e Angola, com a presença de embaixadores e outros diplomatas africanos.

Em outubro de 1974, o Conjunto Universitário Candido Mendes enviou o Vice-Diretor do CEEA, Prof. José Maria Nunes Pereira, em missão de estudo e contato ao Senegal, Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, numa viagem de 70 dias, precedida de passagem por Lisboa. O Vice-Diretor do CEEA foi recebido por Ministros de Estado, dirigentes políticos e responsáveis por organismos culturais de todos esses países.

Em Bissau iniciou-se então um projeto de cooperação técnico-cultural entre o CEEA e a Guiné, que teve prosseguimento com a doação de dois mil livros didáticos brasileiros e com o envio, em janeiro de 1976, de uma equipe de especialistas em planejamento educacional. Dessa visita resultaram anteprojetos de cooperação na área de graduação de professores guineenses através de um *campus* avançado do Conjunto Universitário Candido Mendes em Bissau — e no setor de ensino pelo rádio. Esses anteprojetos estavam integrados no conjunto de sugestões que a delegação governamental guineense, em visita ao nosso país em março de

1976, apresentou ao governo brasileiro para o programa de cooperação cultural a ser desenvolvido entre os dois países. A delegação guineense, encabezada pelo Ministro Sem Pasta, José Araújo, e Ministro da Justiça, Fidélis C. Almada, foi recebida em sessão solene na nossa universidade e teve reuniões de trabalho com a equipe de cooperação técnico-cultural do CEEA. No momento, os referidos anteprojetos estão em estudo por parte dos dois governos.

Uma delegação cabo-verdiana, chefiada pelo Ministro de Educação, Carlos Reis, em visita oficial ao Brasil em abril de 1977, visitou o CEEA. Nessa oportunidade, teve na nossa sede uma reunião com elementos da comunidade cabo-verdiana residentes no Rio de Janeiro.

8. Documentação e Bibliografia

O CEEA dispõe de uma biblioteca especializada com cerca de 4 mil volumes, dos quais a maior parte é de edição posterior a 1970. Recebemos mais de três dezenas de publicações sobre África, Ásia e política internacional, incluindo periódicos dos novos Estados africanos de língua portuguesa. O nosso arquivo contém mais de 20 mil artigos catalogados sobre a realidade afro-asiática. Esse material é posto à disposição de pesquisadores e estudantes, que têm no CEEA o único Centro de Documentação do Estado do Rio de Janeiro nessa área do conhecimento. Numerosos especialistas estrangeiros, que visitam o Brasil para realizarem pesquisas sobre as relações da América Latina com a África, vêm tendo o nosso melhor apoio documental e bibliográfico. Com a mesma atenção, prestamos orientação a estudantes de todos os níveis do ensino que nos procuram para realizar trabalhos acadêmicos.

Assessoramos a imprensa especializada, não somente colocando à sua disposição os nossos cursos de informação, como, especialmente, elaborando *background papers* e outros elementos de atualização e explicação da realidade afro-asiática.

Com a transferência das embaixadas africanas para Brasília, o CEEA tem sido solicitado a cumprir o papel de centro de informação dos mais variados aspectos da vida africana, atendendo a diversos setores da população do Rio de Janeiro.

CEEA — FIVE YEARS OF ACTIVITY

The Center of Afro-Asian Studies (CEEA), founded in 1973, is part of the Candido Mendes University (Sociedade Brasileira de Instrução), a private University with about 9 thousand students majoring in Economics, Administration, Social Sciences and Law. Post-Graduate courses are given through the University Research Institute of Rio de Janeiro, mainly in Political Science, Sociology and Social Psychology. The University also has a School of Commercial Studies and ten research institutes.

1. Objectives

The CEEA has, as objectives, the study and diffusion of Africa and Asian history and culture, research on African-Brazilian relations, and the reevaluation of the significance and nature of cultural values of African origin within Brazilian society.

Thus the Center is stimulating research and the development of knowledge of the Third World reality on a university level. This knowledge, developed from a Brazilian perspective, should help respond to the growing national need for action capable of enriching the dialogue between Latin America and the Afro-Asian world.

Based on these objectives, the CEEA follows a program of activities with an orientation that can be summed-up in one phrase: the decolonization of the study of Human Sciences in Brazil, still dominated today by a Euro-centric perspective. For this reason, the Center has undertaken the following activities:

2. Courses

Up to now, the CEEA has provided 35 University Extension courses, attended by over 800 teachers and students from all universities in Rio de Janeiro. The most important themes, no doubt, were those of racism (especially apartheid), Portuguese Colonialism and the Palestine question. The Center concentrates on Southern Africa with a particular emphasis on the Portuguese-speaking countries. Some of the courses offered were: Sociology of Decolonization (Asia and Africa); African Models of Development; Oriental Thought; Colonialism, Racism and Decolonization; African Literature in Portuguese; Contemporary Africa; Contemporary Asia; Sociology of Race Relations; Contemporary African Thinking (Amílcar Cabral); Middle East Conflict (Palestine question); Contemporary Latin America; Social Change in Africa; Contemporary China; and, Methodology of the History of Decolonization, the latter in Guinea-Bissau, during 1976.

3. Texts

To complement the Center's academic work well as to overcome the lack of books in Brazil on Africa and Asia, the CEEA edited twelve mimeographed texts, all of them out of print, on: "For a New History of Africa" (1973); "Sociology of Decolonization" (1973); "Atlantic Coast of Africa: A Cultural and Social-Economic Profile" (1973); "Decolonization: Ghana and Senegal" (1974); "Tanzania: Construction of a New Society" (1974); "Palestine and Zionism" (2 vols. 1974); "Angola: A Colonial Economy" (1974); "South Africa: Apartheid" (1974); "What is Apartheid?" (1974); "Introduction to

Guinea-Bissau" (1974); "Introduction to Angola" (1975) and "Dossier on Guinea-Bissau" (1976).

4. Conferences

In order to offer Brazilian students and professors an opportunity to become more familiar with the African and Asian realities, the Center sponsors lectures and study groups by intellectuals from the areas concerned. They were given by visiting professors, ministers of State, diplomats, ecclesiastic authorities as well as representatives of the United Nations and other international bodies.

5. Afro-Brazilian Department

Given our need for the reevaluation of the cultural values of Black Africa and their insertion within the various sectors of Brazilian society, CEEA created in 1974 an Afro-Brazilian Department. On this issue, the Center held weekly seminars and other activities such as:

Afro-Brazilian Weeks. Sponsored with the collaboration of the Museum of Modern Art, supervised by Juana Elbein dos Santos, Ph. D. and the Assogba Maximiliano M. dos Santos of *Axê Opô Afonjá*. These "Brazilian Weeks" took place from May 30 to June 23, 1974. Included in the program was a display of Afro-Brazilian art, with about 750 objects, including sacred Afro-Brazilian Art (liturgical objects based on traditional models of Nagô/Yoruba); recreation of African symbols, and popular art. This exposition, which had previously been presented in Lagos, Accra, Dakar, Paris, London and Buenos Aires, was presented for the first time in Brazil.

The "Weeks" also included Nagô ritual dances, a choreographic statement ("why *Oxalá use Ekodidé*"), and sacred popular and classical music. All these artistic events were followed by seminars and talks. Over 6 thousand people attended the events, coming from all the different areas and social classes of Rio de Janeiro.

Meeting of Researchers on African Culture in Brazil. This took place the 29-30 November, 1975, bringing together 25 specialists from São Paulo, Salvador, Campinas and Rio de Janeiro. The researchers debated eleven resolutions and presented a general examination of the situation of what is known as the study of "Black Culture" in Brazil, as well as the methodologies being used. Among the conclusions presented by the conferences was the necessity for a greater interchange between researchers from different areas, given the regional differences of the impact of African culture in Brazil.

6. Anti-Apartheid Action

The CEEA commemorated for the first time, on March 21, 1974 the International Day for the Elimination of Racial Discrimination, the date chosen by the United Nations in memorium of the massacre of Black South Africans at Sharpeville on March 21, 1960. The United Nations representative in Brazil and several African diplomats were present.

Since the United Nations is aware that the CEEA is the only Brazilian institute that sponsors courses and written texts critical of apartheid, two U.N. Missions that visited Brazil to officially talk about the problems

related to Apartheid and Namibia, took the initiative to visit the CEAA. The Information Center of the United Nations in Brazil, with which the CEAA maintains close contact, provides all relevant information in this particular area of work. Films, slides and booklets are used extensively by CEAA members in their work in various universities and secondary schools.

7. Cooperation with African

Since its inception, the CEAA has concentrated on work with Portuguese-speaking African countries, then still under colonial domination. We intensified our contacts and collected data on the realities of these countries: Guinea-Bissau, Cape Verde, São Tomé and Príncipe, Angola, and Mozambique. Some of the articles and texts written by professors of the CEAA — analyses as well as critiques of Portuguese colonialism and racism in Southern Africa — became known to leaders of the nationalist movements of these countries. The result was more exchange, facilitated by African and United Nations ambassadors, and thus the Candido Mendes University, through the CEAA, became more known in Africa. At the same time, the CEAA was visited more frequently by African intellectuals visiting Brazil and contacts were made with similar study centers and other African organizations.

During the period of decolonization of the Portuguese colonies, the CEAA sponsored celebrations marking the independence of Guinea-Bissau, Cape Verde, Mozambique and Angola, at which African ambassadors and diplomats were present.

In October 1974, the Candido Mendes University sent the Assistant-Director of the CEAA, Prof. José Maria Nunes Pereira, on a study and contact trip to Senegal, Guinea-Bissau, Mozambique, and Angola — a voyage of 70 days that included a stop-over in Lisbon. The Assistant-Director was received by Ministers of State, political leaders and others responsible for various cultural organs in these countries.

In Guinea-Bissau a project of a cultural-technical nature was initiated between the CEAA and that country. The first result of this cooperation was the gift of two thousand Brazilian textbooks, and then in January, 1976 a team of specialists in educational planning arrived. As a result of this visit a project was planned providing for

degrees for Guinean professors through the creation of a campus of Candido Mendes University in Bissau, as well as an educational radio program. These pre-projects were made part of a number of suggestions that the Guinean government delegation made when visiting Brazil in March, 1976 as part of the cultural program that will be developed between the two countries. The Guinean delegation, headed by Mr. José Araújo, Minister Without Portfolio, and Mr. Fidélis C. Almada, Minister of Justice, was received officially by the CEAA's technical-cultural team. At the moment, these projects are under study by the respective governments.

A Cape-Verdian delegation, led by the Minister of Education, Mr. Carlos Reis, in an official visit to Brazil in April, 1977 visited the CEAA where he met with members of the Cape-Verdian community living in Rio de Janeiro.

8. Documentation and Library

The CEAA possess a specialized library of about 4 thousand books, most of them published since 1970. The Center receives about three dozen publications on Africa, Asia and international affairs, including periodicals from the new Portuguese-speaking African States. The archives have over 20 thousand catalogued articles on Asia and Africa and Africa-Brazil relations. This material is made available to researchers and students, and is the only Documentation Center of its kind in Rio de Janeiro. A number of foreign researchers visiting Brazil to study relations between Latin America and Africa have access to our documents and library. Similarly, we orient students at various academic levels wishing to undertake research projects.

We also serve the specialized press, not only in providing access to our documentation, but especially through preparing background papers and whatever else is needed in their task of explaining the Afro-Asian reality.

With the transfer of African ambassadors to Brasília, the Center of Afro-Asian Studies has been asked to serve as an information center on the various aspects of African life of interest to the different sectors of the population in Rio de Janeiro.

CEAA — CINQ ANNÉES D'ACTIVITÉS

1. Objectifs

Le CEAA a pour objectifs l'étude et la diffusion de l'histoire et des cultures Africaines et Asiatiques, la recherche des relations Afro-Brésiliennes et la réévaluation des valeurs culturelles d'origine Africaine présentes dans la société Brésilienne d'aujourd'hui.

Dans ce sens, le Centre cherche à approfondir la connaissance sur la réalité du Tiers-Monde se basant sur un travail universitaire. Cette connaissance, médiatisée

d'une optique Brésilienne, doit être capable de répondre à la croissante nécessité nationale d'une pratique écuménique, capable d'enrichir le dialogue entre l'Amérique Latine et le monde Afro-Asiatique.

Partant de ces objectifs, le CEAA a élaboré un programme d'activités dont l'orientation peut être resumée en une légende: la décolonisation des études des sciences humaines au Brésil qui, jusqu'à présent, restent dominées par une perspective europocentrique. A ce propos, nous avons réalisé une série d'initiatives parmi lesquelles se distinguent:

2. Cours

Le CEAA, jusqu'à aujourd'hui a réalisé 35 cours d'Extension Universitaire, fréquentés par plus de 800 professeurs et étudiants venus de toutes les universités de Rio de Janeiro. Les thématiques dominantes ont été sur le racisme (*apartheid*, spécialement), le colonialisme Portugais et la question Palestinienne. Nos travaux ont été plus concentrés sur l'Afrique Australe, surtout pour les pays d'expression Portugaise. Parmi ces cours on remarque: Sociologie de la Décolonisation (Asie et Afrique), Modèles de développement Africain; Pensée Orientale; Colonialisme, Racisme et Décolonisation; Littérature Africaine d'expression Portugaise; Pensée temporelle; Sociologie des Relations Raciales; Pensée Africaine Contemporaine (Amílcar Cabral); Conflit au Moyen Orient (Palestine); Amérique Latine Contemporaine; Changements Sociaux dans l'Afrique Noire, Chine Contemporaine. Le cours: Methodologie de l'Histoire de la Décolonisation a été réalisé à Bissau, 1976.

3. Textes

Pour compléter les cours et suppléer le manque de bibliographie d'édition Brésilienne sur l'Afrique et l'Asie, le CEAA a édité 12 textes mimeo, actuellement épuisés: "Pour Une Nouvelle Histoire de l'Afrique" (en 1973); "Sociologie de la Décolonisation" (1973); "Côte Atlantique Africaine: Profil Culturel et Socio-Économique" (1973); "Décolonisation: Ghana et Sénégal" (1973); "Tanzanie: La Construction d'Une Nouvelle Société" (1974); "Palestine et Sionisme" 2 Vols. (1974); "Angola: Une Économie Coloniale" (1974); "Afrique du Sud — *apartheid*" (1974); "Qu'est ce que c'est l'*apartheid*" (1974); "Introduction à La Guinée-Bissau" (1974); "Introduction à l'Angola" (1975) et "Dossier Guinée-Bissau" (1976).

4. Cycle de Conférences

En vue de permettre au public universitaire Brésilien d'avoir une connaissance plus directe de la réalité Afro-Asiatique, obtenue à partir d'un dialogue entre intellectuels et spécialistes de ces continents, nous avons promu des conférences et des sessions de travail au CEAA. Elles étaient tenues par des professeurs en visite, des ministres d'État, des diplomates, des autorités ecclésiastiques, des représentants des Nations Unies et d'autres entités internationales.

5. Departement Afro-Brésilien

Envisageant la réévaluation des valeurs culturelles d'origine Négro-Africaine et à leur insertion dans les multiples secteurs de notre société actuelle, le CEAA créa, à partir de 1974, le Département Afro-Brésilien. Furent réalisés, à propos de cette problématique, des séminaires hebdomadaires et d'autres activités parmi lesquelles nous citons:

Semaines Afro-Brésiliennes: Réalisés avec la collaboration du Musée de l'Art Moderne et sous la supervision de Dr. Juana Elbein dos Santos et de Assogba Maximiliano M. dos Santos de l'*Axê Opô Afonjá*. Les "Semaines Afro-Brésiliennes" se déroulèrent du 30 Mai au 23 Juin 1974. Faisait partie de son programme une exposition d'art Afro-Brésilien, réunissant 750 pièces, répartie en trois secteurs: Art Sacré Afro-Brésilien (objets liturgiques selon les modèles traditionaux Nagô (Yoruba); récréation des symboles Africains et d'art populaire. Cette exposition qui avait été antérieurement présentée à Lagos, Accra, Dakar, Paris, Londres et Buenos Aires, fût alors présentée pour la première fois au Brésil.

En dehors de l'exposition, les "Semaines" avaient inclu des expériences de danses rituelles Nagô, un acte chorégraphique — *Pourquoi Oxalá Use Ekodidê* — expériences de musique sacrée, populaire et érudite Afro-Brésiliennes. Toutes ces expériences artistiques ont été accompagnées de séminaires et débats s'étendant sur les "Semaines" dans leur totalité et fréquentées par un public de plus de 6 mille personnes venu de tous les quartiers et couches sociales de Rio de Janeiro.

Rencontre de Chercheurs de La Culture Noire au Brésil. Réalisée les 29 et 30 Novembre 1975, la Rencontre a réuni 25 spécialistes de São Paulo, Salvador, Campinas et Rio de Janeiro. Discutant les méthodologies utilisées dans les travaux, ont été débattues onze communications et a été fait un examen général de l'état actuel de la recherche à propos de ce qui a été jusqu'à aujourd'hui considéré comme "culture noire" au Brésil. Dans les conclusions, on a mis en relief la nécessité d'un échange plus intensif entre chercheurs des diverses régions, étant donnée la diversité territoriale, de l'impact de la culture d'origine Africaine dans notre pays.

6. Action Anti-Apartheid

Le CEAA a commémoré, pour la première fois, le 21 Mars 1974, la Journée Internationale Pour l'Élimination de la Discrimination Raciale, date célébrée par les Nations Unies en mémoire au massacre des noirs Sud-Africains à Sharpeville le 21 Mars 1960. Étaient présents à cette commémoration le représentant de l'ONU au Brésil et des diplomates Africains.

Le CEAA, étant la seule institution Brésilienne qui offre des cours et édite des textes critiquant l'*apartheid*, offre des missions des Nations Unies, en visite dans notre pays pour traiter officiellement des problèmes relatifs à l'*apartheid* et à Namibia, ont cherché, à titre particulier, à contacter le CEAA. Le Centre d'Informations des Nations Unies au Brésil, avec lequel nous maintenons un contact étroit, nous a toujours fourni un précieux matériel nécessaire pour notre travail dans ce domaine. Des films, des diapositifs et des opuscules ont été utilisés

par nous dans des conférences réalisées dans des facultés et lycées.

7. Coopération Avec l'Afrique

Depuis sa création, le CEAA, dans son programme de travail, a donné une place de choix à l'étude des pays Africains d'expression Portugaise, à l'époque encore sous domination coloniale. Pour cela, nous avons cherché à intensifier des contacts et recueillir des informations plus détaillées sur la réalité de ces pays: Guinée-Bissau, Cap-Vert, São Tomé et Príncipe, Angola et Mozambique; certains textes et articles écrits par des professeurs du CEAA, analysant et dénonçant le colonialisme Portugais et le racisme en Afrique Australe, sont arrivés aux mains des mouvements nationalistes de ces pays. Un échange de large mesure, facilité par les ambassades Africaines et les Nations Unies, s'est établi et l'Université Candido Mendes, à travers le CEAA, est devenue plus connue en Afrique. Nous sommes également devenus beaucoup plus procurés par des intellectuels Africains en visite au Brésil et nous avons établi des échanges plus intenses avec des Centres d'Études similaires et d'autres organisations Africaines.

Pendant le processus de décolonisation des colonies Portugaises nous avons réalisé des sessions commémoratives des Indépendances de Guinée-Bissau, Cap-Vert, Mozambique et Angola avec la présence d'ambassadeurs et diplomates Africains.

En Octobre 1974, l'Université Candido Mendes a envoyé le Vice-Directeur du CEAA, le Professeur José Maria Nunes Pereira, en mission d'étude et de contact au Sénégal, en Guinée-Bissau, au Mozambique et en Angola; le voyage a duré 70 jours et fut précédé par un passage à Lisbonne. Le Vice-Directeur du CEAA a été reçu par des ministres d'État, des dirigeants politiques et des responsables des organismes culturels de tous ces pays.

A Bissau s'initiait alors un projet de coopération technique-culturel entre le CEAA et la Guinée, projet qui eut comme suite l'offre de deux mille livres didactiques Brésiliens et l'envoi, en janvier 1976, d'une équipe de spécialistes en planification éducationnelle. De cette visite ont résulté des avant-projets de coopération concernant la graduation de professeurs Guinéens à travers un *campus* avancé de l'Université Candido Mendes à Bissau, et au secteur de l'enseignement par la radio. Les avant-projets étaient inclus dans l'ensemble des

suggestions que la délégation Guinéenne, en visite au Brésil en Mars 1976, avait présentées au gouvernement Brésilien pour le programme de coopération culturelle à être développé entre les deux pays. La délégation Guinéenne, dirigée par le ministre Sans Porte-Feuille, Mr. José Araujo, et le ministre de la Justice, Mr. Fidelis C. Almada, fut reçue en session solennelle à notre université et a eu des sessions de travail avec l'équipe de coopération technico-culturelle du CEAA. A l'heure actuelle, les avant-projets sont en étude par les deux gouvernements.

Une délégation Cap-Verdienne, présidée par le ministre de l'Éducation, Mr. Carlos Reis, en visite officielle au Brésil en avril 1977, a visité le CEAA; à cette occasion a eu lieu, à notre siège, une réunion avec des membres de la communauté Cap-Verdienne résidante à Rio de Janeiro.

8. Documentation et Bibliographie

Le CEAA dispose d'une bibliothèque spécialisée avec environ 4 mille volumes, dont la plupart est d'édition postérieure à 1970. Nous recevons plus de trois douzaines de publications de l'Afrique, l'Asie et sur la politique internationale, comprenant des périodiques des nouveaux États Africains d'expression Portugaise. Notre archive renferme plus de 20 mille articles catalogués sur la réalité Afro-Asiatique et les relations Afro-Brésiliennes. Ce matériel, mis à la disposition des chercheurs et étudiants, se trouve au CEAA, unique centre de documentation de Rio de Janeiro dans ce domaine de connaissance. De nombreux spécialistes étrangers qui visitent le Brésil, pour faire des recherches sur les relations entre l'Amérique Latine et l'Afrique, reçoivent notre meilleur appui en documentation et bibliographie. En outre, nous donnons une orientation aux étudiants de tous les niveaux d'enseignement qui nous procurent pour faire des travaux académiques.

Nous collaborons avec la presse spécialisée, non seulement en mettant à sa disposition nos matériaux d'information, mais aussi, et plus particulièrement, en élaborant des *background papers* et d'autres éléments d'actualisation et d'explication de la réalité Afro-Asiatique.

Avec le transfert des ambassades Africaines à Brasilia, le CEAA a été sollicité à assumer la tâche de centre d'informations des aspects les plus variés de la vie Africaine, tout en attendant des divers secteurs de la population de Rio de Janeiro.

PROGRAMAS DE CURSOS DO CEAA EM 1977

Pensamento Africano Contemporâneo Prof. José Maria Nunes Pereira

1. *O contexto histórico da formação do pensamento.* 1.1 – Colonialismo. Descolonização. Neocolonialismo. 1.2 – Classes sociais.

2. *As ideologias políticas.* 2.1 – Pan-africanismo e unidade africana. 2.2 – Negritude; socialismos africanos; as ideologias populistas na África (*authenticité* etc.).

3. *Os meios de ação política.* 3.1 – As diversas formas de luta pela independência. 3.2 – Movimento popular; partido político. 3.3 – O aparelho de Estado; formas de dependência neocolonial; capitalismo de Estado; projetos de democracia popular.

4. *Estudo de caso: Amílcar Cabral.* 4.1 – Especificidade do movimento nacionalista das colônias portuguesas no contexto da descolonização. 4.2 – Trabalho cultural e militância política de A. Cabral; seu conhecimento profundo da realidade do seu país. 4.3 – A criação do PAIGC; da luta política urbana à guerra de libertação. A pedagogia da revolução em A. Cabral. 4.4 – A obra política de A. Cabral; a arma da teoria e a prática revolucionária. Análise crítica dos pressupostos teóricos de A. Cabral. 4.5 – A atuação pan-africanista de A. Cabral. 4.6 – Análise das contribuições de A. Cabral ao pensamento político contemporâneo.

Literatura Africana de Expressão Portuguesa Prof. João Carneiro

1. *Cultura negro-africana e assimilação.* Os problemas essenciais do escritor colonizado e a vocação própria do intelectual. O condicionamento político das culturas negras e a opressão das culturas negro-africanas. Os valores culturais negros e o patrimônio universal. A assimilação do exótico e a sobreposição de valores. O mestiço cultural e a desestruturação dos quadros negro-africanos. A nova linguagem, o retorno, a conscientização, o engajamento, o amor e a liberdade.

2. *Fato literário e consciência nacional.* A ideologia de revolta e o fato literário, o racismo e a identificação com o povo. Os dramas da terra e a tentação da evasão. O senso estético, a renovação cultural e a proto-nacionalidade. A inteligência, a vontade e a razão africanas. O processo histórico.

A Negritude, a negação da assimilação, a revalorização e os movimentos de libertação. A particularização, a atualização e os movimentos de libertação. O amor, a mulher, a infância e a luta de libertação. A mãe e a terra. O apelo e o protesto.

3. *Colonização portuguesa*. O comércio ao longo da costa. O início da expansão colonial, seus reflexos econômicos, sua rapidez. Imperialismo de troca e caráter violento da expansão portuguesa. Os dois tipos de imperialismo. A perda do império das especiarias e a viragem para a colonização do Brasil. A anomalia do imperialismo português. A partilha da África e a ocupação militar. A exígua penetração portuguesa na África. Revolução Industrial e penetração do imperialismo internacional na África. As grandes companhias coloniais. A entrada de Portugal na "luta pela África", o conflito imperialista do Ultimato e a "ocupação efetiva" dos territórios. As características do colonialismo português nas duas últimas décadas do século XIX. As companhias coloniais e o princípio do investimento de capitais estrangeiros nas colônias portuguesas. A colonização reflexa. Da escravatura ao trabalho forçado. Origem e desenvolvimento da escravatura na África portuguesa.

4. *Despertar do nacionalismo africano*. A chegada dos portugueses e o início da resistência. A liderança das chefias tradicionais e a resistência. A ocupação da costa e a reação armada. A ocupação interior e a reação armada. Reação da burguesia e dos intelectuais e contestação político-cultural do século XIX. A república portuguesa. 1926 e o corporativismo centralizador. A Liga Nacional Africana e a Associação dos Naturais de Angola. O Centro de Estudos Africanos. Fundação da UPNA, do MPLA e do PAIGC. Criação do MAC. Criação da FRAIN. Criação da CONCP. O "4 de fevereiro" de 1961 e o início da luta armada. Fundação da FRELIMO. O "25 de abril" e o processo de descolonização. As independências nacionais.

5. *Literatura Angolana*. Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, poesia da Negritude, a Geração de *Mensagem*. A Geração de *Cultura*. De 1851 (*Almanach de Lembrança*) a 1961 (*Cultura - II*). Das origens à *Coleção Autores Ultramarinos*; de Luanda à Casa dos Estudantes do Império.

6. *Poesia militante*. A nova *Mensagem*, resistência solidária. A *Força Nova*, recusa e esperança. A década de 60, tempo de repressão. A clandestinidade, o exílio e a guerrilha.

7. *Nascimento da novelística angolana*. Os recordadores de literatura oral tradicional (Chatelain, Ribas e Estermann). Os precursores (Antônio de Assis Júnior). Um longo interregno. Década de 40 e Castro Soromenho. Os anos 50, Oscar Ribas e Cochat Osório. A avalanche dos anos 60. As edições estrangeiras. Luandino Vieira.

8. *Literatura cabo-verdiana*. Os precursores. Viragem no movimento literário. *Clareza*. A evasão. A resignação contemplativa. A miopia histórica. O neo-realismo. *Certeza*. Desalienação e protesto. Grupo do *Suplemento Cultural*. Kaoberdiã no Dambará.

9. *Literatura moçambicana*. O Centro de Estudos Africanos, a Casa dos Estudantes do Império e a influência de *Mensagem*. Negritude, humanismo e reconquista da dignidade. O precursor Rui de No-reconquista da dignidade. O grito negro de José Craveirinha. O grito de emancipação de Marcelino dos Santos/Kalungano. Noémia de Souza e reivindicação. A apurada expressão de Rui Knopfli. Rui Nogar e a poesia como arma. Edição de *Poetas de Moçambique* e de *Textos de Moçambique*. Duas obras fundamentais: *Moçambique pelo seu povo* (José Capela) e *Nós matamos o cão-tinioso* (Luís Bernardo Honwana). Poesia na guerrilha.

10. *Literatura são-tomense*. Berço da Negritude. O precursor Costa Alegre. O poeta bivalente Francisco José Tenreiro. Antologia *Poetas de São Tomé e Príncipe*. A poesia de Alda do Espírito Santo.

11. *Novíssima poesia angolana*. O doloroso silêncio aparente dos anos 70 e as iniciativas paralelas. Jofre Rocha, David Mestre, Ruy de Carvalho, João-Maria Vilanova, Monteiro dos Santos, Manuel Rui e Arlindo Barbeitos.

12. *Luandino Vieira*. Renascimento da novelística angolana. Subversão lingüística. Angolanização da língua portuguesa. Biografia e bibliografia. Análise sociológica da sua obra literária.

Colonialismo, Racismo, Descolonização

Prof. José Maria Nunes Pereira

1. *Colonialismo e racismo*. 1.1 — Colonialismo cultural (europocentrismo) no estudo das Ciências Humanas no Brasil. 1.2 — As estruturas do colonialismo. As diferentes formas de colonização: de exploração, de povoamento; direta e indireta. Economia colonial: complementar-dependente, destrui-

tiva de recursos humanos e naturais, baixa taxa de capitalização. Efeitos sociais da colonização. 1.3 — O colonialismo como fenômeno global: político, militar, econômico e ideológico. As teorias do evolucionismo e do funcionalismo: sua eficácia colonialista. 1.4 — Racismo: ideologia orgânica do colonialismo. O combate ao racismo no campo político, social e ideológico. O paternalismo como resíduo persistente do racismo.

2. *Apartheid: o racismo institucionalizado*. *África do Sul e Rodésia do Sul/Zimbabwe*. 2.1 — *Apartheid*: sistema jurídico-político de controle total do poder pela minoria branca na África do Sul; organização capitalista e extremo barateamento da mão-de-obra negra. As principais leis do *apartheid*. A divisão "racial" e o confinamento (*bantustans, compounds, locations*) dos negros. A racionalidade de capitalista do *apartheid* e suas contradições atuais. 2.2 — A evolução histórica da África do Sul. A penetração bôer no séc. XVII: sociedade agropastoril escravista. A penetração britânica e o conflito anglo-bôer, *Groot Trek*: formação das públicas bôeres. A resistência africana à ocupação européia. A organização política e social e militar Zulu. O *mfecane*. O conflito entre a economia mi-pre-capitalista britânica e a economia neira (ouro e diamantes) britânica e a economia pré-capitalista bôer. A "guerra dos bôeres" (1889-1902). A solução colonial anglo-bôer de compromisso: o *apartheid - colour bar; job reservation* — como forma de evitar a queda do nível de renda de amplas camadas trabalhadoras brancas. O papel do Estado na industrialização. A ascensão do Partido Nacionalista branco ao poder (1948). As necessidades do capitalismo sul-africano: a política do "diálogo", a criação dos *bantustans*. O desenvolvimento do nacionalismo negro: ANC (1912) e sua evolução. As novas lideranças: SASO (Associação dos Estudantes da África do Sul), *Black People's Convention* — o movimento de consciência negra. 2.3 — Rodésia do Sul/Zimbabwe. A implantação dos *settlers* na África Oriental e Central britânicas. Companhia Britânica da África do Sul e a "criação" da Rodésia do Sul (1890). Transferência para a Coroa britânica e a autonomia branca (1923). A criação da Federação das Rodésias e Niassalândia sob domínio político da maioria branca da Rodésia do Sul, com respaldo econômico do cobre da Rodésia do Norte (atual Zâmbia) e reserva de mão-de-obra da Niassalândia (atual Malawi). A "barreira da cor" na distribuição das terras, nos salários e no colégio eleitoral. A luta anticolonialista africana e a ruptura da Federação (1963). A Frente Rodesiana (branca) e a UDI — declaração

unilateral de independência (1965), sob controle branco. A falência do boicote proposto pela ONU. A evolução do movimento nacionalista: ZAPU, ZANU e a falência do ANC. As novas lideranças, ZIPA e Frente Patriótica: suas contradições. A ação dos "países da linha de frente". Proposta anglo-americana e suas perspectivas.

3. *O ultracolonialismo português: colonização reflexa*. 3.1 — As colônias portuguesas de Angola e Moçambique subordinadas ao império britânico da África Austral. As estruturas do colonialismo português face à nova situação: total abertura ao capital internacional tendo como sócios minoritários os grandes grupos econômicos portugueses. 3.2 — A luta pela independência na Guiné, em Angola e em Moçambique. A formação do nacionalismo moçambicano nas colônias portuguesas: PAIGC, MPLA, UPA-FNLA, Frelimo, Unita. Caracterização política dos movimentos, suas bases sociais, áreas de influência, evolução e crises. 3.3 — A reação portuguesa à luta de independência. O auxílio das potências ocidentais e da OTAN. O aguçamento dos conflitos raciais/sociais. A emigração maciça de colonos para Angola e Moçambique. Modificações jurídicas no colonialismo; acesso à administração de uma elite africana assimilada. Maior dependência da África do Sul, financiadora de projetos estratégicos. A preparação da passagem do ultracolonialismo para o neocolonialismo.

4. *A descolonização das colônias portuguesas. Reconstrução nacional*. 4.1 — A influência da luta de independência nas colônias na queda do fascismo português. 4.2 — *Guiné-Bissau*. O reconhecimento da independência. Um só Partido para dois Estados soberanos (Guiné e Cabo Verde) com situações diversas. A herança de uma economia colonial de guerra e a responsabilidade da gestão do novo Estado. 4.3 — *Moçambique*. A herança colonial: a interna e a da dependência em relação à África do Sul. Os problemas de implantação do poder da Frelimo do sul do país. Análise da nova legislação e da estrutura de poder. 4.4 — *Angola*. A "segunda guerra de libertação". O jogo político-militar durante o período de transição para a independência. As invasões zairenses, mercenária e sul-africana. A intervenção cubana. Análise das transformações econômicas e da atual estrutura de poder.

5. *África Austral*. 5.1 — As transformações ocorridas na região após as independências de Moçambique e Angola. 5.2 — *Rodésia*. A responsabilidade britânica. A intransigência do

governo branco. A posição da África do Sul face ao regime de Smith. A criação do ZIPA e as novas lideranças. Da Rodésia do Sul ao Zimbábue: perspectivas. 5.3 — *Namíbia*. A luta da SWAPO pela independência; sua hegemonia política e a Conferência de Turnhalle. 5.4 — *África do Sul*. O novo tipo de contestação ao poder branco após "Soweto 76". A capacidade de manobra política, militar e econômica ainda em mãos do governo Vorster. 5.5 — *África Austral* no contexto africano. A atuação dos "países da linha de frente". A integração capitalista na África Austral: sua possibilidade de reversão em favor dos povos africanos.

Ásia Contemporânea I — China e Indochina

Prof. Severino Bezerra Cabral Filho

1. *Penetração Ocidental e destruição das estruturas políticas, sócio-econômicas e ideológicas da China Imperial. (1840 — 1911)*. 1.1 — Estrutura agrária e poder político numa sociedade em crise: problemas dinásticos, rebeliões e invasões estrangeiras. A dinastia Mandchu e os letrados chineses. As guerras do ópio e os tratados desiguais. A rebelião Taiping e outras rebeliões camponesas. As sociedades secretas. A restauração Tongzhi. As guerras franco-chinesas, sino-japonesas e a política de "portas abertas". O *break-up* da China Imperial. 1.2 — As origens da industrialização na China — de Cantão a Xangai. Formação da burguesia compradora e dos "Consórcios".

2. *A queda do Império e a divisão política da China. (1911 — 1930)*. 2.1 — O fim da dinastia Mandchu. A ditadura de Yuan-Shi-Kai, Sun Yat-Sen e o governo de Nam-quein. 2.2 — As duas vias políticas da modernização da China contemporânea: Sun Yat-Sen *Kuomintang* e Mao Tsé-Tung e o Partido Comunista Chinês. 2.3 — As três estruturas político-militares na Revolução: os "senhores da guerra" (os feudais); o *Kuomintang* organizado por Borodino (o modelo bolchevique); o exército camponês (o modelo de Mao).

3. *Transformações políticas num país dividido e ameaçado por potências estrangeiras (1930 — 1945)*. 3.1 — A invasão japonesa e o começo da II Guerra Mundial. 3.2 — A política de Chiang Kai-Chek e sua aliança com os Estados Unidos. 3.3 — Os fracassos da política de Stalin na China.

4. *Da Longa Marcha à tomada do poder (1934 — 1949)*. 4.1 — Mao na oposição — o confronto com a "esquerda" do PCC. 4.2 — De Tsunyi a

Yenan. A consolidação do maísmo ou a sinização dos comunistas chineses. 4.3 — O episódio de Sian. A política de aliança no *front* antijaponês.

O *Kuomintang* a serviço do PCC. 4.4 — O "movimento de reeducação" dos quadros. O fim da guerra antijaponesa e começo da guerra civil. 4.5 — A guerra civil e a derrocada do *Kuomintang*. A República Popular da China.

5. *As transformações no campo e as contradições da política industrial. (1950 — 1959)*. 5.1 — A lei da reforma agrária. A via soviética e seus impasses no mundo agrário chinês. A via maoísta: realizações e problemas. 5.2 — A política industrial. A via soviética e a crítica chinesa. 5.3 — A política das Cem Flores e as contradições da China à luz dos conflitos do mundo socialista. O Grande Salto e as comunas populares.

6. *A China — do rompimento com a URSS à morte de Mao. (1963 — 1976)*. 6.1 — A polêmica pública com o PCUS e as divisões internas. 6.2 — Do movimento de educação socialista à Revolução Cultural — posição de Mao, crítica de Liu Shao-Chi, primeira queda de Teng Hsiao-Ping. 6.3 — O fim da Revolução Cultural e o IX Congresso. A queda de Lin Piao e Chen Po-Ta; início do movimento de crítica a Confúcio. 6.4 — A abertura para o Ocidente: viagem de Nixon e admissão da China na ONU. A teoria dos "Três Mundos" e as ambigüidades da luta contra as superpotências. 6.5 — O X Congresso e a restauração do Partido: Han Hung-Wen e Chou En-Lai. 6.6 — O fim da Longa Marcha dos "três grandes": o falecimento de Chou En-Lai, Chu Te e Mao Tsé-Tung.

7. *O começo da era pós-Mao. 7.1 — A ascensão de Hua Kuo-Feng e a nova queda de Teng Hsiao-Ping. O incidente de Tien-An-Men. 7.2 — A crítica ao "grupo dos quatro" (Chiang Ching, Han Hung-Weng, Chang Chun-Chiao e Yao Wen Yuan). O retorno de Teng Hsiao-Ping ao poder. 7.3 — O exército, a polícia e o partido. Os impasses do mundo socialista vistos através da crise chinesa da década de 1970.*

8. *Da implantação francesa na Indochina aos primeiros movimentos nacionalistas. (1858 — 1930)*. 8.1 — A Sociedade Asiática: o Estado Anamita tributário do Império do Meio. Os Khmers e o Reino do Laos. 8.2 — A invasão francesa e a resistência indochinesa. A insurreição dos letrados confucianistas.

nos. A campanha do Imperador de Aname. 8.3 — A colonização francesa. Da implantação ao confronto com os primeiros movimentos organizados de resistência. O Than-Viet, o Than-Nien, o partido nacionalista. A missão Borodino, a política da Internacional e Nguyen Ai-Quoc.

9. *Da resistência anticolonial à fundação da República Democrática do Vietnam. (1930 — 1954)*. 9.1 — O domínio francês nos anos 30 e a Fundação do Partido Comunista Indochinês. Dos "Soviets de Nghe-Tinh" ao "Congresso Indochinês". 9.2 — A invasão japonesa e a criação do Vietminh. De Mao a Ho Chi Minh: as guerras de libertação nacional e a "via asiática" para o socialismo. 9.3 — Da guerra contra o Japão à guerra contra a França. A Revolução de Agosto e a primeira independência. As tentativas francesas de reintegrar o Vietnam na União Francesa. A guerra do bombardeio de Haiphong a Dien Bien Phu. Os acordos de Genebra. A República Democrática do Vietnam e a divisão do país.

10. *A segunda guerra do Vietnam e o fim da hegemonia americana na Indochina. (1961 — 1974)*. 10.1 — O Interregno. Da divisão à guerra. Bao Dai e Ngo Dinh Diem: o rompimento dos Acordos de Genebra. A presença dos conselheiros especiais americanos. Criação da FLN. As ambigüidades da política soviética sob Kruschchev. 10.2 — A guerra do Vietnam: do incidente de Tonquim à ofensiva do Tet. A Conferência de Paris. A CIA no Laos. A invasão do Camboja e a extensão da guerra a toda Indochina. Nixon-Kissinger, desengajamento e a vietnamização da guerra. Reunificação dos três movimentos de libertação: Vietnam, Laos, Camboja. 10.3 — A retirada americana e a derrocada. O fim de Thieu e Lon Nol. A queda de Phnom Penh e Saigon. A erosão do regime pró-americano do Laos. A reunificação dos dois Vietnãs e a nova Indochina. 10.4 — Estratégia militar agressiva e hegemonia dos EUA. A política americana e as relações de poder mundial depois da guerra do Vietnam.

OUTLINE OF MAIN COURSES OF THE CEEA IN 1977

Contemporary African Thinking

Prof. José Maria Nunes Pereira

1. *Historical Context: Background*. 1.1 — Colonialism. Decolonization. Neocolonialism. 1.2 — Social Classes.

2. *Political Ideologies*. 2.1 — Pan-Africanism and African Unity. 2.2 — Negritude: African Socialisms. Populist ideologies in Africa (*authenticité* etc.).

3. *Means of Political Action*. 3.1 — The different forms of independence struggles. 3.2 — Popular movements; political parties. 3.3 — The State Machine; neocolonial forms of dependency; State Capitalism; projects of popular democracy.

4. *Case-Study: Amílcar Cabral*. 4.1 — Characteristics of nationalist movements in the Portuguese colonies in the context of decolonization. 4.2 — Cultural work and political activity of Amílcar Cabral; his profound knowledge of the reality of his country. 4.3 — The creation of PAIGC; from urban political struggles to the war of liberation. Cabral's revolutionary pedagogy. 4.4 — Ca-

bral's political work; the weapon of theory and revolutionary praxis. Critical analysis of Cabral's theoretical presuppositions. 4.5 — Cabral's Pan-African involvement. 4.6 — Analysis of Cabral's contribution to contemporary political thinking.

Portuguese-Speaking African Literature

Prof. João Carneiro

1. *Black African culture and assimilation*. Essential problems of the colonized writer and the proper role of the intellectual. Political environment of African culture and the oppression of Black African cultures. Black African cultural values and universal inheritance. Assimilation of the exotic and the transfer of values. Cultural crossbreeding and disintegration of African cadres. The new language: the rebirth, consciousness raising, involvement, love and freedom.

2. *Literature and national consciousness*. Ideology of revolt and literature, racism, and identification with the people. The land question and attempts at evasion. Esthetic sense, cultural renovation and proto-nationalism.

The African intelligentsia, will, and reasoning. Historical process. Negritude, the negation of assimilation, restoration and liberation movements. Particularization, modernization and movements of liberation. Love, woman, childhood and struggles for liberation. Mother and Earth. Appeal and Protest.

3. *Portuguese colonization*. Coastal trade. The beginning of colonial expansion, economic ramifications, its rapidity. Exchange imperialism and the violent character of Portuguese expansion. Two types of imperialism. Loss of the spice empire and the option to colonize Brazil. The anomaly of Portuguese imperialism. The Partition of Africa and military occupation. Small-scale Portuguese penetration in Africa. Industrial Revolution and the penetration of international imperialism in Africa. The huge colonial companies. The entrance of Portugal in the "scramble for Africa", imperialist conflict of Ultimatum and "effective occupation" of territories. Characteristics of Portuguese colonialism during the last two decades of the 19th Century. Colonial companies and the principle of foreign capital investment in Portuguese colonies. Reflexive colonization. From slavery to forced work. Origin and development of slavery in Portuguese Africa.

4. *Awakening of African nationalism*. Arrival of Portuguese and initial resistance. Leadership of traditional Chiefs and resistance. Coastal occupation and armed reaction. Occupation of the interior and armed reaction. Reaction of the bourgeoisie and intellectuals; politic-cultural response of the 19th Century. The Portuguese Republic. 1926 and centralized corporatism. National African League and the *Associação dos Naturais* in Angola. Center of African Studies. The founding of UPNA, MPLA and PAIGC. Creation of MAC. Creation of FRAIN. Creation of CONCP. February 4th, 1961 and the beginning of armed struggle. Founding of FRELIMO. April 25th and the decolonization process. National independence.

5. *Angolan literature*. Movement of new Angolan intellectuals, poems of Negritude, the generation of *Mensagem*. The generation of *Cultura*. From 1851 (*Almanach de Lembrança*) to 1961 (*Cultura-II*). From the beginnings to the *Colecção Autores Ultramarinos*, from Luanda to *Casa dos Estudantes do Império*.

6. *Militant poetry*. The new *Mensagem*, solidarity in resistance. The *Força Nova*, refusal and hope. Decade of the sixties, time of repression. Clandestinity, exile and the guerrilla.

7. *Birth of angolan novel*. Collectors of traditional oral literature (Chatelain, Ribas and Estermann). The precursors (Antônio de Assis Júnior). A long interlude. Decade of the forties and Castro Soromenho. The fifties, Oscar Ribas and Cochat Osório. The avalanche of the sixties. Foreign editions. Luandino Vieira.

8. *Capeverdean literature*. The precursors. Turning-point in the literary movement. *Claridade*. Contemplative resignation. Historical shortsightedness. Neo-realism. *Cer-teza*. Consciousness and protest. *Suplemento Cultural* group. Kaoberdiano Dambará.

9. *Mozambican literature*. Center of African Studies, Student House of the Empire and the influence of *Mensagem*. Negritude, humanism and reconquest of dignity

The precursor — Rui de Noronha. Black Cry of José Cra-veirinha. The cry for emancipation of Marcelino dos Santos/Kalungano. Noémia de Sousa and revindication. Refined expression of Rui Knopfli. Rui Nogar and poetry as a weapon. Publishing of *Poetas de Moçambique* and *Textos de Moçambique*. Two fundamental works: *Moçambique pelo seu Povo* (José Capela) and *Nós Matamos o Cão-Tinhoso* (Luís Bernardo Honwana). Poetry during the armed struggle.

10. *Literature of São Tomé*. Cradle of Negritude. The precursor — Costa Alegre. Bivalent poet José Tenreiro. Anthology of *Poetas de São Tomé e Príncipe*. The poetry of Alda do Espírito Santo.

11. *Most recent Angolan poetry*. Evident painful silence of the seventies and parallel initiatives. Joffre Rocha, David Mestre, Ruy de Carvalho, João-Maria Vilanova, Monteiro dos Santos, Manuel Rui and Arlindo Barbeitos.

12. *Luandino Vieira*. Rebirth of the Angolan novel. Linguistic subversion. Angolanization of the Portuguese language. Biography and bibliography. Sociological analysis of his literary work.

Colonialism, Racism, Decolonization

Prof. José Maria Nunes Pereira

1. *Colonialism and racism*. 1.1 — Cultural Colonialism (Eurocentrism) in the study of Social Sciences in Brazil. 1.2 — Structures of colonialism. Different forms of colonialism: exploration, settler; direct and indirect rule. Colonial economy: complementary-dependent, destruction of human and natural resources, reduced domestic capital accumulation. Social effects of colonialism. 1.3 — Colonialism as a global phenomenon: political, military, economic and ideological. Evolutionist and functionalist theories in the colonial schema. 1.4 — Racism: organic ideology of colonialism. The struggle against racism in the political, social and ideological areas. Paternalism as a persistent, residual aspect of racism.

2. *Apartheid: institutional racism. South Africa and Southern Rhodesia/Zimbabwe*. 2.1 — Apartheid: political/judicial system of total control by the white minority in South Africa; capitalist organization and creation of cheap Black labor force. The main apartheid laws. "Racial" division and confinement (bantustans, compounds, locations) of Blacks. Capitalist rationale for apartheid and present-day contradictions. 2.2 — Historical evolution of South Africa. Boer implantation in the 17th Century: agro-pastoral slave society. British penetration and the Anglo-Boer conflict. *Groot Trek*: formation of the Boer Republics. African resistance to European occupation. Political, social and military organization of the Zulus. The *mfecane*. Conflict between the British mining economy (gold and diamonds) and the pre-capitalist boer economy. The 'Boer-War' (1889-1902). The Anglo-Boer colonial solution: apartheid — colour bar, job reservation — as a means to avoid the lowering of white working class income. Role of the State in industrialization in a colonial context. The rise to power of the white Nationalist Party (1948). The necessities of South

African capitalism: the politics of 'dialogue', the creation of bantustans. The African response: the ANC (1912) and its evolution. The new leadership: SASO, Black Peoples Convention (BPC) — the Black Consciousness Movement 2.3 — *Southern Rhodesia/Zimbabwe*: Settler implantation in British East and Central Africa. British South Africa Company and the 'creation' of Southern Rhodesia (1890). Transference to the British Crown and white autonomy (1923). The creation of the Federation of Rhodesia and Nyasaland under the domination of the white majority of Southern Rhodesia, economic backbone (copper) of Northern Rhodesia (now Zambia) and the labour-reserves of Nyassaland (now Malawi). The "colour barrier" in the distribution of land, in wages and in the electoral college. The African anti-colonial struggle and the break-up of the Federation (1963). The Rhodesian Front (white) and UDI — Unilateral Declaration of Independence (1965), under white control. The failure of the proposed economic boycott of the United Nations. The evolution of the Nationalist Movement: ZAPU, ZANU and the failure of the ANC. The new leadership: ZIPA and the Patriotic Front and their contradictions. The action of the "Front-Line States" The Anglo-American Proposals and perspectives.

3. *Portuguese ultra-colonialism: reflex colonization*. 3.1 — Portuguese colonies of Angola and Mozambique subordinated to the British domination of Southern Africa. The structures of Portuguese colonialism vis-a-vis the new situation: complete access of international capital to colonies, with large Portuguese economic groups as junior partners. 3.2 — The struggle for independence in Guinea-Bissau, Angola and Mozambique. Development of modern nationalism in the Portuguese colonies: PAIGC, MPLA, UPA-FNLA, FRELIMO, UNITA. Political topology of the movements; their social bases, areas of influence, evolution and crises. 3.3 — Portuguese reaction to the independence struggle: Role of Western powers and NATO. Sharpening of racial/social conflicts. Massive immigration of colonists to Angola and Mozambique. Legal changes within colonial strategy: Assimilated African elite permitted access to administrative posts. Growing dependence on South Africa, financing of strategic projects. Preparing the way from ultra-colonialism to neo-colonialism.

4. *Decolonization of Portuguese colonies. National reconstruction*. 4.1 — The role of the independence struggle in the colonies in the overthrow of Portuguese fascism. 4.2 — *Guinea-Bissau*: The recognition of independence. One Party for two sovereign States (Guinea and Cape Verde) with different problems. Inheritance of a colonial war economy, and the administrative responsibility of the new State. 4.3 — *Mozambique*. Colonial inheritance: internal as well as dependence in relation to South Africa. Problems faced by FRELIMO in governing the south. Analysis of new laws and power structure. 4.4 — *Angola*: The "Second War of Liberation" Political-Military interplay during the period of transition to independence. The Zairian, mercenary and South African invasions. The Cuban intervention. Analysis of economic transformations and the current structure of power.

5 *Southern Africa*. 5.1 — Regional transformation since the independence of Mozambique and Angola. 5.2 —

The Rhodesian Question. The responsibility of Britain. The intransigence of the white government. The position of South Africa vis-a-vis the Smith regime. The creation of ZIPA and the new leadership. From Southern Rhodesia to Zimbabwe: perspectives. 5.3 — *Namibia*. SWAPO's struggle for independence: political hegemony and the Turnhalle conference. 5.4 — *South Africa*. The new form of resistance to white power after "Soweto 76". The Vorster government's capacity to maneuver politically, militarily and economically. 5.5 — Southern Africa in the African Context. The action of the "Front-Line States". Capitalist integration in southern Africa: the potential for change in favor of the African people.

Contemporary Asia I — China and Indochina

Prof. Severino Bezerra Cabral Filho

1. *Western penetration and the destruction of political, socio-economic and ideological structures of imperial China. (1840-1911)* 1.1 — Agrarian structures and political power in a society in crisis: problems of dynasty, rebellions and foreign invasions. The Mandchu dynasty and scholar-officials. The 'Opium War' and 'Unequal Treaties'. The 'Taiping' rebellion and other peasant rebellions. Secret Societies. The restoration of Tongzhi. The French-China, Sino-Japanese Wars and the "Open Door" policy. The 'break-up' of Imperial China. 1.2 — Origins of industrialization in China. From Canton to Shanghai — Formation of a comprador bourgeoisie and of Consortiums.

2. *Downfall of empire and political division of China. (1911-1930)*. 2.1 — End of Mandchu Dynasty. Dictatorship of Yuan-Shi-Kai. Sun Yat-Sen and the Nanking government. 2.2 — Two political roads of modernization for Contemporary China: Sun Yat-Sen and the Kuomintang and Mao Tse-Tung and the Chinese Communist Party. 2.3 — The three political-military structures in the Chinese Revolution: the 'War-Lords' (feudal), the *Kuomintang* organised by Borodino (bolshhevik model), and the peasant army (the model of Mao)

3. *Political transformations in a divided country threatened by foreign powers. (1930-1945)*. 3.1 — Japanese invasion and the beginning of the Second World War. 3.2 — Politics of Chiang Kai-Chek and his alliance with the United States. 3.3 — Failure of Stalin's policies in China.

4. *From the Long March to the taking of power. (1934-1949)*. 4.1 — Mao in the opposition — confrontation with the 'left' in the CPC. — 4.2 — From Tsunyi to Yanan. The consolidation of Maoism or the Sinization of the Chinese communists 4.3 — The Sian Episode. Politics of alliance in the anti-Japanese Front. The *Kuomintang* at the service of the CPC. 4.4 — The "Re-education Movement" of cadres. End of the war against the Japanese and the beginning of the Civil War. 4.5 — Civil War and defeat of the *Kuomintang*. The Peoples Republic of China.

5. *Rural transformations and the contradictions of industrial politics. (1950-1959)*. 5.1 - Agrarian Reform Law. The Soviet way and its impasse in the Chinese rural world. The Maoist Way: realizations and problems. 5.2 - Industrial Policies. The Soviet Way and Chinese criticism. 5.3 - The policy of a "Hundred Flowers" and the contradictions of China in light of the conflicts in the socialist world. The "Great Leap" and popular communes.

6. *China: breaking of relations with the URSS to the death of Mao. (1963-1976)*. 6.1 - Public controversy with the Communist Party of Soviet Union and internal divisions. 6.2 - From the Movement of Socialist Education to the Cultural Revolution - the position of Mao, the criticism of Liu Shao-Chi, first downfall of Teng Hsiao-Ping. 6.3 - The end of the Cultural Revolution and the 9th Congress. The downfall of Lin Biao and Chen Po-Ta; beginning of the movement to criticize Confucius. 6.4 - Opening to the West: Nixon's Trip and China's admission to the U.N. The theory of "Three Worlds" and ambiguities in the struggle against the superpowers. 6.5 - The 10th Congress and the restoration of the Party: Han Hung-Wen and Chou En-Lai. 6.6 - End of the 'Long March' of the 'Big Three': the death of Chou En-Lai, Chu Te and Mao Tse-Tung.

7. *Beginning of the post-Mao era*. 7.1 - The Rise of Hua Kuo-Feng and the second downfall of Teng Hsiao-Ping. The Tien-An-Men incident. 7.2 - The criticism of the "Band of Four" (Chiang Ching, Han Hung-Weng, Chang Chun-Chiao and Yao Wen Yuan). The return of Teng Hsiao-Ping to power. 7.3 - The army, police and the Party. The deadlock in the Socialist world seen through the Chinese crisis during the 1970's.

8. *French implantation in Indochina to the first nationalist movements. (1858-1930)*. 8.1 - Asian society: Animate State tributary of the Middle Empire. The Khmers and the Rule of Laos. 8.2 - French invasion and

Indochinese resistance. Insurrection of Confucian scholar-officials. The campaign of the Emperor of Anam. 8.3 - French Colonization. From implantation to confrontation with the first organized resistance movements. Than-Viet, Than-Nien nationalist party. The mission of Borodino, policies of the International and Nguyen Ai-Quoc.

9. *From anti-colonial resistance to the founding of the Democratic Republic of Vietnam. (1930-1954)*. 9.1 - French domination during the thirties and the founding of the Communist Party of Indochina. From the "Soviets of Nghe-Tinh" to "Indochina Congress". 9.2 - The Japanese invasion and the creation of the Vietminh. From Mao to Ho Chi Minh: the wars of National Liberation and the "Asiatic Road" to socialism. 9.3 - From the war against Japan to the war against France. The "August Revolution" and the first independence. The French attempts to reintegrate Vietnam into the French Union. The war from the bombing of Haiphong to Dien Bien Phu. The Geneva Accords. The Democratic Republic of Vietnam and the division of the country.

10. *The Second War of Vietnam and the end of the american hegemony in Indochina. (1961-1974)*. 10.1 - In-Between. From division to War. Bao Dai and Ngo Dinh Dien: the breaking of the Geneva accords. The presence of special American advisers. Creation of the FLN. Ambiguities of Soviet policy under Krushchev. 10.2 - The war in Vietnam from the Tonkin incident to the Tet Offensive. The Paris Conference. The CIA in Laos. The invasion of Cambodia and the war in all of Indochina. Nixon-Kissinger, disengagement and the Vietnamization of the War. Unification of the three movements of liberation: Vietnam, Laos, Cambodia. 10.3 - The American retreat and defeat. The end of Thieu - Lon Nol. The fall of Phnom Penh and Saigon. The erosion of the pro-American regime in Laos. The unification of the two Vietnams and the new Indochina. 10.4 - Aggressive military strategy and USA hegemony. American policy in Vietnam and the relations of world power since the Vietnam War.

mes de dépendance néocoloniale; capitalisme d'État; projets de démocratie populaire.

4. *Étude de cas: Amílcar Cabral*. 4.1 - Spécificité du Mouvement Nationaliste des colonies portugaises dans le contexte de décolonisation. 4.2 - Travail culturel et militance politique d'Amílcar Cabral; sa profonde connaissance de la réalité de son pays. 4.3 - La création du PAIGC; de la lutte politique urbaine à la guerre de libération. La pédagogie de la révolution de Cabral. 4.4 - L'œuvre politique de Cabral: l'arme de la théorie et la pratique révolutionnaire. Analyse critique des présuppositions théoriques de Cabral. 4.5 - L'activité panafricaniste de Cabral. 4.6 - Analyse des contributions de Cabral à la pensée politique contemporaine.

Littérature Africaine d'Expression Portugaise

Prof. João Carneiro

1. *Culture negro-africaine et assimilation*. Les problèmes essentiels de l'écrivain colonisé et la vocation de l'intellectuel. Le conditionnement politique des cultures noires et l'oppression des cultures negro-africaines. Les valeurs culturelles noires et le patrimoine universel. L'assimilation de l'exotisme et la superposition des valeurs. Le métissage culturel et la déstructuration des cadres africains. Le nouveau langage, le retour, la conscientisation, l'engagement, l'amour et la liberté.

2. *Fait littéraire et conscience nationale*. L'idéologie de révolte et le fait littéraire, le racisme et l'identification avec le peuple. Les drames de la terre et la tentation d'évasion. Le sens esthétique, la rénovation culturelle et la proto-nationalité. L'intelligence, la volonté et la raison africaines. Le procès historique. La Négritude, la négation de l'assimilation, la révalorisation et les mouvements de libération. La particularisation, l'actualisation et les mouvements de libération. L'amour, la femme, l'enfance et la lutte de libération. La mère et la terre, l'appel et le proteste.

3. *Colonisation Portugaise*. Le commerce au long de la côte. Le début de l'expansion coloniale. Les reflets économiques, sa rapidité. Imperialisme d'échange et caractère violent de l'expansion Portugaise. La perte de l'Empire des *especiarias*, et le tournant pour la colonisation au Brésil. L'anomalie de l'impérialisme portugais. La division de l'Afrique et l'occupation militaire. La pénétration exégue Portugaise en Afrique. La Révolution Industrielle et la pénétration impérialiste en Afrique. Les grandes compagnies coloniales. L'entrée de Portugal dans la "lutte pour l'Afrique". Le conflit impérialiste de l'Ultimatum et l'occupation effective des territoires. Les caractéristiques du colonialisme portugais durant les deux dernières décades du 19^{ème} siècle. Les compagnies coloniales et le principe de l'investissements des capitaux étrangers dans les colonies portugaises. La colonisation réflexe. De l'esclavage aux travaux forcés. Origine et développement de l'esclavage dans l'Afrique Portugaise.

4. *Le reveil du nationalisme africain*. L'arrivée des Portugais et le début de la résistance. La lidéance des chéfferies traditionnelles et la résistance. L'occupation des côtes et la réaction armée. L'occupation intérieure et la réaction armée. La réaction de la bourgeoisie et des intellectuels et la contestation politique-culturelle du 19^{ème} siècle. La République Portugaise. 1926 et le corporativisme centralisateur. La Ligue Nationale Africaine et *Associação dos Naturais de Angola*. Le Centre d'Études Africains, Fondation de UPNA, du MPLA et du PAIGC. Création du MAC. Création du FRAIN. Création du CONCP. Le "4 Février 1961" et le début de la lutte armée. Fondation du FRELIMO. Le "25 Avril" et le procès de décolonisation. Les indépendances nationales.

5. *Littérature Angolaise*. Mouvement de Nouveaux Intellectuels d'Angola, poésie de Négritude, la génération du *Mensagem*. La génération de la *Cultura*. 1851 (*Almanach de Lembranças*) à 1961 (*Cultura-II*). Des origines à la *Colecção Autores Ultramarinos*, de Luanda à *Casa dos Estudantes do Império*.

6. *Poésie militante*. Le nouveau *Mensagem*, résistance solidaire. La *Força Nova*, le refus et l'espérance. La décade de 60, les temps de la répression. La clandestinité, l'exil et la guérilla.

7. *La naissance du roman Angolais*. Les ramasseurs de la littérature orale traditionnelle (Chatelain, Ribas et Estermann). Les précurseurs (Antônio de Assis Júnior). Un interrègne. Décade de 40 et Castro Soromenho. Les années 50, Oscar Ribas et Cochat Osório. L'avalanche des années 60. Les éditions étrangères. Luandino Vieira.

8. *Littérature Cap-Verdienne*. Les précurseurs. Le virage au mouvement littéraire. *Claridade*. L'évasion. La résignation contemplative. La myopie historique. Le néo-réalisme. *Certeza*. Désaliénation et proteste. Groupe du *Suplemento Cultural*. Kaoberdiano Dambará.

9. *Littérature Mozambicaine*. Centro de Estudos Africanos, le *Casa dos Estudantes do Império* et l'influence du *Mensagem*. Négritude, humanisme et reconquête de la dignité. Le précurseur Rui de Noronha. Le cri noir de José Craveirinha. Le cri d'émancipation de Marcelino dos Santos/Kalungano. Noémia de Souza et la revendication. L'épurée expression de Rui Knopfli. Rui Nogar et la poésie comme arme. Edition de *Poetas de Moçambique* et des *Textos de Moçambique*. Deux œuvres fondamentales: *Moçambique pelo seu Povo* (José Capela) et *Nós Matamos o Cão-Tinioso* (Luís Bernardo Honwana). Poésie durant la guerre.

10. *Littérature São-Toméenne*. Berceau de la Négritude. Le précurseur Costa Alegre. Le poète bivalent Francisco José Tenreiro. Antologie *Poetas de São Tomé e Príncipe*. La poésie de Alda do Espírito Santo.

11. *La très nouvelle poésie Angolaise*. Le douloureux silence marquant des années 70 et les initiatives parallèles. Jofre Rocha, David Mestre, Rui de Carvalho, João Maria Vilanova, Monteiro dos Santos, Manuel Rui et Arlindo Barbeitos.

12. *Luandino Vieira*. Renaissance du roman angolais. Subversion linguistique. Angolinisation de la langue Portugaise. Biographie et bibliographie. Analyse sociologique de son oeuvre.

Colonialisme, Racisme, Décolonisation

Prof. José Maria Nunes Pereira

1. *Colonialisme et racisme*. 1.1 - Colonialisme culturel (europocentrisme) dans l'étude des sciences humaines au Brésil. 1.2 - Les structures du colonialisme. Les différentes formes de colonisation: de exploitation, de peuplement; directe et indirecte. Économie coloniale: complément-dépendante, destructrice des ressources humaines et naturelles, taxe de capitalisation basse. Effets sociaux de la colonisation. 1.3 - Le colonialisme comme phénomène global: politique, militaire, économique et idéologique. Les théories de l'évolutionisme et du fonctionnalisme - son efficacité colonialiste. 1.4 - Racisme: idéologie organique du colonialisme. Le combat au racisme sur le champs politique, social et idéologique. Le paternalisme: une résiduelle persistente du racisme.

PROGRAMMES DES PRINCIPAUX COURS DU CEEA PENDANT 1977

Pensée Africaine Contemporaine

Prof. José Maria Nunes Pereira

1. *Le contexte historique de la formation de la pensée*. 1.1 - Colonialisme, Décolonisation, Néocolonialisme. 1.2 - Classes sociales.

2. *Les idéologies politiques*. 2.1 - Panafricanisme et unité africaine. 2.2 - Négritude; socialismes africains; les idéologies populistes en Afrique (authenticité etc).

3. *Les moyens de l'action politique*. 3.1 - Les diverses formes de lutte pour l'indépendance. 3.2 - Mouvements populaires; parti politique. 3.3 - L'appareil d'État; les for-

